

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALESSANDRA DA SILVA QUADROS ZAMBONI

O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR
BRASILEIRO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
PARANÁ

CURITIBA

2018

ALESSANDRA DA SILVA QUADROS ZAMBONI

O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR
BRASILEIRO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
PARANÁ

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Letras.

Área de Concentração: Estudos Linguísticos

Linha de Pesquisa: Linguagens, culturas e identidades: ensino e aprendizagem

Orientador: Prof. Dr. Ronald Barry Martinez

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Zamboni, Alessandra da Silva Quadros

O processo de internacionalização no ensino superior brasileiro : um estudo de caso sobre a Universidade Estadual do Paraná. / Alessandra da Silva Quadros Zamboni. – Curitiba, 2018.

Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Ronald Barry Martinez

1. Língua inglesa – Globalização - Ensino superior. 2. Línguas estrangeiras – Estudo e ensino - Políticas públicas – Paraná.
3. Universidade Estadual do Paraná – Língua inglesa – Ensino superior.
I. Título.

CDD – 428.07



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **ALESSANDRA DA SILVA QUADROS ZAMBONI** intitulada: **O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ**, após terem inquirido a autora e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

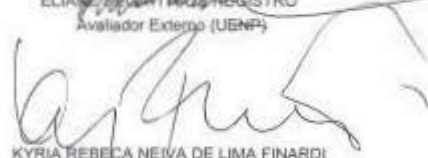
A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

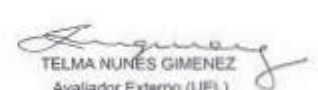
Curitiba, 07 de Dezembro de 2018.


RONALD BARRY MARTINEZ
Presidente da Banca Examinadora


ELIANE ZANETTI DOS REIS
Avaliador Externo (UEMP)


EDUARDO HENRIQUE DINIZ DE FIGUEIREDO
Avaliador Interno (UFPR)


KYRIA REBECA NEIVA DE LIMA FINARDI
Avaliador Externo (UFES)


TELMA NUNES GIMENEZ
Avaliador Externo (UEL)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS

ATA Nº889

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO PARA A OBTENÇÃO DO
GRAU DE DOUTOR EM LETRAS**

No dia sete de dezembro de dois mil e dezoito às 18:30 horas, na sala 1013, Rua General Carneiro, nº460 - Ed. D. Pedro I, foram instalados os trabalhos de arguição da doutoranda **ALESSANDRA DA SILVA QUADROS ZAMBONI** para a Defesa Pública de sua tese intitulada **O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em LETRAS da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: RONALD BARRY MARTINEZ (UFPR), ELIANE SEGATI RIOS REGISTRO (UENP), EDUARDO HENRIQUE DINIZ DE FIGUEIREDO (UFPR), KYRIA REBECA NEIVA DE LIMA FINARDI (UFES), TELMA NUNES GIMENEZ (UEL). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a discente, para que a mesma expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. A aluna respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, reuniu-se e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela Aprovação da aluna. A doutoranda foi convidada a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de doutor está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, RONALD BARRY MARTINEZ, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

Curitiba, 07 de Dezembro de 2018.


RONALD BARRY MARTINEZ
Presidente da Banca Examinadora


ELIANE SEGATI RIOS REGISTRO
Avaliador Externo (UENP)


KYRIA REBECA NEIVA DE LIMA FINARDI
Avaliador Externo (UFES)


EDUARDO HENRIQUE DINIZ DE FIGUEIREDO
Avaliador Interno (UFPR)


TELMA NUNES GIMENEZ
Avaliador Externo (UEL)

Dedico esta tese a meu esposo, Reginaldo, e a meus amados filhos, Giovanni e Christopher.

*Às minhas amadas mães, Eliane (in memoriam) e Celina (in memoriam).
Que a luz divina as ilumine, abençoe e cubra de amor, onde quer que estejam.*

AGRADECIMENTOS

A Deus e à Nossa Senhora, que são minha força e meu refúgio, meu norte, minha esperança e minha força em lutar por um mundo mais justo para todos.

Ao Prof. Dr. Ronald Barry Martinez, pela orientação e confiança em meu trabalho.

À Profa. Dra. Adelaide Hercília Pescatori Silva, por ter generosamente me acolhido e cujo voto de confiança permitiu a realização deste trabalho. Minha mais profunda e eterna gratidão.

Aos professores Doutores Francisco Carlos Fogaça e Eduardo Henrique Diniz de Figueiredo, pela leitura cuidadosa e pelas valiosas sugestões no exame de qualificação, que muito contribuíram para o direcionamento do trabalho.

Aos membros da banca de defesa, Professores Doutores Telma Nunes Gimenez, Kyria Rebeca Neiva de Lima Finardi, Eliane Segati Rios Registro e Eduardo Henrique Diniz de Figueiredo, por seu olhar atento e imprescindível sobre este trabalho.

Aos meus colegas do Colegiado de Letras do campus de Paranaguá da Universidade Estadual do Paraná.

Aos colegas entrevistados, cuja contribuição se constituiu de valor imensurável para esta pesquisa.

À Profa. Gisele Onuki, por seus imprescindíveis esclarecimentos e doce paciência ao longo deste trabalho.

À equipe do Escritório de Relações Internacionais, incansáveis na tarefa de gerir e aprofundar a internacionalização nas diversas instâncias institucionais.

Às Pró-Reitorias de Extensão e Cultura, Ensino e Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação e Gestão de Pessoas.

Aos meus amigos, presentes ou distantes, por seu estímulo e apoio constantes.

À minha família, pela inspiração, incentivo, amor e sorrisos plenos.

Aos meus amigos, pela motivação, estímulo, carinho, torcida e paciência.

A todas as pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, e que desempenharam importante papel neste trabalho.

Aos meus alunos, que me inspiram e me motivam constantemente.

I would like to see all our students leaving this university with the added value that an internationalised curriculum can give: Besides good knowledge of their subject area, they should have open minds and generosity toward other people; know how to behave in other cultures and how to communicate with people with different religions, values, and customs; and not be scared of coping with new and unfamiliar issues. I would like to vaccinate all our students against the dark forces of nationalism and racism.

Nilsson, 2003.

RESUMO

Este trabalho é o relato de uma pesquisa qualitativa, situada no campo da linguística aplicada, que tem por objetivo geral investigar de que modo se estabelece o processo de internacionalização em uma universidade pública paranaense. Os objetivos específicos do estudo são: a) Identificar as políticas de internacionalização que a instituição desenvolve; b) Analisar as ações e programas de internacionalização no ensino, pesquisa e extensão em nível de graduação e pós-graduação. A pesquisa configura-se como um estudo de caso de caráter interpretativo e se estabelece a partir da análise dos documentos classificados em duas categorias: documentos oficiais, composto de leis, resoluções, portarias e editais que embasam a internacionalização em âmbito nacional e estadual; e documentos institucionais, que se constituem nos Planos de Desenvolvimento Institucional, em suas versões de 2012-2016 e de 2018-2022, no Regimento Institucional, Estatuto, Plano Anual de Atividades dos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018 e na Política Institucional de Internacionalização, além de seis entrevistas e um questionário. Os dados foram codificados e elencados em categorias interpretativas por meio de *code scheme* (LICHTMAN, 2013), *axial coding* e do software AntConc. Após a análise, os dados foram organizados em suas respectivas categorias de pesquisa. Para a interpretação dos dados foi utilizada a técnica de análise do conteúdo (BARDIN, 2009) e como viés teórico adotou-se a perspectiva decolonialista (QUIJANO, 1997, 2014; MIGNOLO, 2007, 2020; DUSSEL, 2000; GROSGOUEL, 2007). Após a análise e interpretação dos dados, concluiu-se que: a) As políticas de internacionalização desenvolvidas pela instituição estão alinhadas às políticas nacionais e do setor de educação, contudo possuem um forte viés para o fortalecimento das parcerias Sul-Sul, especialmente com países da América Latina e Caribe; b) As ações de internacionalização se concretizam através de fomentos externos, como os programas de aquisição e proficiência em línguas adicionais *O Paraná Fala Inglês* e *O Paraná Fala Francês*, programas de bolsas e auxílios internacionais, sendo que as políticas linguísticas adotadas na instituição são fomentadas pelo Estado ou subsidiadas por instituições privadas, com o início de uma política linguística institucional própria. Tendo em vista a triangulação e análise dos dados, conclui-se que para que a internacionalização se desenvolva de modo mais efetivo na instituição pesquisada, é necessária a implantação de políticas linguísticas consistentes e disponíveis a todo o corpo acadêmico, que englobem o desenvolvimento de habilidades orais e escritas de recepção e produção em línguas adicionais, além de que se estabeleça uma articulação coletiva e consistente entre todos os setores institucionais.

Palavras-chave: Internacionalização do Ensino Superior; Políticas Linguísticas; Língua Inglesa; Políticas e Ações de Internacionalização.

ABSTRACT

This work is the report of a qualitative research, whose general objective is to investigate how the process of internationalization in a public university in Paraná is established. The specific objectives of the study are: a) To identify the internationalization policies that the institution develops; b) To analyze the actions and programs of internationalization in teaching, research and extension at the undergraduate and postgraduate levels. The research is a case study of an interpretative nature and analyzed documents classified into two categories: official documents that base the internationalization at national and state level; and institutional documents, which constitute the Institutional Development Plans, the Institutional Rules, Statute, the Annual Activity Plans and in Institutional Policy of internationalization, in addition to six interviews and a questionnaire. The data were codified and listed in interpretive categories using coding scheme (Lichthan, 2013), axial coding and AntConc software. After the analysis, the data were organized into their respective research categories. For the interpretation of the data, the content analysis technique was used (BARDIN, 2009) and as a theoretical bias the collaborative perspective was adopted (QUIJANO, 1997, 2014; MIGNOLO, 2007, 2020; DUSSEL, 2000; GROSGUÉL, 2007). After analyzing and interpreting the data, it was concluded that: a) The internationalization policies developed by the institution are aligned with national policies and the education sector, but they have a strong bias towards strengthening South-South partnerships, especially with countries of Latin America and the Caribbean; b) The internationalization actions occur through external fomentation, such as acquisition and proficiency programs in additional languages, such as Paraná Speaks English and Paraná Speaks French, scholarship programs and international aid, and the language policies adopted in the institution are fostered by the State or subsidized by private institutions, with the beginning of an own institutional linguistic policy. Considering the triangulation and analysis of the data, it is concluded that so that the internationalization can develop more effectively in the institution researched, it is necessary to implement consistent linguistic policies available to the entire academic body, which include the development of oral and written reception and production in additional languages skills, and establish a collective and consistent articulation among all institutional sectors.

Keywords: Internationalization; Linguistic and Language Policies; English Language; Internationalization Policies and Actions.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - SÍNTESE DOS CAPÍTULOS DA PESQUISA	24
FIGURA 2 - ESTRUTURAS DE COLONIALIDADE DO PODER	31
FIGURA 3 – RESTRIÇÕES LINGUÍSTICAS ENFRENTADAS POR ESTRANGEIROS RESIDENTES NO BRASIL DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	33
FIGURA 4 - PLANEJAMENTO E POLÍTICA LINGUÍSTICA	35
FIGURA 5 - NÍVEL DE PROFICIÊNCIA NO TESTE TOEFL ITP ATINGIDO PELOS ALUNOS DO PROGRAMA INGLÊS SEM FRONTEIRAS	41
FIGURA 6 – LOCALIZAÇÃO DOS CAMPI	64
FIGURA 7 - PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	66
FIGURA 8 – METAS E ESTRATÉGIAS DO PNE	73
FIGURA 9 – META E ESTRATÉGIAS PARA A COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E INTERNACIONAL	74
FIGURA 10 – ANEXO I DO EDITAL CAPES/PRINT	82
FIGURA 11 – MODALIDADES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA INSTITUIÇÃO	96
FIGURA 12 – MODALIDADES DE INTERNACIONALIZAÇÃO NA INSTITUIÇÃO	96

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - DOCUMENTOS OFICIAIS REFERENTES AO PROGRAMA ISF	39
QUADRO 2 - CURSOS OFERTADOS PELO PROGRAMA ISF ²	40
QUADRO 3 - RELAÇÃO ENTRE OS ELEMENTOS NORTEADORES DA PESQUISA	57
QUADRO 4 - INSTRUMENTO DE GERAÇÃO DE DADOS	58
QUADRO 5- DOCUMENTOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS UTILIZADOS NA PESQUISA	59
QUADRO 6 – ESTRUTURA DO ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	60
QUADRO 7 - GERAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA	61
QUADRO 8 – CURSOS OFERTADOS PELA INSTITUIÇÃO	65
QUADRO 9 – VISÃO, MISSÃO E VALORES INSTITUCIONAIS PRESENTES NOS PDIS	86
QUADRO 10 - PRESENÇA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NO PDI 2018-2022	87
QUADRO 11 - PRESENÇA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NO REGIMENTO INSTITUCIONAL	88
QUADRO 12 - PRESENÇA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NO ESTATUTO INSTITUCIONAL.....	88
QUADRO 13 - PRESENÇA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NOS OBJETIVOS, METAS E AÇÕES – PAA 2015	89
QUADRO 14 - PRESENÇA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NAS ESTRATÉGIAS PARA PERMANÊNCIA DISCENTE - PAA 2015	89
QUADRO 15 - PRESENÇA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NO PO NO PAA 2016 - ERI	90
QUADRO 16 - PRESENÇA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NAS AÇÕES DA PRPPG - PAA 2016	90
QUADRO 17 - PRESENÇA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NAS AÇÕES DA PRPPG - PAA 2017	91
QUADRO 18 - PRESENÇA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NAS AÇÕES DA PROEC - PAA 2018	92
QUADRO 19 - PRESENÇA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NAS AÇÕES DA PRPPG - PAA 2018	93
QUADRO 20 - GESTÃO DAS AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO - ERI - PAA 2018.....	93
QUADRO 21 - PARCERIAS ESTRATÉGICAS E MOBILIDADE - ERI - PAA 2018.....	94
QUADRO 22 - CONVÊNIOS FIRMADOS SOB UMA PERSPECTIVA CONTINENTAL	103

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - BOLSAS CONCEDIDAS PELO PROGRAMA CSF ATÉ 2016	77
TABELA 2 - MODALIDADES DE DISTRIBUIÇÃO DAS BOLSAS	77
TABELA 3 - PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DOS ESTUDANTES BRASILEIROS.....	78
TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DAS BOLSAS CONFORME AS ÁREAS CONSIDERADAS PRIORITÁRIAS	78
TABELA 5 - CONVÊNIOS FIRMADOS PELA INSTITUIÇÃO	101
TABELA 6 - PAÍSES COM OS QUAIS A INSTITUIÇÃO POSSUI CONVÊNIOS	102

LISTA DE SIGLAS

Cf.	Confira.
Et alii / <i>Et al.</i>	E outros.
Opus citatum	Na obra citada.
Passim	Informação retirada de diversas páginas do documento referenciado.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A LÍNGUA, SOB UMA PERSPECTIVA DECOLONIALISTA.....	26
2.1 ESTUDOS DECOLONIAIS.....	27
2.2 POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS.....	32
2.2.1 O PROGRAMA INGLÊS SEM FRONTEIRAS.....	38
2.2.2 O PROGRAMA PARANÁ FALA INGLÊS.....	43
2.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A LÍNGUA INGLESA	47
2.3.1 INGLÊS COMO LÍNGUA FRANCA GLOBAL.....	47
2.3.2 ENGLISH-MEDIUM INSTRUCTION (EMI)	50
CAPÍTULO 3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	55
CAPÍTULO 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	67
4.1 POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO.....	68
4.1.1 NÍVEL NACIONAL/SETORIAL	69
2.3.3.1 O Programa Ciência sem Fronteiras	75
4.1.2. NÍVEL DE SISTEMA	83
4.1.3 NÍVEL INSTITUCIONAL	85
4.1.3.1 Política institucional de Internacionalização	94
4.1.3.2 Políticas linguísticas adotadas pela instituição	97
4.2 AÇÕES E PROGRAMAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO	99
CAPÍTULO 5 CONCLUSÕES.....	104
5.1 CONTRIBUIÇÕES ACADÊMICAS DA PESQUISA.....	112
5.2 CONTRIBUIÇÕES PRÁTICAS DA PESQUISA.....	113
5.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	113
5.4 RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS.....	114
REFERÊNCIAS.....	115
APÊNDICES.....	141
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	142
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO À DIRETORA DO ESCRITÓRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	144
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA AO REITOR	148
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA À DIRETORA DO ESCRITÓRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	150
APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO.....	152
APÊNDICE F – ROTEIRO DE PESQUISA AO PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO.....	155
APÊNDICE G – ROTEIRO DE ENTREVISTA AO PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E CULTURA	157
APÊNDICE H – ROTEIRO DE ENTREVISTA À PRÓ-REITORA DE GESTÃO DE PESSOAS	159
APÊNDICE I – ROTEIRO DE ANÁLISE GERAL DA INTERNACIONALIZAÇÃO.....	161

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, as universidades são um *locus* privilegiado de produção e difusão de conhecimento. A globalização, enquanto fenômeno social, especialmente com a modernização da tecnologia da informação, aproximou sujeitos pertencentes a diversas nacionalidades, culturas e perspectivas, especialmente no contexto acadêmico, resultando em possibilidades de crescimento científico, intelectual, tecnológico, social e cultural de grandes proporções. Dentro desse cenário de interlocuções, parcerias e cooperação entre sujeitos e organismos dos mais diferentes países, a universidade exerce um papel de suma importância por meio do rompimento de barreiras geográficas, além de atuar como importante produtora e difusora de conhecimento.

O processo de internacionalização do ensino superior, cujas origens remontam às origens da própria universidade, única instituição que sempre foi global (ALTBACH, 1998), oferece campo fértil para pesquisas de diversas instâncias (MIURA, 2006; SIEGLER, 2009; TAVARES, 2016; STALLIVIERI, 2017a), especialmente em termos de globalização e internacionalização (KNIGHT, 2004; ALTBACH; KNIGHT, 2007; BRANDENBURG; De WIT, 2011; HUANG, 2014), internacionalização abrangente (HUDZIK, 2011), do currículo (LEASK, 2009, 2013, 2015; HELMS; TUKIBAYEVA, 2013), em casa (RIZVI, 2000; NILSSON, 2009; SARMENTO; BAUMVOL, 2016) e do campus (BEELEN; JONES, 2015), bem como de *rankings* acadêmicos (RAUHVARGERS, 2011; HAZELKORN, 2013; GÓMES, 2013; STREITWIESER, 2014; SANTOS, 2015), dentre outras investigações nesse vasto campo. Igualmente relevantes são os estudos sobre políticas linguísticas (RICENTO; HORNBERGER, 1996; RAJAGOPALAN, 2013; BERNINI, 2014; RICENTO, 2015; BALE, 2015; WILEY; GARCÍA, 2016; SARMENTO; ABREU-LIMA; FILHO, 2016; FINARDI; LEÃO; PINHEIRO, 2016; PASSONI, 2018) e o uso do inglês como meio de instrução (ALI, 2013; MARTINEZ; FOGAÇA; FIGUEIREDO, 2015; MARTINEZ, 2016; SARMENTO; BAUMVOL, 2016; TAQUINI; FINARDI; AMORIM, 2017).

Contudo, ainda há poucas pesquisas que abordem de que modo o fenômeno da internacionalização se processa em instituições recentes e que estejam em processo de consolidação, investigando as maiores dificuldades enfrentadas por essas instituições, que ainda se encontram em processo de escalada do Panteão universitário. Esta tese, portanto, constitui-se em relevante campo de investigação acadêmica, uma vez que se articula no sentido de compreender de que modo se processa a internacionalização em uma jovem universidade pública paranaense com relação às políticas, estratégias, programas e políticas linguísticas por ela adotada, incluindo em sua análise as dificuldades e obstáculos enfrentados nesse percurso e suas causas.

É importante observar que a internacionalização do ensino superior gera benefícios de diversas ordens, bem como desafios que necessitam ser analisados e, sempre que possível, transpostos. Desse modo, a necessidade de transposição desses desafios se apresenta em termos de ações que se configurem como aliadas para o benefício e crescimento da sociedade como organismo pleno, com o propósito de aquisição de conhecimentos científicos, técnicos e culturais que agreguem valor humano e qualidade de vida aos sujeitos, com vistas à superação de injustiças e desigualdades sociais.

A Declaração de Bolonha, documento assinado na cidade de Bolonha, na Itália, por ministros da Educação de 30 países europeus¹, em 19 de junho de 1999, originou o Processo de Bolonha e consistiu-se em um acordo de cooperação na educação superior europeia. Por meio dessa Declaração, os países signatários² se comprometem a conduzir reformas em seus sistemas de ensino superior, estabelecendo-se um Espaço Europeu para o Ensino Superior com base nos objetivos defendidos pela Declaração de Bolonha. Gerada pela necessidade de reagir à liderança estadunidense no segmento de internacionalização do ensino superior, a Declaração gerou consideráveis impactos na educação superior em âmbito mundial, resultando em dois blocos hegemônicos líderes da internacionalização: um formado pelos Estados Unidos e outro pela comunidade europeia.

¹ Disponível em <<http://www.ehea.info>>.

² Atualmente, conta com 47 países signatários da Convenção Cultural Europeia do Conselho da Europa, comprometidos com os objetivos do Espaço Europeu do Ensino Superior. Além dos países signatários, também participam do Processo de Bolonha a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), a Comissão Europeia, a CEPES (Organização Científica e Cultural do Centro Europeu do Ensino Superior) e o Conselho da Europa, além de pesquisadores e outras instâncias.

A internacionalização do ensino superior não é um fenômeno estático, mas um processo em constante evolução (De WIT, 2013). O mundo da educação superior e o mundo no qual a educação superior desempenha um importante papel estão em constante transformação, sendo seus principais elementos propulsores o desenvolvimento de serviços avançados de comunicação e tecnologia, o aumento da mobilidade internacional de mão-de-obra, a maior ênfase na economia de mercado e na liberalização do comércio. Some-se a isso o foco na sociedade do conhecimento, o aumento do investimento privado e a diminuição do investimento público na educação (KNIGHT, 2005). Esses elementos levam a um redirecionamento na educação superior em escala global, atribuindo novos papéis à universidade e iniciando um novo ciclo de competitividade, avaliações nem sempre justas e uma disputa nem sempre saudável pelas melhores colocações em *rankings* externos.

A globalização aproximou os continentes e tornou mais acessíveis a informação e a geração do conhecimento. Por outro lado, também acentuou as disparidades entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento e os subdesenvolvidos, comprovando que proximidade e acesso não são, necessariamente, sinônimos de qualidade, seja de ensino ou de vida. Na esteira da globalização e da internacionalização vieram modelos, receitas e conceitos norteados por uma perspectiva eurocêntrica de mundo e que nem sempre se aplicam a todas as realidades. Assim sendo, o Processo de Bolonha impulsionou a internacionalização, contudo, as realidades vividas em contextos não europeus, especialmente em países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, possuem distintas especificidades e nem sempre acompanham a internacionalização de suas instituições de ensino no mesmo ritmo, com os mesmos interesses ou posição de igualdade em relação aos países desenvolvidos.

É com essas realidades em vista que o viés teórico adotado nesta pesquisa parte de uma visão decolonialista da internacionalização. Tendo como ponto de partida as reflexões geradas pelo grupo de intelectuais latino-americanos membros do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), este trabalho busca aliar as concepções teóricas já consagradas em termos de internacionalização à perspectiva de análise latino-americana, aproximando-as do contexto no qual esta pesquisa se insere. Essa perspectiva tenta compreender o processo de internacionalização das IES desarticulado do modelo de velado colonialismo político, econômico e cultural, onde a internacionalização assume um papel predominantemente mercadológico em alguns

contextos. Desse modo, o olhar neste trabalho descreve os dados gerados pela pesquisa de modo objetivo e sem acrescentar camadas de maquiagem embelezadora aos fatos, ainda que se ressaltem os aspectos positivos. O contexto é latino-americano, os recursos são escassos, a visão de universidade é, em determinados momentos, limitada e a fórmula eurocêntrica de internacionalização não se aplica do mesmo modo.

Ao se falar em internacionalização faz-se necessário também abordar questões referentes às políticas linguísticas, especialmente em termos de línguas adicionais, uma vez que internacionalizar uma universidade é aproximar sujeitos de diferentes países, culturas, contextos e perspectivas de leitura de mundo. Essa aproximação se realiza por meio da linguagem e não existiria sem ela. Desse modo, para que se promova uma internacionalização de fato, não basta apenas focar na promoção de mobilidade em uma IES, mas torna-se fundamental a oferta de condições linguísticas para que se estabeleçam relações entre os sujeitos de distintas nacionalidades. Essa oferta precisa atender às necessidades linguísticas dos estudantes, professores e funcionários de uma instituição que se internacionaliza.

Estudos recentes preocupam-se com as questões referentes à política linguística e suas implicações sociais e no ensino de línguas no Brasil (CÁCERES, 2014; GARCEZ; SCHULZ, 2016; GIMENEZ; PASSONI, 2016a; RAJAGOPALAN, 2016; FINARDI, 2016; ALBERTI; CARLOS, 2017). Apesar de ainda haver um longo percurso a ser seguido em termos de atendimento às necessidades de formação linguística no país, especialmente com relação à proficiência em línguas adicionais (QUADROS-ZAMBONI, 2015), há exemplos de esforços com resultados satisfatórios. Isso se deve à ação coletiva de linguistas e linguistas aplicados nas mais diversas instâncias, desde organizações a órgãos estatais e consultivos e sua participação, ainda que não tão plena quanto se faz necessária, nas decisões de política linguística que geram impactos sociais e educacionais.

Ainda em termos de perspectiva linguística, a língua inglesa desempenha importante papel nesse processo. Com seu atual estatuto de língua franca global (CRYSTAL, 2003; McKAY, 2003; GIMENEZ *et al.*, 2015; FINARDI, 2017; FIGUEIREDO, 2018), a língua inglesa se impõe no cenário mundial como a língua da internacionalização. Através dela se estabelecem relações sociais, econômicas, políticas, culturais e educacionais, e universidades ao redor do mundo a adotam como

língua mediadora do ensino, elegendo o inglês como meio de instrução (JENKINS, 2013; IM; KIM, 2015).

No Brasil, a internacionalização do ensino superior ainda está se estabelecendo em muitas instituições e foi somente no final dos anos 1990 que a internacionalização começou a se consolidar (SOUZA SANTOS, 2011). Isso se deveu primeiramente ao programa Ciência sem Fronteiras, que inseriu a internacionalização no rol das prioridades da maior parte das IES brasileiras. O segundo fator foi a instituição por parte da CAPES de padrões internacionais de avaliação das atividades de pesquisa e pós-graduação desenvolvidas por instituições públicas brasileiras, provocando a expansão da internacionalização nas IES brasileiras (LIMA; CONTEL, 2009).

Em vista do exposto, a justificativa desta pesquisa ancora-se em três perspectivas. A primeira delas é de cunho científico, em virtude da possibilidade de contribuir com os estudos sobre a internacionalização do ensino superior no Brasil e na América Latina. A segunda justificativa é pessoal, devido ao fato de atuar há vinte e três anos como professora formadora no curso de Letras na instituição objeto deste estudo. Conforme afirmei em minha dissertação de mestrado e reitero neste trabalho:

Sempre tive pela instituição um sentimento de pertencimento muito forte, primeiramente por ter sido a instituição na qual me formei e pela qual sinto a necessidade de retribuir, a ela e à sociedade, por minha formação. Confesso que meu vínculo afetivo com a instituição é muito forte, e por esse motivo sempre busquei contribuir da melhor maneira para com o desenvolvimento do curso e da instituição (ZAMBONI, 2013; QUADROS-ZAMBONI, 2015).

Por fim, a terceira justificativa é social. Ao investigar o processo de internacionalização na universidade Estadual do Paraná, a pesquisa também contribui para a formação dos estudantes da instituição como um todo, estendendo seus benefícios a todos os *campi* e cursos, bem como a toda a comunidade acadêmica. Por conseguinte, os reflexos desses benefícios para o conhecimento, formação, pesquisa e inovação serão proveitosos para toda a sociedade, a médio e longo prazo.

A relevância desta pesquisa reside no fato de que o processo de internacionalização tem se constituído pauta prioritária nas universidades (BEERKEN et al, 2010; HUDZIK, 2011). De igual maneira, o Plano Nacional de Pós-Graduação da CAPES 2011-2020, que tem como objetivo definir diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para política de pós-graduação e

pesquisa no Brasil, refere-se à ênfase na internacionalização como sendo uma das suas metas principais.

Ressalta-se a importância deste trabalho pelo motivo de se constituir uma pesquisa inédita na instituição, o que permite analisar sistemática e objetivamente o estágio em que se encontra o processo de internacionalização na universidade pesquisada, identificando as suas potencialidades e fragilidades e possibilitando a realização dos ajustes necessários. Além disso, esta pesquisa também se configura por seu caráter histórico institucional, visto que apresenta o atual perfil e uma análise sistêmica e cuidadosa situada temporalmente. Em vista disso, este estudo poderá pautar futuras investigações relacionadas à internacionalização na instituição.

Partindo da premissa de que a internacionalização no ensino superior se concretiza por meio das políticas e ações desenvolvidas nos âmbitos nacional, setorial e institucional, esta pesquisa possui como *objetivo geral* investigar de que modo a internacionalização se processa na Universidade Estadual do Paraná.

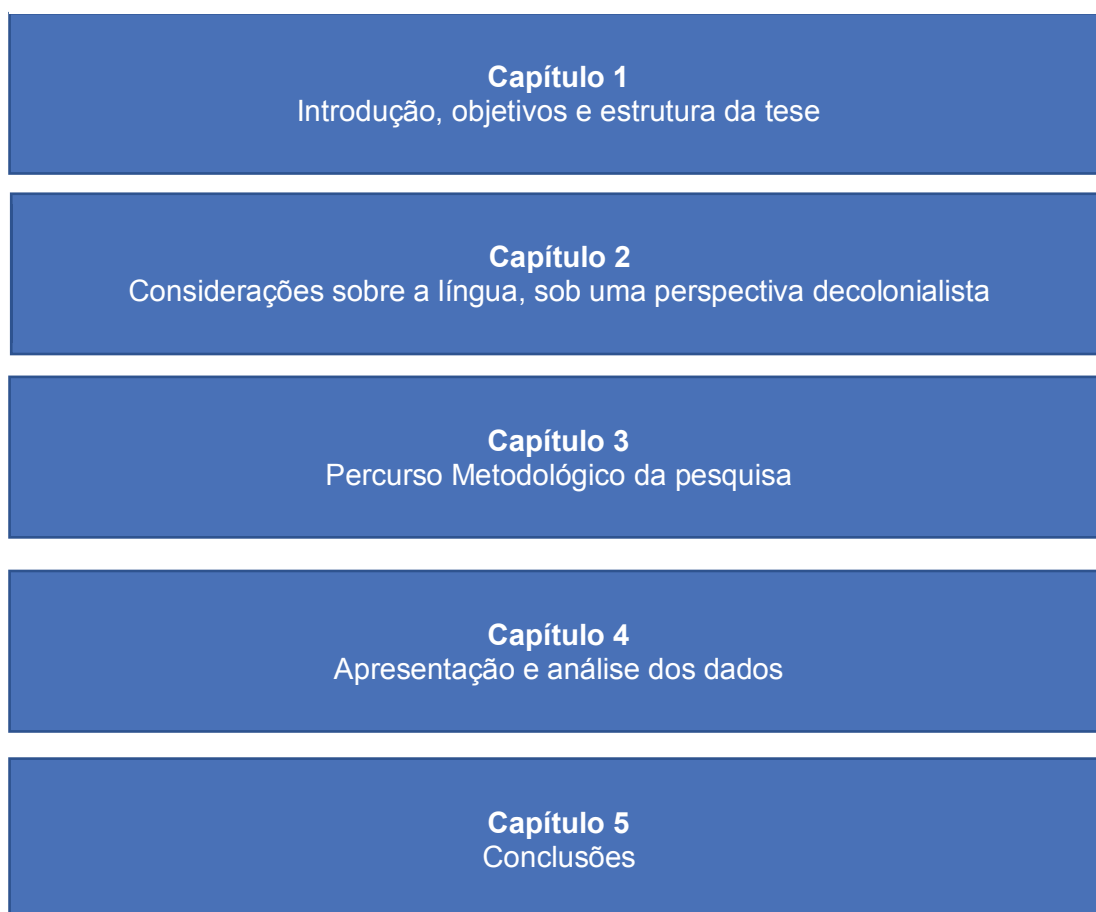
A fim de alcançar esse objetivo geral, os *objetivos específicos* que norteiam esta investigação são:

1. Identificar as políticas de internacionalização que a instituição desenvolve;
2. Analisar as ações e programas de internacionalização no ensino, pesquisa e extensão em nível de graduação e pós-graduação;

A pesquisa teve como objeto de estudo a Universidade Estadual do Paraná e a metodologia empregada é de natureza qualitativa, sendo descritiva e exploratória quanto aos objetivos, configurando-se em um estudo de caso. Como instrumentos de investigação foram utilizados questionário, entrevistas e análise de documentos oficiais e institucionais para a realização da triangulação dos dados. Quanto à análise dos dados, a pesquisa é interpretativa, lançando mão da análise de conteúdo por meio de esquema de codificação (*coding scheme*) e codificação axial (*axial coding*). Os sujeitos que contribuíram com a pesquisa foram seis respondentes, sendo eles o Reitor da instituição, a Diretora do Escritório Internacional, a Pró-Reitora de Ensino de Graduação, O Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, o Pró-Reitor de Extensão e Cultura e a Pró-Reitora de Gestão de Pessoas. Foram gerados ao todo um questionário e sete entrevistas.

Para analisar as questões aqui propostas, este trabalho está organizado em cinco capítulos, conforme representados na Figura 1.

FIGURA 1 - SÍNTESE DOS CAPÍTULOS DA PESQUISA



FONTE: A autora (2018).

O primeiro capítulo, **Introdução**, apresenta a pesquisa em termos gerais, tecendo considerações iniciais sobre o tema, apresentando a justificativa, objetivos e metodologia da pesquisa e finalizando com uma síntese dos capítulos presentes nesta tese.

O segundo capítulo, **Algumas considerações sobre a língua, sob uma perspectiva decolonialista**, aborda o viés teórico desta investigação: a perspectiva decolonialista, e apresenta considerações sobre as políticas linguísticas, o inglês como língua franca global e o uso da língua inglesa como meio de instrução.

O terceiro capítulo, **Percurso Metodológico da Pesquisa**, aponta os aspectos metodológicos da pesquisa, em termos de definição de sua natureza, objetivos, estratégia, modalidade, instrumentos de investigação e procedimentos de geração e análise dos dados, sujeitos e contexto da pesquisa.

O quarto capítulo, **Apresentação e análise dos dados**, apresenta os dados gerados no decorrer da pesquisa referentes às estratégias, políticas, programas,

obstáculos e limitações, analisando-os à luz do referencial teórico apresentado nos capítulos anteriores.

O quinto capítulo, **Conclusões**, apresenta uma breve retrospectiva do percurso investigativo, retoma as perguntas de pesquisa e busca respondê-las, à luz do referencial teórico que sustenta esta investigação, apresentando e defendendo a tese gerada pela análise dos dados e propondo implicações da pesquisa.

CAPÍTULO 2

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A LÍNGUA, SOB UMA PERSPECTIVA DECOLONIALISTA

2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A LÍNGUA, SOB UMA PERSPECTIVA DECOLONIALISTA

O discurso oficial da internacionalização da Educação Superior é uma construção ideológica, 'não caiu do céu' e nem manifesta uma verdade derradeira. Pelo contrário, apesar de se apresentar, em muitos casos, como um discurso produzido por um lócus de enunciação neutro, sua vontade de verdade deixa pistas e rastros de um posicionamento fortemente ideológico.

Martinez, 2017

Com vistas a atender aos objetivos propostos nesta investigação, este capítulo abordará o referencial teórico necessário à compreensão dos aspectos relativos à internacionalização do ensino superior (doravante IntEs) e, para tanto, está estruturado em três seções. Desse modo, são discutidos: a) estudos decoloniais; b) políticas linguísticas; c) considerações sobre a língua.

2.1 Estudos Decoloniais

O encontro dos membros fundadores do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) teve início a partir de 1998. Nessa data, o sociólogo venezuelano Edgardo Lander organizou em Caracas um evento com apoio do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), do qual participaram o semiólogo argentino Walter Mignolo, o antropólogo colombiano Arturo Escobar, o sociólogo e filósofo peruano Aníbal Quijano, o filósofo argentino Enrique Dussel e o antropólogo venezuelano Fernando Coronil. Desse evento originou-se o livro “A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas”, publicado em 2000. No mesmo ano, os sociólogos porto-riquenhos Ramón Grosfoguel e Augustín Lao-Montes, professores na universidade pública estadual nova-iorquina Binghamton, organizaram o congresso internacional intitulado “Transmodernity, historical capitalism, and coloniality: a post disciplinary dialogue”, no qual participaram Quijano, o sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein, Dussel e Mignolo.

Esse mesmo grupo organizou no ano seguinte o evento “Historial Sites of Colonial Disciplinary Practices: The Nation-State, the Bourgeois Family and the Enterprise”, ao qual se somaram as sociólogas indianas Vandana Swami e Chandra Mohanty, a socióloga sul-africana Zine Magubane, a filósofa e escritora cubana Sylvia Winters, além de Mignolo, Quijano e Coronil, o que acrescentou ao debate importantes questões acerca das questões relacionadas ao gênero e raça. Mais intelectuais se somaram ao grupo, dentre os quais se destacam o filósofo colombiano Santiago Castro-Gomes, o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres, a linguista estadunidense Catherine Walsh, o sociólogo português do direito Boaventura de Souza Santos e a semióloga argentina Zulma Palermo.

Alguns desses autores já possuíam uma trajetória teórica importante, como Wallerstein (Teoria do Sistema-Mundo), Dussel (Teoria da Libertação) e Quijano (Teoria da Dependência), o que foi fundamental para o estabelecimento de uma direção crítica e reflexiva para o grupo. Conforme esclarece Escobar (2003), a perspectiva teórica do grupo não busca confrontar as teorias preexistentes, mas somar-se a elas, dando voz às teorias produzidas na América Latina e igualmente relevantes, mas até então silenciadas ou subestimadas:

Esse corpo de trabalho, ainda relativamente desconhecido no mundo anglófono por motivos que vão muito além da língua e que falam do núcleo do programa, constitui uma nova perspectiva da América Latina, contudo não apenas para a América Latina, mas para o mundo das ciências sociais e humanas como um todo. Isso não significa que o trabalho desse grupo seja de interesse apenas para as ciências sociais e humanas supostamente universais, mas que o mesmo grupo busque intervir decisivamente na discursividade própria das ciências modernas para configurar outro espaço para a produção de conhecimento - uma forma diferente do pensamento, um outro paradigma, a própria possibilidade de falar de "mundos e conhecimento de outro modo". O que esse grupo sugere é que outro pensamento, outro conhecimento e outro mundo [...] são certamente possíveis³ (ESCOBAR, 2003, p. 52-53).

Como o mesmo autor esclarece (opus citatum, p. 52-53), a genealogia filosófica do grupo inclui debates suscitados na década de setenta nos campos

³ No original: este cuerpo de trabajo, aún relativamente desconocido en el mundo angloparlante por razones que van mucho más allá del idioma y que hablan del núcleo del programa, constituye una novedosa perspectiva desde Latinoamérica, pero no sólo para Latinoamérica sino para el mundo de las ciencias sociales y humanas en su conjunto. Esto no significa que el trabajo de dicho grupo es sólo de interés para las supuestamente universales ciencias sociales y humanas, sino que el mismo grupo busca intervenir decisivamente en la discursividad propia de las ciencias modernas para configurar otro espacio para la producción de conocimiento – una forma distinta de pensamiento, un paradigma otro, la posibilidad misma de hablar sobre «mundos y

da filosofia, sociologia, ciências sociais, antropologia, estudos culturais, feminismo, teoria pós-colonial, entre outros, sendo essa multiplicidade de olhares o fator principal de enriquecimento teórico o grupo:

A Teologia da Libertação dos anos sessenta e setenta; os debates em filosofia e ciências sociais em noções como a filosofia latino-americana da libertação e uma ciência social autônoma (por exemplo, Enrique Dussel, Rodolfo Kusch, Orlando Fals Borda, Pablo Gonzalez Casanova, Darcy Ribeiro); a teoria da dependência; os debates na América Latina sobre modernidade e pós-modernidade dos anos oitenta, seguidos das discussões sobre hibridismo em antropologia, comunicação e estudos culturais nos anos noventa; e, nos Estados Unidos, o grupo latino-americano de estudos subalternos. O grupo da modernidade/colonialidade encontrou inspiração em uma ampla gama de fontes, de teorias críticas europeias e norte-americanas da modernidade, ao Grupo Sul-Asiático de Estudos Subalternos, a teoria feminista chicana, a teoria pós-colonial e da filosofia africana; do mesmo modo, muitos de seus membros operaram em uma perspectiva modificada de sistemas mundiais. Sua principal força orientadora, no entanto, é uma reflexão contínua sobre a realidade cultural e política latino-americana, incluindo o conhecimento subalternizado dos grupos explorados e oprimidos⁴.

O grupo, formado por diferentes e complementares origens de estudo, criou o conceito de *decolonialidade*. A perspectiva decolonialista discorda da concepção advinda dos estudos denominados pós-coloniais⁵, por conceber que o pós-colonialismo pressupõe que o período colonialista já encerrou seu ciclo, assim como as ações e consequências colonizadoras após a retirada dos países

conocimientos de otro modo». Lo que este grupo sugiere es que un pensamiento otro, un conocimiento otro – y otro mundo, en el espíritu del Foro Social Mundial de Porto Alegre— son ciertamente posibles.

⁴ No original: La Teología de la Liberación desde los sesenta y setenta; los debates en la filosofía y ciencia social latinoamericana sobre nociones como filosofía de la liberación y una ciencia social autónoma (e.g., Enrique Dussel, Rodolfo Kusch, Orlando Fals Borda, Pablo González Casanova, Darcy Ribeiro); la teoría de la dependencia; los debates en Latinoamérica sobre la modernidad y postmodernidad de los ochenta, seguidos por las discusiones sobre hibridez en antropología, comunicación y en los estudios culturales en los noventa; y, en los Estados Unidos, el grupo latinoamericano de estudios subalternos. El grupo de modernidad/colonialidad ha encontrado inspiración en un amplio número de fuentes, desde las teorías críticas europeas y norteamericanas de la modernidad, hasta el grupo surasiático de estudios subalternos, la teoría feminista chicana, la teoría postcolonial y la filosofía africana; así mismo, muchos de sus miembros han operado en una perspectiva modificada de sistemas mundo. Su principal fuerza orientadora, sin embargo, es una reflexión continuada sobre la realidad cultural y política latinoamericana, incluyendo el conocimiento subalternizado de los grupos explotados y oprimidos.

⁵ O desacordo com os pressupostos pós-colonialistas relaciona-se ao fato de que o prefixo “pós” traz em si a ideia de que um determinado fato, acontecimento ou período histórico já deixou de acontecer ou existir, havendo, portanto, um período posterior a esse evento. Todavia, conforme o grupo de intelectuais decolonialistas defende, o colonialismo continua presente, adquirindo novas posturas, ora de caráter mais sutil ora de caráter mais explícito. Desse modo, conceber a existência de um período histórico designado como “pós” significa afirmar que as sociedades outrora subjugadas pelos regimes colonizadores e imperialistas hoje se encontram plenamente emancipadas, o que, contudo, não se verifica nos tempos atuais.

colonizadores da América Latina, pois, Segundo Castro-Gómes e Grosfoguel (2007, p. 13),

a divisão internacional do trabalho entre centros e periferias, bem como a hierarquização étnico-racial das populações, formada durante vários séculos de expansão colonial europeia, não se alterou significativamente com o fim do colonialismo e a formação de estados-nação na periferia. Testemunhamos, antes, uma transição do colonialismo moderno para a colonialidade global, processo que certamente transformou as formas de dominação implantadas pela modernidade, mas não a estrutura das relações centro-periferia em escala mundial⁶.

Essa transição do colonialismo histórico e explícito para um velado colonialismo político, econômico e cultural, tão ou mais devastador quanto o anterior, assume novas configurações e se impõe além dos limites geopolíticos. Em um contexto predominantemente capitalista, ou seja, em que o capital monetário se impõe sobre as relações político-sociais mundiais, novas formas de colonização se configuram e se sobrepõem mundialmente. Como exemplo, temos o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o FMI (Fundo Monetário Internacional), o BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento), o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio, a OCDE, a União Europeia, além de organizações militares e estratégicas, como OTAN e Pacto de Varsóvia (CASTRO-GÓMES; GROSFOGUEL, 2007). Outros exemplos envolvem formas de exploração dos recursos naturais, como os minérios, petróleo, fauna e flora – que abastecem as poderosas indústrias farmacêuticas. O colonialismo hoje em dia assume novas características, por meio do controle econômico e imposição de regras, além de sanções impostas direta ou indiretamente aos países que não se adequam às suas imposições.

Um aspecto central da discussão decolonialista é o conceito de colonialidade do poder, conceito desenvolvido por Quijano (1989; 1997, 2005, 2010), através do qual se analisam as estratégias de poder subjacentes ao colonialismo moderno. Segundo o autor, esse modelo se manifesta através do padrão de poder colonial/eurocêntrico, “baseado na colonialidade da

⁶ No original: “[...] la división internacional del trabajo entre centros y periferias, así como la jerarquización étnico-racial de las poblaciones, formada durante varios siglos de expansión colonial europea, no se transformó significativamente con el fin del colonialismo y la formación de los Estados-nación en la periferia. Asistimos, más bien, a una transición del colonialismo moderno a la colonialidad global, proceso que ciertamente ha transformado las formas de dominación desplegadas por la modernidad, pero no la estructura de las relaciones centro-periferia a escala mundial.”

classificação racial como classificação social básica e universal” (QUIJANO, 2002, p. 19).

Para Mignolo (2010), a matriz colonial do poder “é uma estrutura complexa de níveis entrelaçados” (p. 12), articulada de forma a manter sob seu controle os principais aspectos da vivência e das relações humanas. Esse entrelaçamento de níveis envolve o controle de diversos elementos que afetam diretamente os sujeitos e a relações sociais, econômicas e de poder, sendo eles os controles da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento. A colonialidade do poder encontra-se representada na Figura 2.

FIGURA 2 - ESTRUTURAS DE COLONIALIDADE DO PODER



Segundo Grosfoguel (2016), o racismo e o sexismo epistêmico que se produz a partir da estrutura do mundo moderno, que por sua vez é patriarcal e racista, inferioriza o pensamento crítico de outras partes do mundo. O autor defende que o decolonialismo é, em sua essência, um tema de vida ou morte, pois não se ancora no dualismo cartesiano – que não reconhece o homem como parte da natureza e por isso a destrói, condenando a vida. Como consequência teórica e política, a transformação social não consiste somente em mudar o sistema econômico, pois ao se combater somente o capital, sem se deixar de lado a postura racista, sexista, eurocêntrica, cartesiana, torna-se a se reproduzir as mesmas estruturas de injustiça já existentes, pois a questão central não é o sistema econômico, mas a estrutura existente em nossa própria civilização

contemporânea. Por isso a necessidade de uma ruptura epistêmica para que se possa construir uma sociedade verdadeiramente decolonialista. Desse modo,

O capitalismo global contemporâneo ressignifica, em um formato pós-moderno, as exclusões causadas pelas hierarquias epistêmica, espiritual, raciais/étnicas e de gênero/sexualidade implantadas pela modernidade. Desta forma, as estruturas de longo prazo formadas durante os séculos XVI e XVII continuam a desempenhar um papel importante no presente⁷ (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007, p. 14).

A economia mundo-europeia surgiu no final do século XV e início do século XVI, período de transição europeu, que remete à transição do feudalismo ao capitalismo na Europa, como um novo sistema social ou uma entidade econômica – e não política - que se sobrepunha a impérios, nações e estados. Diferentemente dos períodos anteriores, em que os sistemas equivalentes à economia-mundo acabavam por se transformar em império, essa nova configuração não se repetiu, principalmente por influência estratégica do capitalismo moderno e do avanço tecnológico e industrial. Desse modo, foi possível a expansão dessa economia-mundo sem a necessidade de uma estrutura política unificada, uma vez que os impérios políticos são “meios primitivos de dominação econômica” (WALLERSTEIN, 1991, p. 26).

A colonialidade do poder e do saber incidem diretamente sobre os diversos aspectos humanos e se reflete por meio da língua, pois através dela se materializam as relações de poder instituídas socialmente (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1997; FOUCAULT, 1996, 2006). As políticas linguísticas, portanto, reproduzem a colonialidade do poder e do saber e, por essa razão, serão analisadas na seção a seguir.

2.2 Políticas Linguísticas

Debater o tema da internacionalização no ensino é debater políticas linguísticas, uma vez que as interlocuções, negociações de sentidos, integração

⁷ No original: “[...] el capitalismo global contemporáneo resignifica, en un formato posmoderno, las exclusiones provocadas por las jerarquías epistémicas, espirituales, raciales/étnicas y de género/sexualidad desplegadas por la modernidad. De este modo, las estructuras de larga duración formadas durante los siglos XVI y XVII continúan jugando un rol importante en el presente”

e desenvolvimento de atividades sociais, culturais e acadêmicas demandam um conhecimento linguístico compartilhado entre os atores envolvidos.

As políticas linguísticas estão presentes em diversas instâncias, formais e informais e se manifestam tanto a partir de leis e portarias, quanto nas relações entre os sujeitos, como nas famílias, grupos de amigos, em locais de trabalho, empresas, em escolas (GARCEZ; SCHULZ, 2016), entre inúmeros outros exemplos.

A título de ilustração, a Figura 3 apresenta um exemplo de política linguística, por meio de um quadro exposto obrigatoriamente em casas comerciais, repartições públicas, clubes e locais de aglomeração pública. Esse quadro foi produzido pela Delegacia de São Lourenço do Sul, RS, em 2 de março de 1942, atendendo à legislação de Getúlio Vargas quanto à proibição de se falar línguas estrangeiras em público, em especial dos países do Eixo, da Segunda Guerra Mundial: Alemanha, Japão e Itália⁸.

FIGURA 3 – RESTRIÇÕES LINGUÍSTICAS ENFRENTADAS POR ESTRANGEIROS RESIDENTES NO BRASIL DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL



FONTE: Foto acervo de Edilberto Luiz Hammes. publicado em “Folha Pomerana” N° 231, 2018, em 17 de março de 2018.

Existe uma multiplicidade de sentidos do termo em português *política linguística*, utilizado tanto para se referir às decisões políticas referentes à língua, seu uso e ensino quanto às atividades de implementação dessas políticas e contrasta o termo brasileiro aos dois termos utilizados em inglês para se

⁸ Sobre a repressão das línguas faladas por imigrantes europeus e seus descendentes, conferir Campos (2006).

referirem a essas instâncias: *language policy* e *language planning*. O termo *language planning* aproxima-se dos sentidos relacionados à implementação das decisões políticas, bem como à análise de sua viabilidade e exequibilidade, contudo, inexistente em português um termo específico relacionado às decisões articuladas em instâncias políticas (RAJAGOPALAN, 2013).

Ricento (2006) afirma que os debates sobre política linguística sempre envolvem aspectos que vão além da língua e englobam questões referentes à política, economia e teoria social. Além disso, “ideologias sobre linguagem em geral e línguas específicas em particular, delimitam, em grande parte, o que é e não é possível no domínio do planejamento linguístico e da formulação de políticas”⁹ (p. 9).

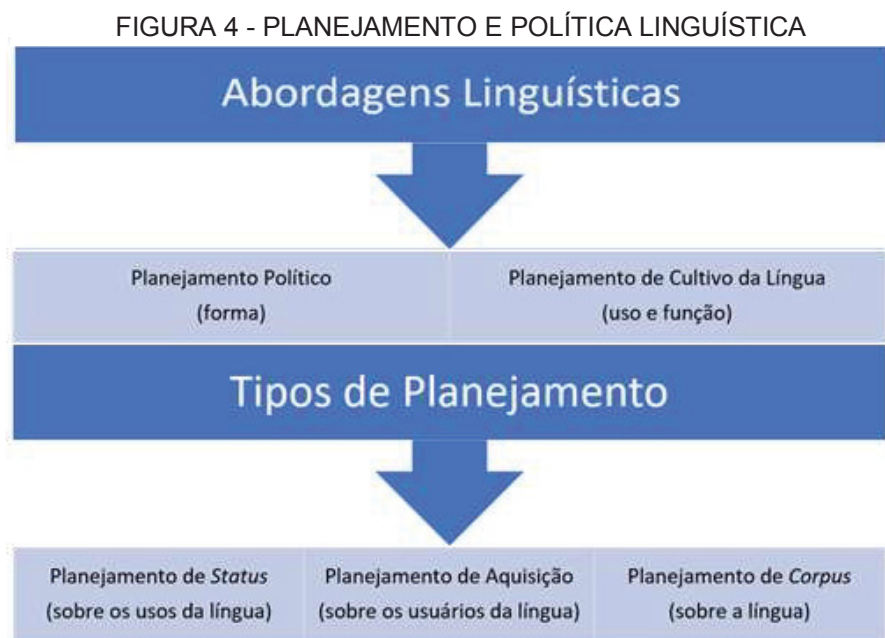
De acordo com Kloss (1969), uma das manifestações da política linguística se apresenta por meio do planejamento de *corpus* e de *status*. O primeiro, planejamento de *corpus*, refere-se às intervenções realizadas na forma da língua, por meio da criação de uma escrita, de neologismos, normatizações e padronizações da língua. O planejamento de *status* se refere a promover uma língua a oficial ou desconsiderá-la como língua oficial de um país ou região, determinar seu ensino nas escolas, entre outras ações. De maneira resumida, a planificação de *corpus* preocupa-se com as questões estruturais da língua, enquanto que a planificação de *status* se ocupa de seus aspectos políticos:

Cooper (1989) acrescenta a esse modelo o planejamento de *aquisição*, através do qual se criam mecanismos para influenciar a alocação de usuários ou a distribuição de línguas, por meio da criação ou melhoria de oportunidades ou incentivo para aprendê-las, ou ambos (HORNBERGER, 2006).

Com base nesses dois modelos (KLOSS, 1969; COOPER, 1989), Ricento e Hornberger (1996) propõem uma estrutura integrada, por meio da qual há duas abordagens de planejamento linguístico: o planejamento político (forma) e o planejamento de cultivo (uso). O primeiro refere-se a questões em nível macroscópico, relacionadas à sociedade e nação e, portanto, preocupa-se com a língua padrão. O segundo refere-se a questões em nível microscópico, ou seja, questões relativas à língua e preocupa-se, portanto, com o letramento. Além dessas duas abordagens, os autores identificam três tipos de planejamento: de

⁹ No original: Ideologies about language generally and specific languages in particular delimit to a large extent what is and is not possible in the realm of language planning and policy making.

status, de aquisição e de corpus. O planejamento de *status* preocupa-se com os usos da língua, o planejamento de *aquisição* trata dos usuários e o planejamento de *corpus* lida com a língua propriamente dita. A Figura 4 sintetiza essa perspectiva.



FONTE: ADAPTADO DE RICENTO E HORNBERGER (1996).

Conforme enuncia Calvet (p. 1997, p. 5), “na maioria dos casos, as políticas linguísticas são obra do Estado ou de uma entidade pertencente ao Estado que possua alguma autonomia política”. Segundo o autor, o governo controla o sistema escolar e a mídia, e sua melhor estratégia é apresentar a reforma linguística escolhida através da escola.

O autor conceitua dois tipos de gestão das situações linguísticas: uma que se origina nas práticas sociais e outra que advém da intervenção sobre essas práticas. A primeira é denominada pelo autor de gestão *in vivo*, enquanto que a segunda é denominada gestão *in vitro*. Segundo o autor¹⁰,

¹⁰ No original: En sus laboratorios los lingüistas analizan las situaciones y las lenguas, las describen, formulan hipótesis sobre el porvenir de las situaciones, propuestas para resolver los problemas, y luego los políticos estudian estas hipótesis y propuestas, toman decisiones, las aplican. Estas dos aproximaciones son, pues, extremadamente diferentes y sus relaciones pueden ser a veces conflictivas, si las elecciones *in vitro* van a contramano de la gestión *in vivo* o de los sentimientos lingüísticos de los hablantes.

Em seus laboratórios, os linguistas analisam situações e idiomas, descrevem-nas, formulam hipóteses sobre o futuro das situações, propostas para resolver problemas e, em seguida, os políticos estudam essas hipóteses e propostas, tomam decisões, aplicam-nas. Essas duas abordagens são, então, extremamente diferentes e suas relações às vezes podem ser conflitantes, se as escolhas *in vitro* vão contra o gerenciamento *in vivo* ou os sentimentos linguísticos dos falantes (CALVET, 1997, p. 28).

Para Spolsky (2016), as políticas linguísticas possuem três componentes interligados, mas independentes: práticas, crenças e gestão. Segundo o autor, as *práticas linguísticas* são as escolhas e comportamentos observáveis dos sujeitos e engloba os aspectos linguísticos escolhidos e a variedade de linguagem usada e fornecem o contexto linguístico para qualquer sujeito que esteja aprendendo linguagem. As *crenças sobre a linguagem* mais relevantes envolvem os valores atribuídos às variedades e aos traços. O terceiro componente é a *gestão linguística*, que vem a ser o esforço observável e explícito realizado pelos sujeitos que possuem ou afirmam possuir autoridade sobre a língua. Segundo Spolsky,

A forma mais óbvia de gestão linguística é uma constituição ou lei estabelecida por um estado-nação que determina alguns aspectos do uso oficial da linguagem: uma exigência para uso de uma língua específica como meio de instrução ou em trâmites com as agências de governo, por exemplo (p. 36).

Com base em Rajagopalan (2003a; 2004), Rojo (2013) discorre sobre a política linguística realizada no Brasil, especialmente entre o período de 1990 a 2005. Segundo a autora, nesse período ocorreram quatro maneiras de atuar em termos de política linguística: a primeira foi por meio da participação nas políticas públicas, por meio de órgãos estatais, como CAPES e CNPQ e associações de corpo, como ANPOLL e ALAB, de maneira a buscar mudanças sociais efetivas, principalmente que deem visibilidade ou sejam favoráveis à própria corporação, ou seja, ao próprio corpo de linguistas e linguistas aplicados. Segundo a autora, ancorada em Rajagopalan (2004), há três maneiras de isso se efetivar: a) por meio de acordos em momentos decisivos, como quando a língua está em crise por alguma razão e é preciso atuar de maneira corporativa junto a essas instâncias¹¹; b) com a atuação dos linguistas como representantes de um corpo

¹¹ Como ocorreu com relação ao Projeto de Lei 1676/1999, conhecido como “Lei Aldo Rebelo”, que objetivava proibir o uso de estrangeirismos, vistos como ameaças à língua portuguesa e à nação brasileira (GARCEZ, 2004).

social, através da militância ou da atuação política junto a instituições tanto de corpo quanto de fomento e regulação; e c) pela participação nas políticas públicas, por meio do planejamento e execução, ainda que em menor grau, uma vez que isso depende também de política partidária e das relações entre os grupos partidários. Esses exemplos ocorrem de modo paralelo às pesquisas que se realizam na área, podendo ou não estar a elas atrelados.

A segunda possibilidade de atuação em termos de políticas linguísticas é por meio da prestação de serviços, por meio de extensões individuais ou de modo coletivo a entidades da sociedade civil, órgãos estatais, secretarias, ministérios, empresas, inclusive escolas e universidades privadas, ONG, movimentos civis etc., mas de maneira paralela à pesquisa ou como aplicação dos resultados da pesquisa. Nesse momento, o interesse se desloca da política de corpo e volta-se para o que acontece na sociedade em geral, com foco nas suas implicações sobre a linguagem. Nesse momento, estabelece-se uma parceria entre os pesquisadores e instituições.

O terceiro modo é por meio de pesquisas individuais ou em coletivos, voltadas a diversas questões sociais, como identidade, transculturalidade, ensino e aprendizagem de línguas, letramentos, formação de professores, acesso às novas tecnologias, como pesquisadores *insiders*, como colaboradores ou observadores.

A quarta maneira de atuação é por meio do planejamento e execução de políticas públicas de maior ou menor escopo ou impacto, como a participação no PNLD e na elaboração dos currículos, dentre outros, pesquisando seus efeitos e resultados com vistas inclusive a corrigir rumos de ação política.

Com base no exposto, é possível observar que o termo *política linguística* engloba dois sentidos distintos: a) práticas espontâneas, não intencionais, ocorridas em contextos sociais informais e deles originadas; e b) intervenção política do Estado, por meio de leis, decretos, portarias e similares, definindo numa abordagem *top-down*, as diretrizes linguísticas a serem utilizadas em seu contexto geográfico e/ou político. Em síntese, política linguística envolve ideologia e poder.

Feitas as considerações acerca da conceitualização de política linguística, as duas seções seguintes abordarão dois exemplos de política

linguística em âmbito nacional e estadual: os programas Inglês sem Fronteiras e Paraná Fala Idiomas, respectivamente.

2.2.1 O Programa Inglês sem Fronteiras

Criado em 2012, o programa Inglês sem Fronteiras (doravante IsF) surgiu como um programa emergencial em resposta à pouca adesão ao programa CsF em seu primeiro ano. A baixa adesão ao CsF deveu-se, possivelmente, por não haver número suficiente de centros aplicadores do teste TOEFL¹² no país (PINHEIRO; FINARDI, 2014) e, desse modo, as universidades federais brasileiras foram convidadas a se cadastrarem como centros aplicadores do teste TOEFL. Apesar do aumento de candidatos inscritos no programa CsF após a criação do IsF, observou-se um considerável número de candidatos com baixa suficiência na língua inglesa, revelando, portanto, que uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos estudantes brasileiros que se candidatavam às bolsas de mobilidade era de ordem linguística – em se tratando de proficiência em língua inglesa.

Em maio de 2012, foi instituído o Grupo de Trabalho Inglês sem Fronteiras, por meio da Portaria Normativa N° 105/2012, cujas atribuições foram:

I - Discutir ações relevantes que possibilitem a proficiência em língua Inglesa de alunos com perfil para participar do Programa Ciência sem Fronteiras;

II - Definir plano de trabalho com base nas ações propostas;

III - Analisar e dar parecer sobre propostas de parceria feitas à SESu sobre auxílio à proficiência em língua Inglesa para participação dos alunos no programa Ciência Sem Fronteira.

IV - Propor ações permanentes das IES para formação em língua Inglesa.

¹² O teste avalia a capacidade do aluno de usar e compreender o inglês na esfera acadêmica ao combinar as habilidades de compreensão e expressão oral, leitura e escrita para realizar tarefas acadêmicas.

Em dezembro de 2012, a Portaria Normativa N° 1.466/2012 instituiu o Programa Inglês sem Fronteiras e em agosto de 2013 foi lançado o primeiro edital do programa IsF, por meio do qual as universidades federais foram convidadas a estabelecer núcleos de apoio e ensino de língua inglesa, juntamente com a plataforma online My English Online (MEO). Em novembro de 2014, a Portaria Normativa N° 973/2014 amplia o programa, que passa a se chamar Idiomas sem Fronteiras (doravante IsF²) e em janeiro de 2016 a Portaria Normativa N° 30/2016 amplia o programa para os professores de idiomas da Educação Básica. O Quadro 1 apresenta os principais documentos oficiais referentes ao programa.

QUADRO 1 - DOCUMENTOS OFICIAIS REFERENTES AO PROGRAMA ISF

Portaria	Descrição
Portaria Normativa nº 105/2012	Institui o Grupo de Trabalho Inglês sem Fronteiras
Portaria Normativa nº 1.466/2012	Institui o Programa Inglês sem Fronteiras
Portaria Normativa nº 246/2013	Institui o Núcleo Gestor IsF
Portaria Normativa nº 25/2013	Institui o Sistema de Gestão do Programa IsF
Portaria Normativa nº 973/2014	Institui o Programa Idiomas sem Fronteiras
Portaria Normativa nº 30/2016	Institui e amplia o Programa Idiomas sem Fronteiras
Portaria Normativa nº 47/2017	Institui as regras de acesso ao My English Online
Portaria Normativa nº 49/2017	Altera o art. 3º da Portaria Normativa MEC nº 47/2017

FONTE: MEC

Para Gimenez e Passoni (2016a, p. 115), a inserção dos professores da Educação Básica no IsF revela-se promissora, uma vez que o programa é “um exemplo de política linguística atrelada a um projeto de desenvolvimento da competitividade do país no cenário internacional, com potencial impacto tanto na formação de professores quanto na Educação Básica”.

De acordo com o MEC (s/d), o objetivo principal do IsF² é promover ações em prol de uma política linguística para a internacionalização do Ensino Superior brasileiro, valorizando a formação especializada de professores de línguas estrangeiras. Nesse sentido, desenvolvem-se as seguintes ações¹³:

Em termos de **formação docente**, o programa oferta residência docente a professores de língua estrangeira em formação inicial e continuada, para capacitação de profissionais para a internacionalização.

Em termos de **capacitação em língua estrangeira**, o programa desenvolve atividades de formação em língua estrangeira voltadas para

¹³ Dados extraídos da página institucional do programa Idiomas sem Fronteiras. Maiores informações em <<http://isf.mec.gov.br/programa-isf>>.

estudantes, professores e agentes técnico-administrativos das IES credenciadas.

Em termos de **capacitação de estrangeiros**, o programa trabalha junto às universidades credenciadas para o desenvolvimento da proficiência linguística em língua portuguesa de estudantes estrangeiros.

O programa oferta três modalidades:

- I. Testes de língua estrangeira: a) de *nivelamento*, por meio do qual os candidatos adentram no programa, realiza-se a classificação em turmas on-line e presenciais e o diagnóstico de nível; b) de *proficiência*: voltado para alunos com proficiência a partir de B2¹⁴ e/ou candidatos em editais para mobilidade. Ambos os testes podem ser gratuitos ou subsidiados.
- II. Curso on-line: alguns dos cursos possuem tutoria presencial ou a distância com professores selecionados pelo programa.
- III. Curso presencial: são ofertados cursos presenciais de idiomas em universidades cadastradas como Núcleos de Línguas do programa (NucLi).

Os cursos ministrados até o presente momento e suas respectivas modalidades estão informados no Quadro 2:

QUADRO 2 - CURSOS OFERTADOS PELO PROGRAMA ISF²

Cursos	Modalidade
Inglês	Curso online autoinstrucional Curso online com tutoria presencial Curso presencial
Alemão	Curso online com tutoria presencial e online
Espanhol	Curso presencial
Francês	Curso presencial
Italiano	Curso online com tutoria presencial ou online Curso presencial
Japonês	Curso presencial

FONTE: MEC.

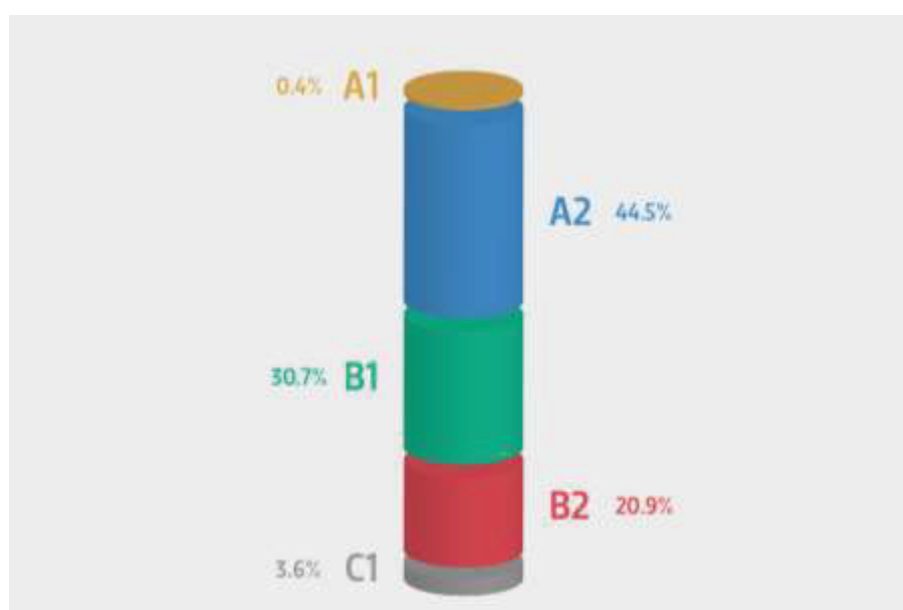
¹⁴ De acordo com o Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas, a proficiência linguística é indicada pelas letras A (falante básico), B (falante independente) e C (falante proficiente), sendo os números 1 e 2 atribuídos do menos ao mais avançado em cada categoria. Desse modo, o usuário classificado como B2 é considerado usuário independente da língua. Mais detalhes em <<https://www.coe.int/en/web/common-european-framework-reference-languages/level-descriptions>>.

Para o desenvolvimento das ações, o programa conta com parcerias de IES brasileiras, que atendem à demanda de internacionalização por meio do ensino de idiomas estrangeiros e formação de professores de línguas. Os países estrangeiros parceiros do programa ofertam cursos online e tutoria com profissionais de língua estrangeiros, que atuam em parceria com os profissionais locais, bem como enviam seus professores para o Brasil. Além desses atores, o programa também conta com a parceria de empresas e organizações na realização dos testes de proficiência e cursos online e no investimento em laboratórios de línguas em instituições selecionadas.

Conforme o Relatório Nacional de Proficiência em Inglês¹⁵ (s/d), entre 2013 e 2016 foram ofertadas pelo programa IsF² 1.235.494 vagas, sendo que dessas houve 545.582 inscrições e 342.158 testes corrigidos.

De acordo com o programa, os dados atualizados em fevereiro de 2017, com base nos resultados obtidos da aplicação do teste em 184 IES, indicam que a maioria dos alunos do referido programa obteve o score A2 (44,5%), seguido de B1 (30,7%), B2 (20,9%), C1 (3,6%) e A1 (0,4%). O nível de proficiência em língua inglesa atingido pelos estudantes participantes do programa IsF no TOEFL/iTP está representado pela Figura 5.

FIGURA 5 - NÍVEL DE PROFICIÊNCIA NO TESTE TOEFL ITP ATINGIDO PELOS ALUNOS DO PROGRAMA INGLÊS SEM FRONTEIRAS



FONTE: Relatório ISF (2017).

¹⁵ Disponível em <<http://isf.mec.gov.br/entenda-isf-botoes/pesquisas-e-relatorios>>.

Em sua tese de doutorado, Passoni (2018) defende que o IsF se constitui uma política linguística permeada por seis ideologias da língua inglesa: a) língua padrão; b) língua inglesa como mercadoria; c) falante nativo; d) instrumentalista do inglês; e) inglês como língua global; e f) imperialismo linguístico. A *ideologia da língua padrão* é reforçada por práticas e discursos que legitimam a existência de um sistema linguístico considerado modelo e ideal, representado pela variante linguística adotada pelos países que pertencem ao círculo interno (KACHRU, 1990). A *ideologia do inglês como mercadoria* é vista em diversos ramos de atividade econômica em que o inglês é visto como a língua oficial, tais como o turismo, comunicações, artes, tradução e ensino, sendo alimentada pelo ensino comercial da língua inglesa, pelos testes de inglês e pelas publicações acadêmicas em inglês. A *ideologia do falante nativo* reforça o estereótipo do falante ideal do inglês, impondo um modelo linguístico-fonológico considerado superior e que deve ser adquirido pelos aprendentes. A *ideologia instrumentalista do inglês* associa o conhecimento proficiente da língua inglesa ao sucesso nas relações econômicas, sociais, tecnológicas, acadêmicas e culturais. Além disso, no programa IsF, a língua inglesa é vista como instrumento para a aquisição de capital linguístico (BOURDIEU; PASSERON, 1977) necessário principalmente para o êxito acadêmico nas ações de mobilidade sendo, portanto, um instrumento para a internacionalização. A *ideologia do inglês como língua global* fundamenta-se sobre as premissas da ampla difusão da língua inglesa em escala mundial e da busca por uma língua que possibilite a comunicação e o entendimento entre sujeitos de diferentes países. Essa ideologia naturaliza o entendimento de que a internacionalização se faz fundamentalmente em inglês¹⁶. A *ideologia do imperialismo linguístico* confere primazia à língua inglesa, alinhando-a ao pressuposto monolíngue de que as línguas estão em competição, sobressaindo-se a hegemonia do inglês no contexto da internacionalização.

A importância dos programas CsF e IsF² é inquestionável para o avanço da internacionalização no Brasil. Contudo, a forma com que o inglês é “vendido” no mercado nacional e mundial, ou seja, como um produto de consumo obrigatório, que traz soluções para todos os problemas e assegura o acesso a

¹⁶ Cf. 2.3.1, EMI.

bens sociais, econômicos e culturais, materializando-se na pílula mágica que garante o acesso à felicidade e sucesso absoluto, precisa ser analisada criticamente. Atualmente, o inglês é um *commodity* (JORDÃO, 2004) de venda garantida, cujo valor agregado fundamenta-se sobre as ideologias a ele subjacentes. Do mesmo modo, as ideologias da língua inglesa refletidas sobre o programa IsF e apontadas por Passoni (2018), ainda que não diminuam a importância do programa para a ciência brasileira, evidenciam a colonialidade do saber e do poder (MALDONADO-TORRES, 2007; QUIJANO, 1997, 2005), de base epistemológica, ideológica, linguística e cultural que subjaz à política linguística adotada pelo programa.

2.2.2 O Programa Paraná Fala Inglês

Até a data de produção desta tese, o IsF era ofertado apenas em IES públicas federais, não atendendo à demanda das instituições públicas estaduais. Em vista disso e em resposta ao programa nacional de mobilidade internacional *Ciência sem Fronteiras*, o Estado do Paraná lançou o programa *Paraná Fala Inglês* (doravante PFI), com vistas a atender à demanda acadêmica por formação em língua estrangeira. Com o apoio da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná (SETI) e da Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF), o programa pertence ao plano estratégico da SETI denominado *Paraná Fala Línguas Estrangeiras* e objetiva apoiar o processo de internacionalização das instituições do ensino superior do Paraná. A SETI busca, com esse programa, aprimorar as capacidades de comunicação científica e acadêmica em língua estrangeira, com vistas a uma projeção dos cursos de graduação e pós-graduação paranaense a um “patamar compatível com o das melhores universidades nacionais e estrangeiras” (SETI, s/d)¹⁷. O programa possibilita que a comunidade universitária – estudantes, docentes, pesquisadores e agentes universitários – participe de cursos preparatórios semestrais, em nível intermediário e pós-intermediário, para o exame do TOEFL iTP. Desse modo, responde às necessidades de formação da comunidade universitária que tenham interesse de ampliar seus conhecimentos em língua

¹⁷ Informações extraídas do sítio eletrônico da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná. Maiores informações podem ser obtidas no endereço <http://www.seti.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=272>.

inglesa, de participar do programa federal Ciência sem Fronteiras e demais programas voltados à internacionalização (MARSON; BORGES, 2015)

O programa iniciou no segundo semestre de 2014, sendo que a primeira etapa teve a duração de 22 meses, sendo ofertado nas sete universidades estaduais do Paraná (UEL, UEM, UENP, UEPG, UNESPAR, UNICENTRO e UNIOESTE). Essa etapa ofertou cursos semestrais preparatórios para o exame TOEFL iTP, em nível intermediário e pós-intermediário para a comunidade universitária – estudantes de graduação e pós-graduação, docentes e agentes universitários.

A segunda etapa do programa iniciou em junho de 2017, sendo ofertados cursos que viabilizem a utilização da língua inglesa em contexto real, a exemplo do inglês acadêmico e inglês para fins específicos. As expectativas da SETI com esse programa são: a) que ele possa contribuir para potencializar as publicações em revistas de alto impacto internacional; b) preparar a comunidade acadêmica para cooperações internacionais no contexto da pesquisa, do ensino e da extensão, a partir de um cenário de diversidade linguística e cultural; e c) fomentar parcerias com países falantes de língua inglesa, a fim de promover ações conjuntas em prol da qualificação, do fortalecimento e da expansão do próprio programa.

O objetivo geral do programa, conforme informado pela SETI, é o de:

Impulsionar as universidades a promoverem ações de internacionalização de maneira significativa por meio do ensino, da pesquisa e da extensão que ultrapassem as barreiras geográficas ao capacitar estudantes, docentes e agentes universitários em língua estrangeira.

Como objetivos específicos, a SETI espera que o programa possa

1. Capacitar a equipe de coordenadores para gerirem os cursos em suas Instituições de Ensino Superior;
2. Capacitar a equipe de instrutores de línguas para ministrarem os cursos específicos;
3. Ofertar cursos preparatórios para obtenção da pontuação necessária em exames internacionais de língua inglesa;
4. Ofertar cursos de inglês geral, inglês acadêmico, inglês de fins específicos e outros, potencializando as publicações em revistas internacionais de alto impacto
5. Ofertar cursos para intensificar a participação da comunidade acadêmica em eventos internacionais e preparar a comunidade acadêmica para o cenário internacional da pesquisa, considerando a diversidade linguístico-cultural;

6. Ofertar cursos em áreas estratégicas de desenvolvimento internacional da universidade;
7. Fomentar a parceria com países falantes de língua inglesa, a fim de promover ações conjuntas em prol da qualificação, fortalecimento e expansão do PFI.

O programa possui sete núcleos, sendo eles situados nas seguintes universidades: UEL, UEM, UEPG, UNIOESTE, UNICENTRO, UENP, UNESPAR e sua gestão é realizada por um comitê gestor, composto pela Coordenação Estadual do programa Paraná Fala Inglês (PFI), um representante dos Coordenadores Institucionais e um representante da Unidade Gestora do Fundo Paraná. Esse comitê possui como principal atribuição realizar o acompanhamento das ações do programa e seus membros são designados pelo Coordenador Geral da UGF Paraná, via Portaria.

O programa possui parceria com o Governo Canadense, representado pela *Languages Canada* (Acordo Geral com a SETI) e a *Smart English* (Acordo com cada universidade). O *Languages Canada* é uma associação do setor de educação linguística do Canadá, que representa dois idiomas oficiais: inglês e francês. A associação é limitada a programas do setor público e privado. O objetivo da parceria, segundo a SETI, é o de identificar e definir linhas gerais para facilitar a implementação conjunta de programas, projetos, ações e atividades de interesse comum, especialmente na área de ensino da língua inglesa. A *Smart English* é uma instituição que produz e oferta um sistema de aprendizagem de língua inglesa desenvolvido pelo Departamento Pedagógico da Canadian College of English Language. Conforme divulga a SETI, “a parceria tem como objetivo realizar, em conjunto, projetos de excelência no ensino da língua inglesa, desenvolvendo um ambiente próprio para a internacionalização, a partir do Programa Paraná Fala Inglês”.

A equipe é formada por uma Coordenação Institucional e uma Coordenação Pedagógica e também conta com um Estudante de Graduação que desempenha pesquisas sobre o programa e auxilia a coordenação na logística e organização administrativa e burocrática. Para ministrar os cursos, cada campus conta com um professor de língua inglesa com formação em Letras e habilitação em inglês.

Os professores que atuam no programa, denominados anteriormente bolsistas e, atualmente, *professores graduados*, devem possuir,

preferencialmente, nível linguístico mínimo C1, de acordo com o Quadro Comum Europeu de Referência e dominar tecnologias digitais. Apesar de receberem uma bolsa mensal e de não possuírem vínculo empregatício com a instituição e, portanto, não possuírem direitos trabalhistas decorrentes dessa atividade, os professores do programa não podem ter nenhum vínculo empregatício ou receber qualquer outro tipo de bolsa. Cada professor ministra aulas para três turmas com quatro horas como carga horária semanal¹⁸. Os cursos têm duração de 60 horas e perduram por um semestre letivo. A carga de trabalho dos professores bolsistas é de 40 horas semanais, divididas entre preparação de aulas, desenvolvimento de pesquisa, formação pedagógica e atendimento aos alunos¹⁹.

Em fevereiro de 2018 foi lançado, como parte do Projeto Estratégico da SETI – Fundo Paraná, o programa *Paraná Fala Francês*, com duração de quatorze meses, sendo que a realização dos cursos está prevista para ocorrer durante doze meses desse período, com início a partir do primeiro semestre de 2018.

É de se destacar positivamente a iniciativa do Estado em suprir uma demanda não atendida pelo programa IsF, através do programa O Paraná Fala Línguas Estrangeiras (PFLE), contudo alguns aspectos chamam a atenção nesse programa. Primeiramente é a materialização do caráter hegemônico da língua inglesa, vista mais uma vez como a língua da internacionalização, ofertada exclusivamente durante os quatro anos iniciais do programa. Do mesmo modo que o IsF, o PFI oferta cursos de inglês com vistas a instrumentalizar o estudante para obter altos escores no teste TOEFL, como se isso resultasse diretamente na internacionalização das IES. Em segundo lugar, está o fato de que, mesmo com a proximidade com os demais países latino-americanos, falantes de espanhol, e apesar do Programa de Mobilidade Estudantil da Red Zicosur Universitária, a segunda língua a ser ofertada pelo programa PFLE é o francês. Ofertada possivelmente devido à parceria com a Languages Canada, ainda assim a escolha por esse idioma não passa despercebida. O PFLE poderia ser uma estratégia para a consolidação e desenvolvimento das parcerias Sul-

¹⁸ Dados obtidos no sítio institucional do programa: <<http://www.unespar.edu.br/paranafalaingles>>.

¹⁹ Dados obtidos dos editais de abertura de processo seletivo para contratação de professores bolsistas para o programa PFI.

Sul, contudo apenas reforça a visão colonializada e subalterna implícita, ainda que não intencional. Seja por meio de relações comerciais – como a parceria com instituições que provêm um pacote com duas línguas –, seja por meio de concepções ideológicas – as línguas inglesa e francesa possibilitam o acesso a instituições estadunidenses e europeias renomadas e, portanto, aos seus saberes superiores –, a política linguística adotada pelo programa PFLE revela um direcionamento a uma internacionalização vertical, Norte-Sul e, por sua vez, também reforça a colonialidade do saber e do poder (MALDONADO-TORRES, 2007; QUIJANO, 1997, 2005).

2.3 Algumas Considerações sobre a Língua Inglesa

A língua inglesa é vendida aos quatro cantos como sendo a língua da internacionalização, independentemente da localização geográfica de um determinado país ou instituição. Fruto de um discurso marcadamente colonialista, por meio do qual o eixo euroestadunidense se apresenta como central, líder e, portanto, superior aos demais contextos, especialmente em termos de produção do conhecimento, culturais, econômicos e em diversas outras instâncias, a hegemonia da língua inglesa sobre as demais línguas se estabelece no atual cenário da internacionalização. Seu predomínio nesse cenário é atualmente incontestável e, como é de conhecimento geral, estende-se também sobre as IES, sobre a produção científica global e sobre as inúmeras áreas de conhecimento. O jargão acadêmico *“publish or perish”* (em inglês, obviamente), passa a ser substituído por *“publish in English or perish”*, como se a não publicação em língua inglesa e, especialmente, em suportes anglófonos fosse prova de inconsistência ou incompetência científicas e, portanto, algo a ser desconsiderado.

Visto que a língua inglesa se consolida no cenário mundial como língua franca e nas IES como a língua da internacionalização, as próximas subseções discutirão esses dois contextos: o estatuto do inglês como língua franca global (ILFG) e o uso do inglês como meio de instrução (EMI).

2.3.1 Inglês como Língua Franca Global

No ano de 2011, um navio cargueiro gigante, ou seja, acima de 60 mil toneladas (possivelmente o Panamax Christina), de bandeira chipreana e tripulação chinesa, atracava no Porto de Paranaguá, o maior porto graneleiro da América Latina, localizado no litoral do Paraná. Para que pudesse ser operado por dois shiploaders (equipamento que leva a carga a granel dos armazéns até os porões do navio), foi necessário realizar uma manobra conhecida como “puxada” (deslocar o navio atracado ao cais sem a presença do prático a bordo). A manobra começou às 03:00 da manhã, aproveitando o pico da alta maré.

Na proa e na popa, uma tripulação chinesa tentava se comunicar com os amarradores brasileiros (funcionários portuários que realizam a amarração dos cabos dos navios nos cabeços do cais). Do alto da proa do navio os chineses gritavam: “Ra Me Mi Mo!” e no cais abaixo ninguém compreendia o que eles perguntavam.

Vários gritos depois, um estivador que observava a situação se aproximou e perguntou ao coordenador dos amarradores quantos metros o navio iria puxar e recebeu a resposta de 35 metros. O estivador ergueu as mãos, fazendo o sinal de 3 em uma e de 5 na outra para os tripulantes do navio. Do alto, o oficial chinês fez um gesto de positivo e iniciou a manobra.

No cais, os envolvidos na operação perguntaram ao estivador se ele conhecia o idioma chinês e a resposta foi essa:

– Ele não está falando em chinês. É inglês, com sotaque horrível! Ele estava perguntando: “Quantos metros a mais?” (How Many Meters More?) – “Ra Me Mi Mo?” era o que os brasileiros conseguiam entender do que era dito)”

O curioso do fato é que o estivador não fala inglês, apenas aprendeu alguns termos durante o seu serviço a bordo e deduziu que fosse isso.

E só assim a manobra foi realizada.

O episódio acima, narrado por um trabalhador portuário paranaense (ZAMBONI, 2018), além de verídico, ilustra o uso do inglês como língua franca global em um contexto autêntico de falantes de diferentes línguas e conhecimentos linguísticos. Usada para comunicação entre sujeitos falantes de línguas distintas, que não a possuem como língua materna, uma língua franca surge em situações diversas, como a língua utilizada para comunicação em uma determinada localidade em que haja falantes de diversas línguas; nas relações comerciais; em interações de lazer, como viagens turísticas e jogos mediados pela *internet*; em contatos sociais, acadêmicas e profissionais, como reuniões executivas ou o exemplo narrado acima, dentre outras situações.

Seidlhofer (2001, p. 146) define língua franca como sendo:

um sistema linguístico adicional que atua como um meio de comunicação entre falantes de línguas maternas diferentes, ou uma língua através da qual os membros de diferentes comunidades de fala podem se comunicar entre si, contudo não é a língua materna de nenhum deles – uma língua que não possui nativos²⁰.

Desse modo, qualquer língua pode exercer o papel de língua franca, basta que os interlocutores sejam falantes de diferentes línguas e a utilizem em suas relações sociais e profissionais.

No contexto atual, a língua inglesa surge como a língua da globalização, uma vez que língua inglesa e globalização estão profundamente interligadas (GRADDOL, 2006), alçando assim o *status* de língua global (CRYSTAL, 2003). Atualmente, o inglês é falado em mais de sessenta países como primeira ou segunda língua (CRYSTAL, 2004) e possui ao redor do mundo quase dois bilhões de falantes.

Para El Kadri (2010, p. 12), o estatuto de língua franca assumido pelo inglês é corroborado por dois fatores: a) pelas forças da globalização, que demandam uma língua comum para a interlocução de falantes de diferentes línguas maternas; e b) pelo aumento do número de pessoas que desejam adquiri-la, em busca dos benefícios econômicos que essa língua representa, apesar de não haver garantia de acesso aos bens produzidos pelo modelo econômico predominante.

Independentemente das diversas terminologias referentes ao atual estatuto da língua inglesa – como *World Englishes* (KACHRU, 1990, 1997), *World English* (RAJAGOPALAN, 2003b, 2010), língua internacional (McKAY, 2002) e língua franca (SEIDLHOFER, 2001; JENKINS, 2006, 2013; GIMENEZ; CALVO; KADRI, 2011) –, o fato de essa língua se constituir como principal meio de interlocução entre sujeitos de diversas nacionalidades traz consideráveis implicações ao seu ensino, assim como à formação de professores de língua inglesa e à produção de materiais didáticos, especialmente em países não anglófonos.

Essas implicações referem-se principalmente à abordagem com a qual a língua inglesa será trabalhada (DEWEY, 2012), uma vez que concebê-la como

²⁰ No original: an additionally acquired language system that serves as a means of communication between speakers of different first languages, or a language by means of which the members of different speech communities can communicate with each other but which is not the native language of either – a language which has no native speakers.

língua franca global (doravante ILFG) implica o rompimento epistêmico com a perspectiva ocidental (KUMARAVADIVELU, 2012) imperialista (McKAY, 2003), mercadológica e colonizada de ensino, que apresentava predominantemente apenas duas variantes dessa língua: o inglês britânico e o inglês americano, havendo, geralmente, a opção por apenas uma dessas variantes. Desse modo, a abordagem de ensino de ILFG passa a ser regida pelo ensino dos diversos ingleses presentes no mundo em suas representações orais e escritas, bem como pelo ensino subjacente das culturas dos países falantes desses ingleses.

Nessa perspectiva, Matsuda e Friedrich (2011, p. 335) defendem que

Outra possibilidade é ensinar uma variedade que seja própria dos alunos. Os americanos usam o inglês americano, os canadenses usam o inglês canadense e, graças às tentativas descritivas de estudiosos ingleses do mundo todo, as pessoas agora podem dizer que cingapurianos e indianos usam suas próprias variedades. Por que os japoneses não usam o inglês japonês e os brasileiros, o inglês brasileiro?²¹

Romper, portanto, com a perspectiva euroestadunidêntica de ensino de língua inglesa, além de apresentar um ensino desmistificado e mais abrangente dessa língua, torna-se também uma forma de adoção de uma perspectiva decolonialista desse ensino.

2.3.2 English-Medium Instruction (EMI)

Uma das principais características da internacionalização é o uso da língua inglesa como principal idioma do meio científico (GIMENEZ; PASSONI, 2016b), prática conhecida na literatura acadêmica comumente como English-Medium Instruction (EMI), Language Integrated Learning (CLIL), English for Specific Purpose (ESP), Integrating Content and Language (ICL) e Content-Based Instruction (CBI), com algumas variações entre si.

Nesta tese utilizaremos a definição de EMI apresentada por Macaro *et al.* (2017, p. 37): “O uso da língua inglesa para o Ensino de conteúdos

²¹ No original: Another possibility is to teach a variety that is the students' own. Americans use American English, Canadians use Canadian English, and thanks to descriptive attempts by world Englishes scholars, people can now say that Singaporeans and Indians use their own varieties. Why then can't Japanese use Japanese English and Brazilians use Brazilian English?

acadêmicos (outros além do próprio inglês) em países ou jurisdições em que a língua materna da maioria da população não é o inglês²².”

Como importante fenômeno do ensino superior contemporâneo, o assunto tem sido estudado por diversos pesquisadores ao redor do mundo, todavia não há um consenso sobre as suas implicações, especialmente em termos de aumento da proficiência linguística em língua inglesa e de êxito no acesso aos conhecimentos acadêmicos.

O aumento do uso da língua inglesa como mediadora de conteúdos disciplinares e da pesquisa acadêmica apresenta resultados contrastantes, de acordo com os diferentes contextos geopolíticos. Pesquisadores constataram benefícios advindos dessa prática (TATZL, 2011; JENSEN; THØGERSEN, 2011; BALL; LINDSAY, 2013; COSTA; COLEMAN, 2013; HOU *et al.*, 2013; AGUILAR; MUÑOZ, 2014; ROSE; McKINLEY, 2018), enquanto outros defendem que o EMI não desenvolve a proficiência linguística tornando-se, inclusive, um fator de não entendimento dos conteúdos acadêmicos (BERNINI, 2014). Há também estudos que revelam inadequações pedagógicas em seu ensino (HU, 2009; COSTA; COLEMAN, 2013; COTS, 2013; PILLER; CHO, 2013; WILKINSON, 2013), impactos negativos na qualidade do ensino superior (NGUYEN; HAMID; MONI, 2016) ou levantam questionamentos sobre o seu êxito (KANG; PARK, 2005; HU; LEI, 2014). Outros estudos apontam ainda para o fato de que a ausência de proficiência em língua inglesa por parte dos docentes e estudantes se constitui no maior impedimento para o êxito do EMI (BALL; LINDSAY, 2013; COTS, 2013; DOIZ *et al.*, 2013; FORTANET-GÓMEZ, 2012; WEBB, 2002; WILKINSON, 2013), enquanto há estudos que defendem que a política de ensino do EMI torna-se cúmplice na perpetuação e acentuação de desigualdades sociais (HU; LEI, 2013) e analisam as consequências nocivas da pressão exercida sobre os docentes para que ensinem conteúdos acadêmicos em outra língua (IM; KIM, 2015).

A inserção do EMI no currículo acadêmico, especialmente em contextos europeus, tem sido apontada como um fator importante para o aumento das oportunidades de internacionalização das universidades e a empregabilidade

²² No original: The use of the English language to teach academic subjects (other than English itself) in countries or jurisdictions where the first language of the majority of the population is not English.

global dos seus egressos (TATZL, 2011). Contudo, a complexa interação entre as ideologias de linguagem relacionadas ao EMI, as práticas de linguagem e os mecanismos de gerenciamento de linguagem apresentam um desalinhamento considerável entre as intenções previamente delineadas em termos de política linguística e as práticas reais em sala de aula, o que gera preocupações sobre a qualidade e as consequências do EMI no ensino superior (HU; LEI, 2014).

Com efeito, o fato de se ensinar conteúdos acadêmicos em língua inglesa não implica uma relação efetiva de internacionalização, uma vez que a concretização de um currículo internacionalizado envolve diversos fatores que vão além da língua utilizada para instrução:

Simplemente fornecer um programa em inglês é insuficiente para que ele seja considerado um currículo internacionalizado. Se o conteúdo do programa e os resultados da aprendizagem não forem internacionalizados e permanecerem os mesmos que na língua original, a simples alteração da linguagem da instrução não os fará²³ (BEELEN; JONES, 2015, p. 64).

Além dos fatores expostos acima, surgem dificuldades enfrentadas por estudantes e professores no ensino de conteúdos acadêmicos por meio do EMI. Dentre os principais obstáculos enfrentados pelos estudantes encontram-se as dificuldades em entender o conteúdo disciplinar, em termos tanto de conceitos gerais quanto de detalhes específicos; dificuldades em compreender as questões da avaliação; e em como expressar as ideias em inglês, especialmente nos testes (FINARDI; SILVEIRA; ALENCAR, 2016). Dentre os professores, os desafios relacionam-se a como fazer a transposição de um determinado conteúdo para as atividades de sala de aula em inglês. Além disso, há maior facilidade em aprofundar os conteúdos quando a aula é ministrada em língua materna, devido à dificuldade em expressar adequadamente as ideias em outra língua ou à dificuldade na tradução de termos específicos para o inglês (ÇANKAYA, 2017).

Não obstante as dificuldades encontradas, especialmente em contextos de países não anglófonos, muitas vezes as instituições insistem na implementação do EMI com vistas a alçar degraus mais altos nos *rankings*

²³ No original: Simply providing a program in English is insufficient for it to be considered an internationalized curriculum. If the program content and learning outcomes are not internationalized, and remain the same as in the original language, merely changing the language of instruction will not make them so.

acadêmicos, aumentando suas parcerias e os fomentos recebidos, uma vez que “a força do discurso oficial da internacionalização surge atrelada à ideia de globalização presente no senso comum da atualidade” (MARTINEZ, 2017, p. 17). Contudo, não basta que os conteúdos sejam ensinados em inglês, pois se esse ensino for simplesmente imposto sem que haja suporte institucional planejado para isso, em uma relação *top-down*, os resultados poderão ser problemáticos.

Altbach e De Wit (2018), ao analisarem o momento atual em termos de mobilidade acadêmica, informam as discussões atuais que se estabelecem na Europa sobre a questão da inteligibilidade dos conteúdos ensinados em língua inglesa. Para os autores, o tema é de fundamental importância, contudo deve ser analisado sob o prisma da preocupação com a qualidade do ensino ofertado pelas universidades, sem que se permita que essas discussões sejam permeadas por interesses nacionalistas-populistas, que buscam se apoderar do tema para justificar seus posicionamentos xenófobos e extremistas.

Martinez (2016), com base em Tsuneyoshi (2005) e Bradfor (2016) elenca os desafios linguísticos, culturais, estruturais e relacionados à identidade institucional enfrentados durante a implementação do EMI em termos internacionais e no contexto brasileiro. O autor analisa essas dificuldades também sob um prisma otimista de benefícios, como o efeito positivo sobre a motivação dos estudantes, a contribuição para a internacionalização em casa, a promoção da prática reflexiva, a própria melhoria nos aspectos didático-metodológicos das aulas e a colaboração entre professores de disciplinas distintas. Evidenciando a necessidade do aprofundamento das pesquisas brasileira sobre o EMI, Martinez defende que

é de suma importância que compreendamos mais sobre que efeito o EMI possui sobre a aprendizagem e os aspectos educacionais relacionados, pois somente assim seremos capazes de responder satisfatoriamente à pergunta que todas as partes afetadas ou interessadas no EMI precisam fazer: Por que implementar o EMI, em primeiro lugar?”²⁴

Nessa mesma perspectiva, Macaro (2017), defende que é necessário investigar as evidências relacionadas ao corpo docente, estudantes, legisladores

²⁴ No original: It is of paramount importance that we understand more about what effect EMI has on learning and related educational aspects because only then we will be able to more

e empregadores para que o EMI apresente benefícios. Desse modo, é necessário que se compreendam as perspectivas e posicionamentos desses atores, além de suas competências, aspirações e relacionamentos. Sem esse entendimento, o EMI será apenas uma locomotiva que se mantém em movimento sem chegar a lugar algum ou seguir alguma direção particularmente interessante.

Em síntese, o EMI é um fator importante para a IntEs, contudo é de interesse acadêmico o aprofundamento dos estudos sobre as necessidades e resultados de sua implantação, especialmente voltados para o cenário brasileiro e suas particularidades.

Feitas as considerações sobre decolonialismo, políticas linguísticas, inglês como língua franca global e como meio de instrução, o próximo capítulo descreverá a metodologia empregada para a realização desta pesquisa.

CAPÍTULO 3

PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

5 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Every discourse, even a poetic or oracular sentence, carries with it a system of rules for producing analogous things and thus an outline of methodology.

Jacques Derrida

Este capítulo apresenta o percurso metodológico percorrido para a realização desta pesquisa, que se configura de natureza qualitativa, sendo descritiva e exploratória quanto aos objetivos (FERNANDES; GOMES, 2003; SELLTIZ *et al.*, 1987; CERVO; SILVA, 2006). Quanto à estratégia, trata-se de um estudo de caso, uma vez que analisa as políticas e ações de internacionalização no âmbito de um contexto específico, o de uma determinada universidade pública paranaense. Quanto à modalidade, trata-se de pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. Quanto à análise dos dados, esta pesquisa é interpretativa, em virtude do posicionamento do pesquisador com relação aos dados levantados.

Considero importante retomar os objetivos da pesquisa para possibilitar o entendimento a respeito da construção do seu delineamento metodológico. Assim sendo, esta pesquisa possui como *objetivo geral* investigar de que modo a internacionalização se processa na Universidade Estadual do Paraná.

Em vista disso, os *objetivos específicos* que norteiam esta investigação são:

1. Identificar as políticas de internacionalização que a instituição desenvolve;
2. Analisar as ações e programas de internacionalização no ensino, pesquisa e extensão em nível de graduação e pós-graduação desenvolvidos pela instituição.

Objetivando alcançar os objetivos acima elencados, este trabalho se organiza de modo a responder às seguintes *perguntas de pesquisa*:

1. Quais são as políticas de internacionalização adotadas pela instituição?

2. Quais ações de internacionalização ocorrem na instituição em termos de ensino, pesquisa e extensão em nível de graduação e pós-graduação?

Por conseguinte, para responder às perguntas de pesquisa, as ações desenvolvidas serão as seguintes:

- Levantamento dos pressupostos norteadores do processo de internacionalização junto ao arcabouço teórico da área;
- Entrevistas e questionários junto aos setores responsáveis;
- Análise de documentos oficiais e institucionais.

O Quadro 3 apresenta a relação que se estabelece entre os objetivos, perguntas de pesquisa e ações:

QUADRO 3 - RELAÇÃO ENTRE OS ELEMENTOS NORTEADORES DA PESQUISA

OBJETIVO GERAL		
Investigar como se processa a internacionalização na universidade Estadual do Paraná.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	PERGUNTAS DE PESQUISA	AÇÕES
1. Identificar as políticas de internacionalização que a instituição desenvolve;	1. Quais são as políticas de internacionalização adotadas pela instituição?	• Levantamento dos pressupostos norteadores do processo de internacionalização junto ao arcabouço teórico da área.
2. Analisar as ações e programas de internacionalização no ensino, pesquisa e extensão em nível de graduação e pós-graduação desenvolvidos pela instituição.	2. Quais ações de internacionalização ocorrem na instituição em termos de ensino, pesquisa e extensão em nível de graduação e pós-graduação?	• Entrevistas e questionário junto aos setores responsáveis. • Análise de documentos oficiais e institucionais.

FONTE: A autora (2018).

Para alcançar o objetivo de coletar os dados necessários para responder às perguntas de pesquisa, foram utilizados como instrumentos de investigação questionários, entrevistas, transcrições e pesquisa bibliográfica e documental.

Os instrumentos de geração de dados e seus objetivos estão elencados no Quadro 4.

QUADRO 4 - INSTRUMENTO DE GERAÇÃO DE DADOS

Instrumentos		Objetivos
Primários	Observação	Compreender o contexto de atuação, responsabilidades e atividades dos responsáveis pelos ERIs.
	Gravação em áudio.	Registrar e transcrever as entrevistas para posterior análise.
	Questionários e entrevistas.	Investigar aspectos específicos sobre as perguntas de pesquisa.
Secundários	Editais. Documentos oficiais. Documentos institucionais.	Coleta de dados e informações. Análise documental.
	Publicações em sítios eletrônicos.	Coleta de dados e informações.

FONTE: A autora (2018).

Além dos instrumentos acima descritos, no início da pesquisa foram utilizados caderno, caneta, smartphone com softwares de gravação digital de áudio e de câmera digital, folders, panfletos, flyers, dentre outros. De acordo com os objetivos e as perguntas de pesquisa, foram estabelecidas as categorias de análise e as respectivas fontes de geração de dados. Desse modo, os dados para a pesquisa foram organizados tendo-se por princípio o âmbito de competência a que eles pertenciam e, por conseguinte, foram determinadas as fontes de investigação e quais ações seriam executadas para a obtenção desses dados.

Algumas categorias de análise não foram inquiridas a todos os respondentes, em virtude de não pertencerem ao seu âmbito ou responsabilidade ou devido aos dados já haverem sido suficientemente coletados anteriormente, por meio de análise documental, questionário ou entrevista. Por outro lado, dados sobre categorias de análise não previstas para determinados respondentes emergiram espontaneamente em algumas entrevistas.

Para que se pudesse compreender de que modo se estabelece o processo de internacionalização na instituição superior investigada e responder às perguntas de pesquisa, foi necessário recorrer à leitura de documentos oficiais e institucionais. Os documentos oficiais serviram para situar e esclarecer o complexo processo de internacionalização em termos de trâmites, políticas nacionais de internacionalização, regulamentos, definições, estatísticas, benefícios e entraves burocráticos. Os documentos institucionais possibilitaram

identificar os elementos elencados nas perguntas de pesquisa e interpretar os dados obtidos à luz da teoria que orienta este estudo. O Quadro 5 apresenta os documentos utilizados no transcorrer da pesquisa.

QUADRO 5- DOCUMENTOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS UTILIZADOS NA PESQUISA

Documentos oficiais	Documentos Institucionais
MEC	Plano de Desenvolvimento Institucional (versões 2012-2016 e 2018-2022)
CNPQ	Estatuto da Instituição
Editais	Regimento Institucional
Plano Nacional de Educação	Plano Anual de Atividades (versões 2015, 2016, 2017 e 2018)
Plano Nacional de Pós-Graduação	Política Institucional de Internacionalização (2018)
PEC-G	Editais institucionais
PEC-PG	Informações oficiais obtidas em páginas eletrônicas institucionais

Fonte: A autora (2018).

Para a geração de dados referentes a questões específicas sobre a instituição e sobre as quais ainda não havia dados disponíveis, foram utilizados um questionário (MARCONI; LAKATOS, 1999) com perguntas abertas e seis entrevistas semiestruturadas (GIL, 2011).

Para melhor compreensão das diversas faces que compõem o contexto de internacionalização, a elaboração das perguntas das entrevistas e questionário, pautou-se em uma lista geral de questões, abrangendo as estratégias, políticas e programas relacionados à internacionalização (KNIGHT, 2004). Em seguida, essas questões foram categorizadas conforme a área de sua competência, passando a constituir o questionário ou entrevista a cada um dos sujeitos responsáveis pelos setores específicos. Para que se pudessem obter dados mais completos, algumas perguntas foram feitas para mais de um respondente, a fim de gerar um número considerável de fontes de evidências para a posterior triangulação dos dados.

O questionário e o roteiro das entrevistas (Apêndices B, C, D, E, F, G, H) continham a seguinte estrutura, representada no Quadro 6:

QUADRO 6 – ESTRUTURA DO ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1) Estratégias de internacionalização
a. Estratégias Programáticas
i. Programas Acadêmicos
ii. Pesquisa e Colaboração Acadêmica
iii. Relações Exteriores: domésticas e transfronteiriças
iv. Atividades Extracurriculares
b. Estratégias Organizacionais
i. Administrativas (Governança)
ii. Operacionais
iii. Serviços
iv. Recursos Humanos
2) Políticas de Internacionalização
a. Em nível nacional/setorial
b. No setor de Educação ou em nível de sistema
c. Em nível institucional
3) Programas de Internacionalização
a. Em nível nacional
b. Em nível setorial
c. Em nível institucional
4) Dificuldades e obstáculos

Fonte: A autora (2018).

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para a análise de conteúdo. O roteiro do questionário possui a mesma estrutura, acrescido de perguntas complementares, necessárias para a obtenção de dados adicionais para a pesquisa. O questionário foi encaminhado por e-mail à diretora do Escritório de Relações Internacionais (ERI) da instituição, sendo que algumas das questões foram esclarecidas posteriormente à pesquisadora por meio de contato telefônico. Devido ao número expressivo de informações que precisariam ser obtidas junto à direção do ERI, as perguntas foram divididas entre questionário e entrevista. O questionário apresentou questões de resposta mais pontual, objetiva e numérica (e para que houvesse tempo suficiente para que a respondente pudesse coletar as informações solicitadas). A entrevista aconteceu quatro meses após o envio do questionário com as informações

solicitadas e buscou responder primeiramente às dúvidas existentes quanto aos dados fornecidos pelo questionário e em seguida às demais questões, constantes do roteiro de entrevista.

Ao todo, foram geradas cinco horas e setenta e cinco minutos de entrevistas, que foram transcritas integralmente e submetidas à análise²⁵. O Quadro 7 apresenta maiores informações sobre a geração de dados por meio do questionário e entrevistas.

QUADRO 7 - GERAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

Data	Instrumento de Geração de Dados	Extensão dos Dados	Respondente
24/10/2017	Questionário	36 perguntas	Diretora do Escritório de Relações Internacionais
13/11/2017	Entrevista semiestruturada	1h21min31sec	Reitor
19/02/2018	Entrevista semiestruturada	1h20min45sec	Diretora do Escritório de Relações Internacionais
11/12/2017	Entrevista semiestruturada	36min21sec	Pró-Reitora de Ensino de Graduação
23/02/2018	Entrevista semiestruturada	45min22sec	Pró-Reitora de Gestão de Pessoas
17/5/2018	Entrevista semiestruturada	49min43sec	Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
07/6/2018	Entrevista semiestruturada	55min48sec	Pró-Reitor de Extensão e Cultura
15/9/2018	Entrevista semiestruturada - via aplicativo de mensagem instantânea	25 perguntas	Diretora do Escritório de Relações Internacionais

FONTE: A autora (2018).

Como fontes de evidência (YIN, 2005), foram utilizados questionário com questões abertas, entrevistas semi-estruturadas, análise de documentos oficiais e institucionais e informações oficiais obtidas em páginas eletrônicas institucionais. Desse modo, um mesmo aspecto é apresentado por meio de múltiplas perspectivas, o que permite, por sua vez, um olhar mais abrangente a seu respeito e uma melhor compreensão sobre os fenômenos investigados.

Com o objetivo de obter uma gama ampla de dados e lhes conferir significado, foi utilizada a técnica de triangulação de dados, através da qual os dados são gerados a partir de diferentes fontes e perspectivas, fornecendo várias fontes de evidências (MINAYO; MINAYO-GOMÉZ, 2003).

Desse modo, a interpretação dos dados ocorreu por meio da triangulação entre: a) as informações fornecidas pelas fontes de evidências; e b) o arcabouço teórico que fundamenta esta investigação, buscando-se confluências e divergências entre esses dois elementos. Para a interpretação

²⁵ Para preservação das fontes, as transcrições das entrevistas não serão anexadas a esta tese, contudo os roteiros das entrevistas estão disponibilizados nos Apêndices B, C, D, E, F, G e H.

dos dados foi utilizada a técnica de análise do conteúdo, que proporciona ao pesquisador o reconhecimento de elementos explícitos no texto que forneçam indicadores para a realização de inferências (BARDIN, 2009; BERG, 1998).

Nesta pesquisa foi utilizada a *Grounded theory* ou Teoria Fundamentada em Dados, que é uma abordagem indutiva de análise sistêmica de dados. Seu processo envolve atenção analítica meticulosa, com a aplicação de tipos específicos de códigos aos dados através de uma série de ciclos cumulativos de codificação que, em última análise, levam ao desenvolvimento de uma teoria - uma teoria "fundamentada" ou enraizada nos próprios dados originais (SALDAÑA, 2010). Por meio da grounded theory, o pesquisador não parte de uma teoria previamente formulada, mas busca entender uma determinada situação por meio de uma análise sistemática dos dados gerados, fazendo uso de métodos variados de geração de dados que contêm as informações sobre o fenômeno sob investigação. Desse modo, o pesquisador compara e codifica os dados, lançando mão de métodos sistemáticos de extração dos sentidos das informações e concluindo sua análise por meio da formulação de teorias emergentes das análises. Fazem parte dessa teoria os métodos de *codificação dos dados* (*coding scheme*) e de codificação axial (*axial coding*).

A codificação dos dados é a consolidação das fases de análise dos conteúdos (CAMPOS, 2004; FRANCO, 1986; LICHTMAN, 2013). A codificação axial (CHARMAZ, 2006; SALDAÑA, 2010) objetiva reunir dados "divididos" ou "fraturados" durante o processo de codificação dos dados (*coding scheme*). Esse método foi utilizado durante a análise dos dados e, especialmente, na análise das dificuldades e obstáculos para a internacionalização enfrentados pela instituição.

Para a análise dos dados gerados pelas entrevistas e questionário, foi utilizado o software de análise de *corpus* AntConc, em sua versão 3.5.7.2018 para Windows, desenvolvido pelo doutor em Linguística Aplicada, Laurence Anthony.

A análise de corpus foi realizada, inicialmente, por meio da transcrição integral das seis entrevistas semiestruturadas, salvas em arquivos de texto (.txt) para que fossem processadas pelo software. Em seguida, os arquivos das entrevistas e questionário foram analisados por meio das ferramentas do software, combinando-as com os dados extraídos através de *coding scheme* e

axial coding, o que permite que os dados se tornem mais claros, permitindo o aprofundamento da observação e a geração de hipóteses para as análises.

Devido ao tema e à complexidade dos objetivos desta pesquisa, os sujeitos foram determinados de acordo com as atribuições por eles desempenhadas na instituição, uma vez que seriam as pessoas com o melhor aporte de conhecimento sobre os dados que necessitavam ser gerados.

Assim sendo, as perguntas foram direcionadas aos sujeitos responsáveis pelos setores da administração superior da instituição, sendo eles:

- Reitor da Instituição
- Diretora do Escritório de Relações Internacionais (ERI)²⁶
- Pró-Reitora de Ensino e Graduação (PROGRAD)
- Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG)
- Pró-Reitor de Extensão e Cultura (PROEC)
- Pró-Reitora de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento (PROGESP)

Por questões de preservação de privacidade das fontes de pesquisa, os sujeitos respondentes serão apresentados por meio da sigla R, seguidos de um número designado aleatoriamente, independente de hierarquia, cargo ou função exercida. Além disso, para manter a isonomia dos dados, todas as referências aos respondentes serão apresentadas no masculino.

A pesquisa foi realizada tendo como contexto a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Trata-se de uma instituição de ensino superior pública e gratuita, com sede no Município de Paranavaí, criada pela Lei Estadual nº 13.283, de 25 de outubro de 2001, alterada pela Lei Estadual nº 13.385, de 21

²⁶ O Escritório de Relações Internacionais (doravante ERI) é o setor responsável pelas ações de internacionalização na universidade. Com objetivo de inserir a UNESPAR no cenário acadêmico internacional, a Reitoria da Unespar propôs ao Conselho Universitário, ocorrido em julho de 2016, em Curitiba, a criação do ERI como órgão suplementar vinculado à Reitoria da instituição. Desse modo, o ERI foi criado por meio da Resolução nº 005/2016 – COU/UNESPAR, e vem desenvolvendo ações de cooperação internacional, visando a apoiar o intercâmbio cultural, científico e tecnológico de discentes, docentes e agentes universitários promovendo a mobilidade física e virtual, bem como a internacionalização da gestão universitária, do ensino de graduação e pós-graduação, da pesquisa e da extensão e cultura. Desse modo, o escritório realiza a articulação referente à internacionalização institucional junto aos sujeitos nela envolvidos e os âmbitos de ensino, pesquisa e extensão. No período da realização desta pesquisa, o ERI contava com quatro integrantes: a diretora do Escritório de Relações Internacionais, a Chefe da Divisão de Programas e Projetos, a chefe da Divisão de Convênios e Mobilidade do ERI e uma secretária. A opção por iniciar a coleta de dados junto ao ERI ocorreu em virtude da necessidade de uma maior compreensão sobre como a internacionalização se concretiza na instituição pesquisada. As primeiras informações coletadas junto ao ERI, de ordem prática, técnica, logística foram fundamentais para a compreensão do processo de IntEs.

de dezembro de 2001, Lei Estadual nº 15.300, de 28 de setembro de 2006 e pela Lei Estadual nº 17.590, de 12 de junho de 2013.

A UNESPAR é uma universidade multicampi, constituindo-se em uma das sete universidades estaduais públicas do Paraná, possuindo os seguintes *campi*: Apucarana, Campo Mourão, Curitiba I, Curitiba II, Paranaguá, Paranavaí, União da Vitória²⁷ e a Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar de Guatupê, unidade especial, vinculada academicamente à Unespar, por força do Decreto Estadual 9.538, de 05 de dezembro de 2013. Abrange uma área de 150 municípios, alcançando 4,5 milhões de pessoas e atendendo a aproximadamente 12 mil alunos em cursos de graduação e pós-graduação. A Figura 6 apresenta a localização dos sete campi no Estado do Paraná.

FIGURA 6 – LOCALIZAÇÃO DOS CAMPI



FONTE: Folder Eletrônico Unespar.

Inúmeros eventos de diversas ordens impediram a consolidação da instituição e, em vista disso, a UNESPAR somente tornou-se efetivamente universidade a partir Lei Estadual nº 17.590, de 12 de junho de 2013. Como é

²⁷ A característica multicampi da instituição deve-se ao fato de ela ter sido formada pela união de sete faculdades estaduais isoladas, que são: Faculdade Estadual de Ciências Econômicas (FECEA, Apucarana), Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM, Campo Mourão), Escola de Música e Belas Artes do Paraná (EMBAP, Curitiba), Faculdade de Artes do Paraná (FAP, Curitiba), Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (FAFIPAR, Paranaguá), Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí (FAFIPA, Paranavaí) e Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (FAFIUV, União da Vitória).

possível observar pelas informações acima apresentadas, a instituição ainda é bastante recente e se encontra em processo de crescente solidificação.

A instituição oferta até o presente momento 67 cursos de graduação, entre bacharelados e licenciaturas, distribuídos em seus sete *campi* e em 15 centros de áreas. O ingresso na Unespar acontece via vestibular realizado uma vez ao ano e também pelo Sistema de Seleção Unificado (SiSU). Das vagas existentes, 50% estão reservadas para o SiSU, exceto para os cursos de artes que exigem teste de habilidade específica, e a outra metade pelo modelo tradicional de seleção²⁸.

Em termos de pós-graduação, a instituição possui quatro programas próprios de pós-graduação *stricto sensu*, aprovados pela Capes, em nível de mestrado, em três de seus *campi*.

Ainda no âmbito da pós-graduação, a instituição oferta treze cursos de especialização *lato sensu* entre seus *campi* e em diversas áreas do conhecimento.

Além dos cursos *lato* e *stricto sensu*, a instituição possui grupos de trabalho (GTs) para a discussão e proposição de novos cursos de Mestrado. Esses grupos pertencem às áreas de Artes, Ciências Ambientais, Ciências Sociais Aplicadas, Cinema, Educação, Educação, Matemática, Ensino, Geografia, História, Letras, Música e Saúde, sendo compostos por equipes multicampi de professores, com o objetivo de delinear programas intercampi.

Em síntese, o Quadro 8 apresenta os cursos oferecidos pela instituição.

QUADRO 8 – CURSOS OFERTADOS PELA INSTITUIÇÃO

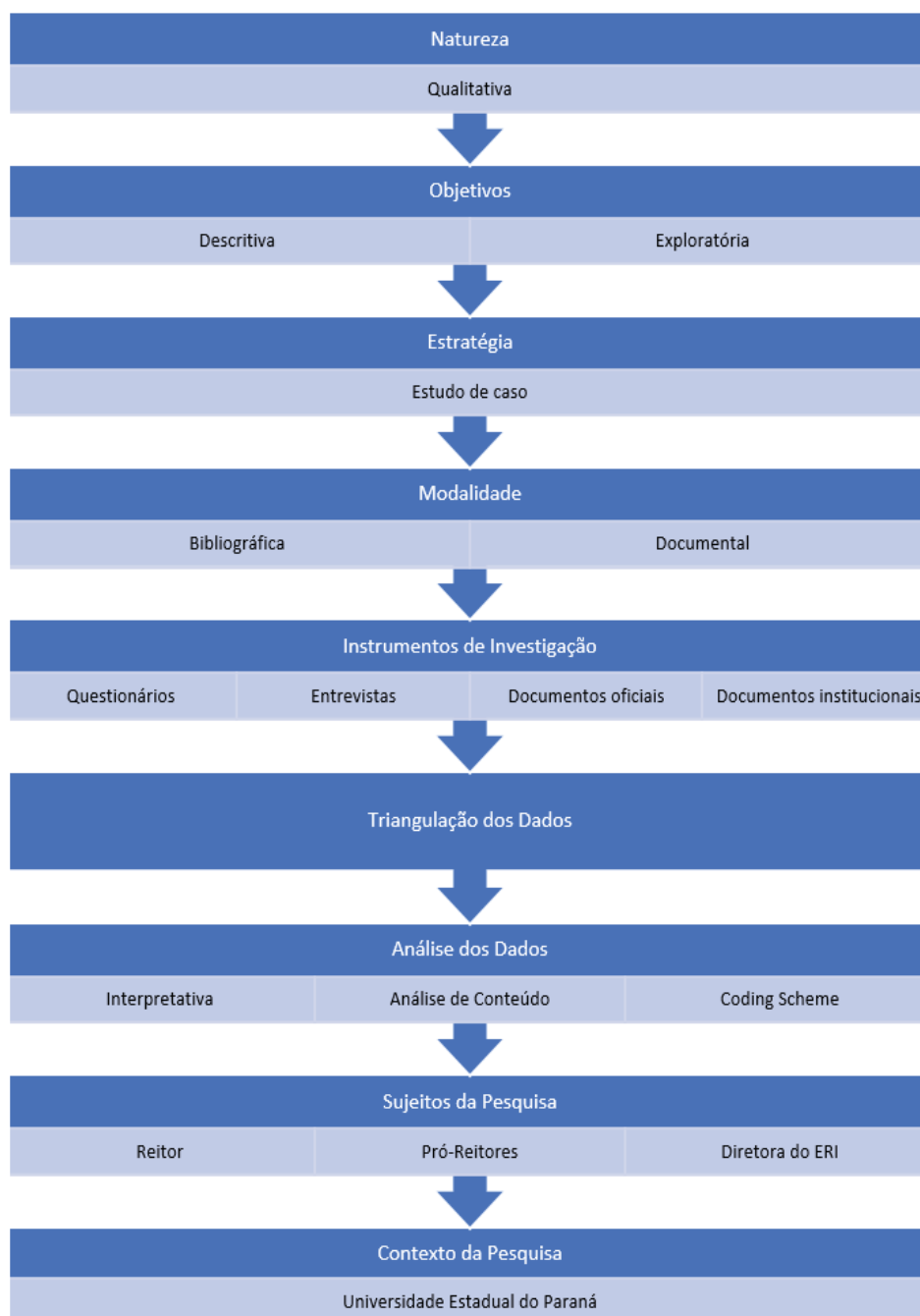
Campi	Cursos de Graduação	Cursos de Pós-Graduação <i>lato sensu</i>	Cursos de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>
7	67	13	4

Fonte: A autora (2018).

²⁸ Fonte: Sítio institucional: <http://www.unespar.edu.br/a_unespar/introducao>.

Este capítulo descreveu o percurso metodológico adotado neste estudo, conforme sintetizado na Figura 7.

FIGURA 7 - PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA



FONTE: A autora (2018).

Feitas as considerações a respeito do percurso metodológico, o próximo capítulo traz a apresentação e análise dos dados.

CAPÍTULO 4

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Everything that informs us of something useful that we didn't already know is a potential signal. If it matters and deserves a response, its potential is actualized.

Stephen Few

Este capítulo tem por finalidade apresentar e analisar os dados gerados pelos documentos, questionário e entrevistas. A discussão dos dados ocorre com a apresentação dos resultados obtidos a partir das análises feitas conforme a metodologia descrita no Capítulo 3, seguidos dos apontamentos de conclusões desses resultados sob o escopo do referencial teórico norteador deste estudo. Tais apontamentos fornecem indicadores que permitem responder às perguntas de pesquisa.

A análise de como se processa a internacionalização na Universidade Estadual do Paraná é, pois, o foco da discussão deste capítulo. Nele são apresentados os dados referentes às políticas e ações de internacionalização adotadas pela instituição.

Sempre que se fez necessário, foram realizados cruzamentos de dados, na perspectiva de apresentar dados e análises mais completos.

4.1 Políticas de Internacionalização

Esta seção analisa as políticas referentes à internacionalização adotadas na instituição. Ao se abordar essas políticas, faz-se importante observar contextos bastante amplos e fundamentais para a educação e, conseqüentemente, para a internacionalização. As políticas de internacionalização se concretizam através dos programas implementados nos níveis nacionais, de sistema e institucionais (KNIGHT, 2004, 2007).

Em vista disso, ressalta-se a importância de que as políticas de internacionalização possuam um embasamento teórico sólido, tanto no nível

nacional quanto internacional, uma vez que afetarão o ensino público e privado de igual maneira (KNIGHT, 2004).

As políticas institucionais estão presentes em todos os aspectos do ensino superior, em termos de planejamento, aplicação e viabilização. São elas predominantemente formuladas e direcionadas em nível nacional (ENDERS, 2004) e possuem, no Brasil, um caráter prescritivo e, em muitos casos, limitador.

Feitos os esclarecimentos quanto aos níveis subjacentes às políticas de internacionalização, as próximas seções trarão a apresentação e análise dos dados gerados pela presente pesquisa.

4.1.1 Nível Nacional/Setorial

Em nível *nacional* ou *setorial*, as políticas de internacionalização referem-se a todas as políticas que afetam ou são afetadas pela dimensão internacional da educação, podendo envolver políticas relacionadas às relações exteriores, ajuda no desenvolvimento, comércio, imigração, emprego, ciência e tecnologia, cultura, patrimônio, educação, desenvolvimento social, indústria e comércio, além de outros setores (KNIGHT, 2004).

As políticas nacionais que norteiam a internacionalização do ensino superior são regidas por órgãos e agências que as promovem, sendo desenvolvidas no âmbito da cooperação internacional, desenvolvimento científico e tecnológico, desenvolvimento de recursos humanos e ensino superior. Na maior parte dos casos, essas políticas se manifestam por meio de diretrizes e editais voltados para a internacionalização e, indiretamente, conectam-se às políticas, órgãos e acordos internacionais, assim como se articulam ao próprio contexto e dinâmica global termos de relações internacionais.

A forma com que diversas políticas nacionais e internacionais, representadas por meio de órgãos e agências, afetam as ações de internacionalização das instituições estão presentes na afirmação de um dos respondentes da pesquisa:

existem diretrizes em termos de mobilidade, quais são os direitos e os deveres de uma pessoa, de um brasileiro que está entrando em mobilidade, [...] entra uma questão do ministério de relações exteriores, por ser uma questão já de política internacional, mas numa conjuntura maior, nós temos relação até com o ministério do turismo, porque por vezes o ministério, o consulado não emite o visto, mas pelo período que o aluno fica, um professor, pode ser caracterizado como um período de turismo naquele país [...]. O que acaba nos norteando é pensar globalmente, o que globalmente está sendo pensado, o que está sendo desenvolvido em termos de políticas mesmo, para a criação e o desenvolvimento do nosso interno da UNESPAR (R3).

Há também diversas outras instâncias e diretrizes que norteiam a IntEs na instituição, como a questão do comércio:

em questão do comércio, conforme o país, já existem as câmaras de comércio Brasil e “país estrangeiro”, então esse é o primeiro lugar a ser consultado na verdade, porque normalmente o caminho já nos chega por eles. A câmara de comércio com o Brasil no exterior que entra em contato com a câmara de comércio brasileira e elas distribuem as suas regulamentações, os seus direcionamentos (R3).

As agências nacionais que desempenham papel importante com relação à internacionalização do ensino superior são:

- MEC – Ministério da Educação;
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- MICES – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviço;
- MINC – Ministério da Cultura;
- MRE – Ministério das Relações Exteriores;
- MTur – Ministério do Turismo;

Além desses órgãos, também desempenham papel importante na IntEs as seguintes associações, sistemas e setores:

- ABRUEM – Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais;
- ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior;
- ANUP – Associação Nacional das Universidades Particulares;

- CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras;
- Escritórios de relações internacionais das IES.
- Plataforma Carolina Bori²⁹;

As agências e contextos internacionais que influenciam a IntEs brasileira são, dentre as que mais se destacam:

- OMC – Organização Mundial do Comércio;
- Convenção Latino-Americana para o Ensino Superior da UNESCO;
- Declaração de Bolonha;
- Conferência Regional sobre Educação Superior na América Latina e Caribe;
- SEM - Setor Educativo do MERCOSUL;
- Sistema Arcu Sur;

A CAPES desempenha importante papel nas políticas de internacionalização, sendo que suas atividades podem ser agrupadas nas seguintes linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas:

- Avaliação da pós-graduação *stricto sensu*;
- Acesso e divulgação da produção científica;
- Investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior;
- Promoção da cooperação científica internacional;
- Indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância

O CNPq é uma agência do MCTIC e tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros (CNPQ, 2018).

A CAPES e o CNPq são as principais agências de fomento, estímulo à pesquisa e mobilidade no contexto brasileiro, sendo que a CAPES tem buscado o fortalecimento de seus programas de pós-graduação por meio da ampliação das parcerias internacionais (TAVARES, 2016). A principal forma de fomento por

²⁹ A Plataforma Carolina Bori é uma estrutura que está intimamente ligado à internacionalização, visto que é um sistema informatizado criado para gestão e controle de processos de revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros no Brasil. Maiores detalhes em: <<http://plataformacarolinabori.mec.gov.br/usuario/acesso>>.

parte das duas agências é realizada por meio da concessão de bolsas nas seguintes modalidades:

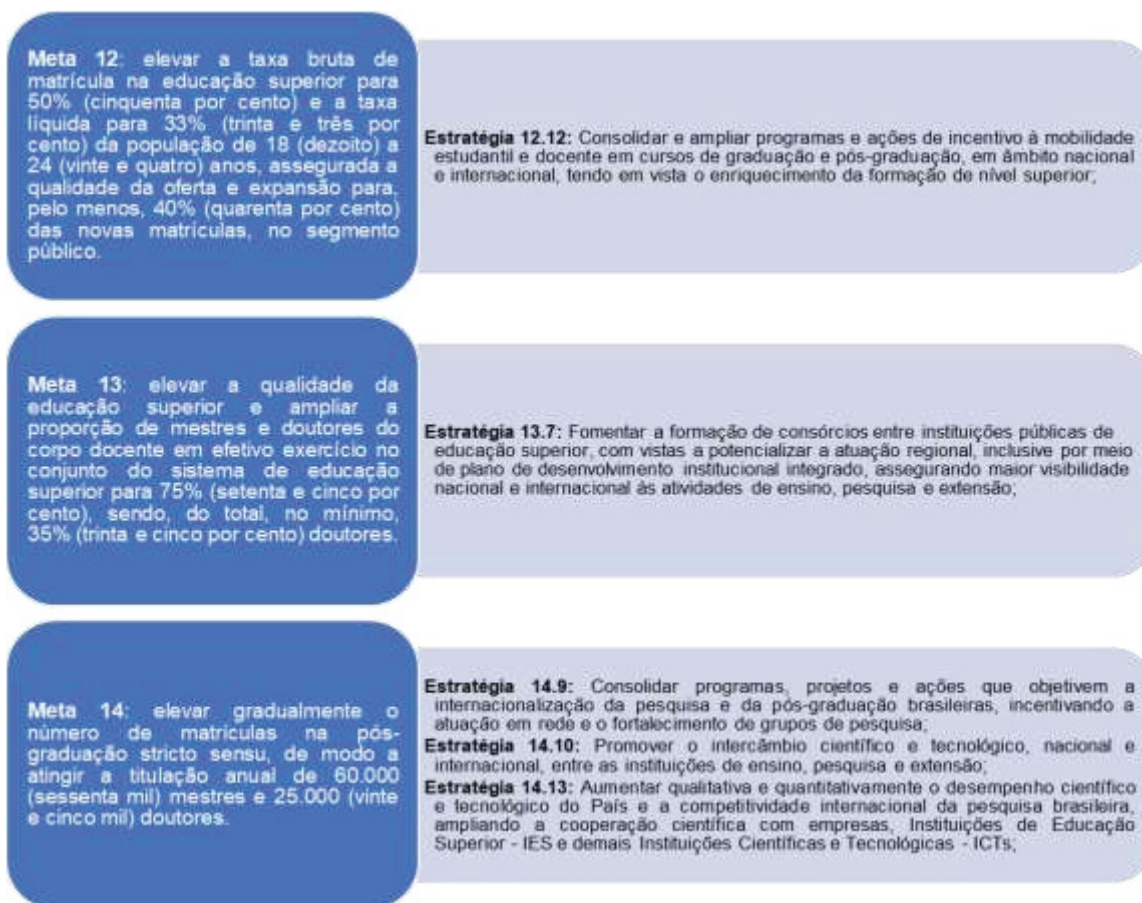
- Graduação Sanduíche;
- Mestrado profissional no Exterior;
- Doutorado Pleno;
- Doutorado Sanduíche;
- Estágio/Treinamento no Exterior;
- Especialista Visitante;
- Pós-Doutorado;
- Estágio Sênior;
- Treinamento no Exterior;
- Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior Júnior;
- Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior Sênior;
- Apoio a Eventos no Exterior;
- Áreas Estratégicas e Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia;
- Grande Prêmio CAPES de Teses.

Em termos de políticas nacionais para a internacionalização, em 2014, foi aprovado o Plano Nacional de Educação³⁰ (PNE 2014-2024)³¹, que determina as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional brasileira por um período de dez anos. O documento estabelece vinte metas para a educação, sendo que a IntEs está contemplada em três dessas metas, conforme se observa na Figura 8.

³⁰ Lei N° 13.005, de 25 de junho de 2014.

³¹ O sítio institucional do Plano Nacional de Desenvolvimento traz a seguinte informação: A Emenda Constitucional n° 59/2009 mudou a condição do Plano Nacional de Educação (PNE), que passou de uma disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n° 9.394/1996) para uma exigência constitucional com periodicidade decenal, o que significa que planos plurianuais devem tomá-lo como referência. O plano também passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, com previsão do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para o seu financiamento. Em decorrência, os planos estaduais, distrital e municipais devem ser construídos e aprovados em consonância com o PNE. Maiores informações sobre o PNE podem ser obtidas em <<http://pne.mec.gov.br>>.

FIGURA 8 – METAS E ESTRATÉGIAS DO PNE



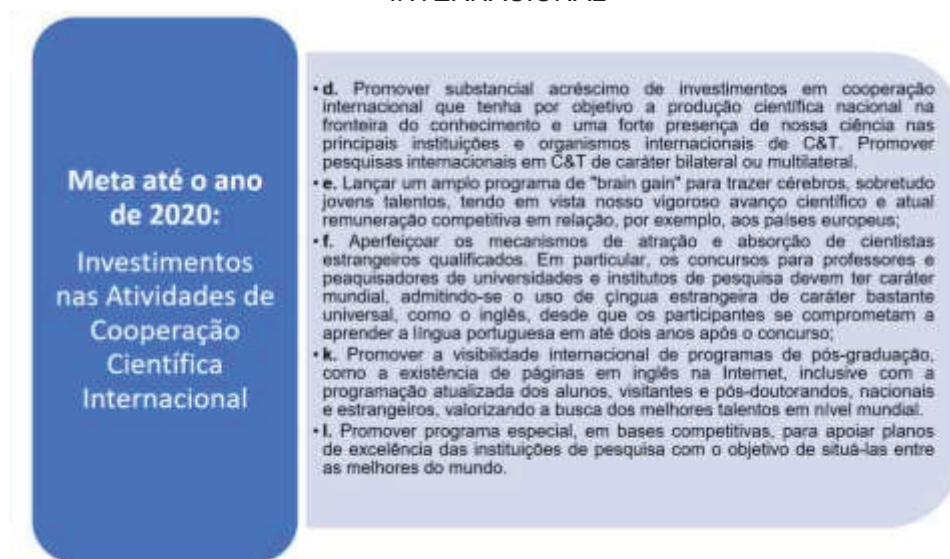
FONTE: PNE 2014-2024.

Observa-se no documento a valorização da mobilidade estudantil e docente na graduação e pós-graduação como estratégia para o enriquecimento da formação superior. Além disso, o PNE busca a elevação da qualidade da educação superior por meio da projeção nacional e internacional das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como a ampliação do número de mestres e doutores, tendo como estratégia a consolidação da pesquisa por meio dos grupos de pesquisa e atuação em rede, intercâmbio científico e tecnológico e o aumento da competitividade da pesquisa brasileira. Percebe-se, portanto, a perspectiva da internacionalização como propulsora da qualidade do ensino superior, por meio do enriquecimento do conhecimento e da qualidade das pesquisas.

Em agosto de 2011, foi lançado o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020)³², com previsões e diretrizes para a pós-graduação por um período de dez anos. O documento reserva um capítulo inteiro para a IntEs, denominado *“Internacionalização da pós-graduação e a cooperação internacional (presença internacional da ciência e da tecnologia brasileiras)”*, no qual descreve os avanços recentes da produção científica brasileira e sua presença no cenário internacional, além de aspectos referentes à cooperação internacional, dentre outros aspectos.

Como metas para 2020, o PNPG define como meta no âmbito da IntEs o “Investimento nas atividades de cooperação científica internacional”, à qual se relacionam cinco estratégias que perpassam pelo acréscimo de investimentos em cooperação internacional, atração de cérebros internacionais altamente qualificados para a pesquisa e docência na pós-graduação, promover a visibilidade internacional dos programas, dar suporte às instituições de pesquisa para alçá-las entre as melhores do mundo. A meta e as estratégias estão expostas na Figura 9.

FIGURA 9 – META E ESTRATÉGIAS PARA A COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E INTERNACIONAL



FONTE: PNPG 2010-2020.

³² Antes desse, houve os seguintes planos: PNPG 1975-1979; PNPG 1982-1985, PNPG 1986-1989, PNPG 2005-2010. Maiores detalhes em <http://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao>.

2.3.3.1 O Programa Ciência sem Fronteiras

Em 2011, o governo brasileiro publicou o Decreto Presidencial 7642/2011, que instituiu o Programa Ciência sem Fronteiras (doravante CsF), com o objetivo de

propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias

Em seu artigo 2º, o documento informa os objetivos do programa:

I - Promover, por meio da concessão de bolsas de estudos, a formação de estudantes brasileiros, conferindo-lhes a oportunidade de novas experiências educacionais e profissionais voltadas para a qualidade, o empreendedorismo, a competitividade e a inovação em áreas prioritárias e estratégicas para o Brasil;

II - Ampliar a participação e a mobilidade internacional de estudantes de cursos técnicos, graduação e pós-graduação, docentes, pesquisadores, especialistas, técnicos, tecnólogos e engenheiros, pessoal técnico-científico de empresas e centros de pesquisa e de inovação tecnológica brasileiros, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, estudos, treinamentos e capacitação em instituições de excelência no exterior;

III - Criar oportunidade de cooperação entre grupos de pesquisa brasileiros e estrangeiros de universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa de reconhecido padrão internacional;

IV - Promover a cooperação técnico-científica entre pesquisadores brasileiros e pesquisadores de reconhecida liderança científica residentes no exterior por meio de projetos de cooperação bilateral e programas para fixação no País, na condição de pesquisadores visitantes ou em caráter permanente;

V - Promover a cooperação internacional na área de ciência, tecnologia e inovação;

VI - Contribuir para o processo de internacionalização das instituições de ensino superior e dos centros de pesquisa brasileiros;

VII - Propiciar maior visibilidade internacional à pesquisa acadêmica e científica realizada no Brasil;

VIII - Contribuir para o aumento da competitividade das empresas brasileiras;

IX - Estimular e aperfeiçoar as pesquisas aplicadas no País, visando ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação.

Em seu artigo 8º, o documento informa que para atender aos objetivos do Programa Ciência sem Fronteiras, a CAPES e o CNPq concederão:

I - Bolsas de estudos em instituições de excelência no exterior, nas seguintes modalidades:

- a) Graduação-sanduíche;
- b) Educação profissional e tecnológica;
- c) Doutorado-sanduíche;
- d) Doutorado pleno;
- e) Pós-doutorado;

II - Bolsas no País, nas seguintes modalidades:

- a) para pesquisadores visitantes estrangeiros;
- b) para jovens talentos.

O sítio eletrônico do programa informa os seguintes objetivos:

- Investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento;
- Aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior;
- Promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros;
- Ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas;
- Atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil.

As áreas contempladas pelo programa são Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática, especificamente:

- Engenharias e demais áreas tecnológicas;
- Ciências Exatas e da Terra;
- Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde;
- Computação e Tecnologias da Informação;
- Tecnologia Aeroespacial;
- Fármacos;
- Produção Agrícola Sustentável;
- Petróleo, Gás e Carvão mineral;

- Energias Renováveis;
- Tecnologia Mineral;
- Biotecnologia;
- Nanotecnologia e Novos Materiais;
- Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais;
- Biodiversidade e Bioprospecção;
- Ciências do Mar;
- Indústria Criativa (voltada a produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação);
- Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva;
- Formação de Tecnólogos.

O programa encerrou suas atividades na graduação ao final de 2016, atingindo seu ápice em 2014 (McMANUS; NOBRE, 2017). A Tabela 1 apresenta o número de bolsas concedidas pelo programa.

TABELA 1 - BOLSAS CONCEDIDAS PELO PROGRAMA CSF ATÉ 2016

Ano	Bolsas concedidas
2011	1.825
2012	12.923
2013	23.894
2014	35.976
2015	18.125
2016	119
Total	92.862

FONTE: CNPQ (s/d); McManus e Nobre (2017).

Desse número, a maior parte se concentrou na graduação, doutorado e pós-doutorado. A Tabela³³ 2 apresenta a distribuição das bolsas conforme a modalidade.

TABELA 2 - MODALIDADES DE DISTRIBUIÇÃO DAS BOLSAS

Modalidade	N
Graduação sanduíche no exterior	73.353
Doutorado sanduíche no exterior	9.685
Pós-Doutorado no exterior	4.652
Doutorado no exterior	3.353
Atração de jovens talentos	504
Pesquisador visitante especial	775
Mestrado no exterior	558
Total	92.880

FONTE: CNPQ (s/d).

³³ Os dados apresentados nas Tabelas 2, 3 e 4 foram retirados do sítio do programa CsF. Maiores informações poderão ser obtidas em <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>>.

Até janeiro de 2016, os principais países de destino dos estudantes brasileiros foram a América do Norte, Austrália e países europeus, conforme descreve a Tabela 3.

TABELA 3 - PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DOS ESTUDANTES BRASILEIROS

Colocação	País	N de Bolsistas
1º	Estados Unidos	27.821
2º	Reino Unido	10.740
3º	Canadá	7.311
4º	França	7.279
5º	Austrália	7.074
6º	Alemanha	6.595
7º	Espanha	5.025
8º	Itália	3.930
9º	Portugal	3.843
10º	Irlanda	3.387

FONTE: CNPQ (s/d).

Das 92.880 bolsas concedidas, as áreas atendidas receberam o seguinte número de bolsas, conforme informado na Tabela 4.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DAS BOLSAS CONFORME AS ÁREAS CONSIDERADAS PRIORITÁRIAS

Áreas Prioritárias	N
Engenharias e demais Áreas Tecnológicas	41.594
Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde	16.076
Indústria Criativa	8.061
Ciências Exatas e da Terra	7.361
Computação e Tecnologias da Informação	5.694
Produção Agrícola Sustentável	3.197
Biotecnologia	2.039
Fármacos	1.879
Biodiversidade e Bioprospecção	1.342
Energias Renováveis	1.000
Ciências do Mar	813
Nanotecnologia e Novos Materiais	697
Petróleo, Gás e Carvão Mineral	678
Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva	566
Tecnologia Aeroespacial	431
Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais	260
Formação de Tecnólogos	183
Tecnologia Mineral	136
Não informado	873
Total	92.880

FONTE: CNPQ (s/d).

Como é possível observar por meio dos dados apresentados acima, seguindo a mesma linha do neoliberalismo mundial, que subestima a importância das áreas de ciências humanas e sociais, o Decreto 7642/2011 não contempla

essas áreas, fato parcialmente solucionado com a Portaria Interministerial nº 1, de 9 de janeiro de 2013, que determinou as áreas e temas prioritários de atuação do Programa CsF. Nesse documento, as áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática ainda são priorizadas, contudo há uma relativa abertura com relação às demais áreas, expressa por meio da seguinte redação:

Parágrafo único. Caberá à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, vinculada ao Ministério da Educação, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, definirem a pertinência das candidaturas às diversas áreas e temas, conforme o curso de origem dos candidatos (BRASIL, 2013).

Em 2016, foi anunciado o fim da concessão de bolsas para alunos da graduação, mantendo-se as demais bolsas nas demais modalidades.

O CsF apresentou políticas nacionais bastante relevantes para a internacionalização, apesar de não contemplar a área de Humanidades. Além disso, apresentou ao estudante brasileiro os diversos olhares sobre a cultura, o conhecimento e a produção científica globais. Conforme afirma um dos respondentes desta pesquisa,

enquanto ele [o CsF] existiu, ele tinha um viés mais comercial, mais industrial. A área de Artes, por exemplo, e de licenciatura, não estavam contemplados no Ciência sem Fronteiras. [...] a grandeza do [programa] Ciência sem Fronteiras, por exemplo, estava justamente nessa rede possível de graduandos, que depois se tornariam pós-graduandos e estabeleceriam uma grande rede dos nossos pesquisadores com as outras universidades. Lamentavelmente, o Ciência sem Fronteiras não era aberto para as áreas das Ciências Humanas, mas a ferramenta era importante, ela funcionaria bem (R4).

O CsF, encerrado em 2015, foi substituído, em 3 de novembro de 2017, pelo Programa Institucional de Internacionalização (PrInt)³⁴, por meio da publicação do Edital 41/2017 – Capes-PrInt.

O programa possui como objetivos:

- Fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização das instituições contempladas nas áreas do conhecimento por elas priorizadas;
- Estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculadas à pós-graduação;
- Ampliar as ações de apoio à internacionalização na pós-graduação das instituições contempladas;

³⁴ Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/programa-institucional-de-internacionalizacao-capes-print>>. Acesso em jun. 2018.

- Promover a mobilidade de docentes e discentes, com ênfase em doutorandos, pós-doutorandos e docentes para o exterior e do exterior para o Brasil, vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu com cooperação internacional.
- Fomentar a transformação das instituições participantes em um ambiente internacional.
- Integrar outras ações de fomento da Capes ao esforço de internacionalização (CAPES PRINT, 2017).

O programa, contudo, não atende a todas as universidades brasileiras, especialmente as mais recentes, como é o caso da instituição objeto desta investigação, uma vez que para dele fazer parte é necessário que a instituição possua ao menos quatro Programas de Pós-Graduação recomendados pela Capes na avaliação trienal de 2013 e na quadrienal de 2017, sendo que dentre os quais deverá haver, pelo menos, dois programas com cursos de doutorado (CAPES, 2017). As instituições também devem possuir um Plano Institucional de Internacionalização ou documento congênere, que contenha a estratégia de internacionalização de médio a longo prazo da instituição.

De acordo com o edital do programa Capes-PrInt, a política de internacionalização presente no Programa Institucional de Internacionalização busca o estímulo ao fortalecimento de parcerias internacionais, a atração de docentes e pesquisadores estrangeiros e brasileiros com experiência internacional e a multiplicação dos saberes adquiridos durante o período no exterior, além da inclusão de políticas de:

- Escolha de parceiros estrangeiros, considerando que ao menos 70% dos recursos devem ser destinados às parcerias com instituições de países com os quais a Capes mantém cooperação efetiva, cujas colaborações tenham mostrado resultados mais relevantes em termos quantitativos e qualitativos;
- Seleção interna de ações específicas e beneficiários, dentro das linhas de financiamento do Programa Capes-PrInt;
- Contratação de professores com reconhecido desempenho científico em nível internacional;
- Proficiência em línguas estrangeiras dos discentes, docentes de pós-graduação e corpo técnico da instituição que tenha relação direta com o Projeto Institucional de Internacionalização proposto;
- Reconhecimento de créditos e das atividades acadêmicas e científicas realizados por docentes e discentes no exterior;
- Acolhimento e acompanhamento de docentes, pesquisadores e discentes estrangeiros;
- Apropriação do conhecimento e experiência adquiridos no exterior pelos beneficiários das ações do Projeto Institucional de Internacionalização;

- Gerenciamento e operacionalização do Projeto Institucional de Internacionalização;
- Acompanhamento e avaliação interna das metas e da execução do Projeto Institucional de Internacionalização;
- Conciliação de programas nacionais de fomento apoiados pela Capes ao esforço de internacionalização;

Como contrapartida, as instituições devem:

- Promover a internacionalização do ensino, por meio de incorporação de temas internacionais nas aulas de pós-graduação;
- Produzir material de divulgação da universidade em outras línguas, incluindo obrigatoriamente a versão das páginas dos cursos de pós-graduação;
- Treinar e capacitar os seus servidores e técnicos para a internacionalização.

O novo programa busca preencher as lacunas existentes no programa anterior, e aparenta ter mais definidos tanto o conceito de internacionalização quanto as políticas desempenhadas em nível institucional, ampliando as parcerias institucionais e estreitando os laços com as instituições internacionais. O ponto sensível do programa é o fato de deixar de fora instituições que poderiam se beneficiar com as ações de internacionalização propostas pelo programa, como as instituições mais recentes, que ainda não atendam ao número de programas de pós-graduação exigido pelo Edital. Apesar de ser nítida a atenção destinada às instituições de ponta, essa escolha aumenta ainda mais a lacuna existente entre as instituições tradicionais e as em consolidação uma vez que nega às instituições menores a possibilidade de também se fortalecerem por meio dos recursos e ações advindos desse programa (ALTBACH; NIGHT, 2007).

Um outro ponto a se considerar no programa é o fato de que o edital determina, por meio do Anexo I, quais países com os quais as instituições brasileiras devem alocar ao menos setenta por cento dos recursos do programa. Além de esse Anexo despertar atenção por apresentar essa lista de países, também é digno de observação o fato de que os países da lista são predominantemente europeus ou países desenvolvidos, constando apenas um

único país latino-americano na lista, a Argentina, conforme se observa na Figura 13³⁵.

FIGURA 10 – ANEXO I DO EDITAL CAPES/PRINT

ANEXO I

Alterado conforme D.O.U. de 02/02/2018, Seção 1, Página 23

RELAÇÃO DOS PAÍSES COM OS QUAIS A COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E ACADÊMICA COM O BRASIL TEM SE MOSTRADO MAIS EFETIVA

(em ordem alfabética)

1. A seguir estão relacionados os países das instituições com as quais ao menos 70% dos recursos para parcerias devem ser alocados.

África do Sul	Índia
Alemanha	Irlanda
Argentina	Itália
Austrália	Japão
Austria	México
Bélgica	Noruega
Canadá	Nova Zelândia
China	Países Baixos
Coreia do Sul	Reino Unido
Dinamarca	Rússia
Espanha	Suécia
Estados Unidos da América	Suíça
Finlândia	
França	

2. O restante de 30% dos recursos pode ser alocado para parcerias com instituições de outros países, conforme prioridades e estratégias da Instituição Proponente.

FONTE: CAPES (2018).

A opção por listar esses países revela uma política de internacionalização que privilegia a parceria Norte-Sul, vertical, colonializada³⁶ e distanciada da perspectiva do fortalecimento regional (DE WIT, 2015).

Além dos órgãos, agências, programas e editais, a IntEs também é afetada por leis nacionais, especialmente as que envolvem a entrada e permanência de sujeitos de outras nacionalidades. Como exemplo, citamos:

- Lei nº 13.445/2017, a chamada Nova Lei de Migração (NLM): Dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante, promoveu alterações na concessão de vistos para pesquisadores atuarem no Brasil. Essa lei possui efeitos sobre a IntEs uma vez que, determina o período e

³⁵ O destaque em amarelo no país da Bélgica faz parte do próprio documento, disponível em < <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/02022018-Edital-41-2017-Print-alteracao-anexo-1.pdf>>, em 11 de jun. de 2018.

³⁶ Cf. 2.1, Estudos Decoloniais.

tramitação necessária para que cientistas, pesquisadores e professores sem vínculo empregatício possam permanecer no país por um período inferior a 90 dias. Desse modo, esses deverão utilizar o visto de visitante, emitido pelo consulado brasileiro no país de origem;

- Resolução Normativa nº 27/2018: disciplina a concessão de visto temporário e autorização de residência para professores e pesquisadores que pretendem permanecer no país por mais de 90 dias;

Em síntese, as políticas nacionais de IntEs norteiam o processo de internacionalização nas IES, assim como são também regidas pelo contexto econômico, comercial e político global.

4.1.2. Nível de Sistema

As políticas de internacionalização em nível de sistema ou setor educacional referem-se a todas as políticas que implicam diretamente na vida acadêmica do estudante, bem como a documentações de seu percurso acadêmico, estando relacionadas aos propósitos, licença, credenciamento, financiamento, currículo, ensino, pesquisa, e regulamentação do ensino superior e implicam diretamente em todos os provedores, públicos ou privados, instituições com e sem fins lucrativos, instituições e companhias (KNIGHT, 2007; 2004).

Desse modo, em termos de legislação que orienta ou afeta especificamente o setor educacional e que, portanto, revelam as políticas de internacionalização no setor, destacam-se:

- Resolução nº 3, de 22 de junho de 2016³⁷: Dispõe sobre normas referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior;

³⁷ Resolução CNE/CES 3/2016. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de junho de 2016, Seção 1, págs. 9-10.

- Portaria Normativa nº 22, de 13 de dezembro de 2016: Dispõe sobre normas e procedimentos gerais de tramitação de processos de solicitação de revalidação de diplomas de graduação estrangeiros e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior;
- Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (Marca): É um programa promovido pelo Setor Educacional do MERCOSUL que se destina ao desenvolvimento de sistemas de avaliação e acreditação e à mobilidade de estudantes, docentes e pesquisadores entre instituições e países. Por meio dele, estudantes destes cursos de graduação podem se candidatar a um intercâmbio de um semestre letivo em uma instituição participante do programa que possua cursos de graduação avaliados e aprovados pelo Sistema de Acreditação Regional de Cursos Universitários do Mercosul (ARCU-SUL) pertencentes a instituições dos quatro países membros (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e dos países associados Bolívia e Chile;
- Programa Professor Visitante no Exterior: Oferece bolsa no exterior para a realização de estudos avançados após o doutorado e destina-se a pesquisadores ou docentes que possuam vínculo empregatício com instituição brasileira de ensino ou pesquisa;
- PEC-G: O Programa de Estudantes – Convênio de Graduação (PEC-G) oferece oportunidades de formação em graduação a estudantes de países estrangeiros em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. Há preferência na seleção por estudantes inseridos em programas de desenvolvimento socioeconômico, acordados entre o Brasil e seus países de origem. O estudante se compromete a, após sua graduação, regressar ao seu país e contribuir com a área na qual se graduou.

- PEC-PG: O Programa de Estudantes – Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) prevê a concessão de bolsas de doutorado pleno em IES brasileiras a professores universitários, pesquisadores, profissionais e graduados do ensino superior dos países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém Acordo de Cooperação Educacional, Cultural ou de Ciência e Tecnologia visando o aumento de qualificação necessária para que o estudante possa contribuir para o desenvolvimento de seu país.

As políticas em nível de sistema estão muito próximas das políticas nacionais de internacionalização, assim como ambas afetam diretamente as políticas institucionais, conforme se verá a seguir.

4.1.3 Nível Institucional

Knight (2004, 2007) ressalta que as políticas institucionais de internacionalização vão além de uma versão restrita, que se resume às declarações e diretrizes referentes aos planos ou prioridades, relacionados tanto à dimensão internacional da missão institucional, quanto a seus propósitos, valores e funções, políticas de estudo no exterior e de seleção de estudantes, associações e parcerias internacionais, ofertas transnacionais, licenças sabáticas e assim por diante. Segundo a autora (p. 16),

Uma visão mais ampla das políticas em nível institucional incluiria as declarações, diretrizes e documentações que abordam as implicações para ou a partir da internacionalização. Se a instituição possui uma abordagem integradora e sustentável com relação à internacionalização, então haveria uma ampla gama de políticas e procedimentos, que vão desde a controle de qualidade, planejamento, finanças, pessoal, desenvolvimento do corpo docente, ingresso, pesquisa, currículo, apoio ao estudante, contrato e projetos, e assim por diante³⁸.

Tendo-se em vista essa perspectiva teórica, a política institucional de internacionalização é analisada por meio do modo com que se expressa nos seguintes documentos institucionais:

³⁸ No original: A broader interpretation of policies at the institution level would include those statements, directives, or planning documents that address implications for or from internationalization. If the institution has taken an integrative and sustainable approach to internationalization, then a very broad range of policy and procedure statements would be implicated ranging from quality assurance, planning, finances, staffing, faculty development, admission, research, curriculum, student support, contract and project work, and so forth.

- a) Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – versões 2012-2016 e 2018-2022;
- b) Regimento Institucional;
- c) Estatuto;
- d) Plano Anual de Atividades – versões 2015, 2016, 2017 e 2018;
- e) Política Institucional de Internacionalização.

As políticas de internacionalização manifestam-se nos documentos acima apresentados da seguinte maneira:

a) No PDI:

Fruto da junção de sete faculdades isoladas de distintas regiões geográficas do Estado, a instituição foi criada em outubro de 2001, pela Lei Estadual 13.283, todavia somente após a publicação de seu Estatuto, em 2010, que passou a trilhar seus primeiros passos como universidade. Desse modo, o primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional foi elaborado em 2011, sendo seguido pelo segundo PDI, aprovado em 2018. Assim sendo, será analisada a presença da internacionalização nesses documentos. O Quadro 9 apresenta a visão, missão e valores institucionais em ambos os PDIs.

QUADRO 9 – VISÃO, MISSÃO E VALORES INSTITUCIONAIS PRESENTES NOS PDIs

	2012-2016	2018-2022
Visão Institucional	-	Ser uma universidade de excelência, pública, gratuita, plural, autônoma, democrática, comprometida com a cultura e com o desenvolvimento sustentável.
Missão Institucional	A Universidade Estadual do Paraná tem por missão gerar e difundir o conhecimento científico, artístico-cultural, tecnológico e a inovação, nas diferentes áreas do saber, para a promoção da cidadania, da democracia, da diversidade cultural e do desenvolvimento humano e sustentável, em nível local e regional, estadual e nacional e internacional.	Gerar e difundir o conhecimento científico, artístico, cultural, tecnológico, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, nas diferentes áreas do saber, para a promoção da cidadania, da democracia, da diversidade humana e do desenvolvimento sustentável, em âmbito regional, nacional e internacional.
Valores	-	•Responsabilidade: compromisso com a instituição, com o conhecimento, com a cultura, com a sociedade e com o meio ambiente. •Respeito à diversidade: valorização das diferenças de pensamentos, de crenças, de ideologia, étnico-raciais e gênero. •Solidariedade: respeito mútuo e adesão às causas coletivas. •Ética: comportamento democrático, imparcial e transparente.

FONTE: A autora (2018), com base nos documentos institucionais.

No documento de 2018, o termo “internacionalização” é citado setenta e sete vezes, o que implica um aumento significativo com relação ao documento anterior, no qual o termo aparecia em apenas dois momentos. Dentre os momentos em que o termo é citado no documento de 2018, destacam-se os referentes à Política Institucional de Internacionalização, às metas institucionais e às políticas acadêmicas. O Quadro 10³⁹ apresenta alguns exemplos da presença da internacionalização no segundo documento.

QUADRO 10 - PRESENÇA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NO PDI 2018-2022

Onde	Excerto
Metas institucionais	Implantar programas de internacionalização de extensão e cultura, com ênfase nos países Latino-americanos.
Políticas acadêmicas	• Criar ferramentas e instrumentos legais para promover a internacionalização nos cursos de graduação. • Criar e implantar atividades de extensão e cultura que contribuam para a internacionalização da UNESPAR. • Implantar programas de internacionalização de extensão e cultura, com ênfase nos países latino-americanos. • Estimular e orientar os processos de internacionalização nas atividades de ensino, pesquisa e extensão com base na Política de Internacionalização da UNESPAR. • Implantar as Diretrizes da Política de Internacionalização da UNESPAR, priorizando ações de Integração com Universidades e outras Instituições, preferencialmente da América Latina e Caribe. • Estimular a internacionalização da produção acadêmica com a participação em eventos internacionais, publicações estrangeiras e apresentação de trabalhos.

FONTE: A autora (2018).

Já o termo “internacional”, citado três vezes no documento anterior, aparece dezesseis vezes no último PDI. Apesar de o objetivo desta pesquisa não ser quantificar o número de vezes em que os termos são citados nos documentos institucionais, o aumento das ocorrências desses termos no PDI da instituição revela a preocupação com a implementação efetiva da internacionalização na instituição, podendo-se observar um compromisso nesse sentido, expresso por meio da criação da Política Institucional de Internacionalização e pelas ações de internacionalização expressas no documento atual.

b) No Regimento Institucional:

O Regimento Geral da instituição (2014) não menciona explicitamente a internacionalização, contudo lhe faz uma referência indireta com relação à

³⁹ Grifos nossos.

revalidação de diplomas de cursos de graduação e pós-graduação expedidos por universidades estrangeiras, conforme pode ser observado no Quadro 11.

QUADRO 11 - PRESENÇA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NO REGIMENTO INSTITUCIONAL

Onde	Excerto
SUBSECAO II: Do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.	Art. 7º Compete ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão: [...] XII. Revalidar diplomas de cursos de graduação e pós-graduação do mesmo nível e área ou equivalente, respeitados os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação, expedidos por universidades estrangeiras , mediante parecer do respectivo Colegiado de Curso;

FONTE: A autora (2018).

c) No Estatuto da Instituição:

O Estatuto (2014) não menciona aspectos referentes à internacionalização da instituição, contudo refere-se ao termo “internacional” ao mencionar contextos de inserção geopolítica. As referências ao termo não indicam ações de internacionalização, mas apresentam-se sempre como parte do contexto “regional, estadual, nacional e **internacional**”, conforme se verifica no Quadro 12.

QUADRO 12 - PRESENÇA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NO ESTATUTO INSTITUCIONAL

Onde	Excerto
CAPÍTULO I Da Missão	Art. 4º A Universidade Estadual do Paraná tem por missão gerar e difundir o conhecimento científico, artístico-cultural, tecnológico e a inovação, nas diferentes áreas do saber, para a promoção da cidadania, da democracia, da diversidade cultural e do desenvolvimento humano e sustentável, em nível local e regional, estadual, nacional e internacional .
CAPÍTULO III Dos Objetivos	Art. 6º Os objetivos gerais para a concretização da missão da Universidade Estadual do Paraná são os seguintes: [...] II. Participar no processo de desenvolvimento humano, social e integral, sustentável e cultural, em âmbito regional, estadual, nacional e internacional ;
CAPÍTULO III Dos Objetivos	Art. 6º Os objetivos gerais para a concretização da missão da Universidade Estadual do Paraná são os seguintes: [...] VI. Estabelecer parcerias de integração e cooperação com as demais redes de ensino municipal, estadual, nacional e internacional ;
CAPÍTULO IV Da Autonomia Universitária	Art. 8º § 2º A autonomia administrativa compreende competência para: [...] X. Autorizar o afastamento para qualificação e atualização profissional, bem como para participar de atividades científicas, artísticas, culturais e de representação, em âmbito regional, estadual, nacional e internacional .

FONTE: A autora (2018).

d) Nos Planos Anuais de Atividades

Os Planos Anuais de Atividades (doravante PAA) são importantes documentos de análise, uma vez que elencam as áreas prioritárias de ação para

cada ano, o que permite analisar as políticas de internacionalização de modo mais efetivo.

Assim sendo, serão apresentados os dados referentes à internacionalização constantes nos PAAs de 2015 a 2018.

* Plano Anual de Atividades 2015

O Plano Anual de Atividades de 2015 refere-se a ações de internacionalização em quatro momentos, estando as três primeiras referências presentes nos objetivos, metas e ações para o ano, na seção destinada à *promoção da qualidade do ensino*, conforme visto no Quadro 13.

QUADRO 13 - PRESENÇA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NOS OBJETIVOS, METAS E AÇÕES – PAA 2015

Programas e ações estratégicas	Coordenação das ações
Discutir a inserção de atividades de extensão, pesquisa e internacionalização nas matrizes curriculares	PROGRAD, PRPPG, PROEC
Incentivar o intercâmbio de acadêmicos da graduação, pósgraduação e docentes em países de língua latina.	ERI; PRPPG; PROEX; PROGRAD; PROPLAN
Ampliar em 50%, o número de convênios com universidades da Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, dentre outros.	ERI; PRPPG; PROEX; PROGRAD; PROPLAN ASSESSORIAS

FONTE: A autora (2018).

Em um segundo momento, a internacionalização também é mencionada no item referente às *estratégias para a permanência discente*, em uma perspectiva de formação para línguas adicionais, conforme apresentado pelo Quadro 14.

QUADRO 14 - PRESENÇA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NAS ESTRATÉGIAS PARA PERMANÊNCIA DISCENTE - PAA 2015

Programas e ações estratégicas	Coordenação das ações
Criar cursos de Línguas Estrangeiras com vistas à participação discente no processo de internacionalização e formação geral.	PROGRAD / Centros área / cursos de Letras

FONTE: A autora (2018).

Nesse documento, não há a presença de uma seção própria para as ações de internacionalização promovidas especificamente pelo ERI, sendo que as referências estão distribuídas ao longo do texto, conforme visto nos Quadros 13 e 14.

* Plano Anual de Atividades 2016

No PAA de 2016, surge pela primeira vez uma seção com as ações do ERI (p. 19), bem como a menção explícita ao termo “internacionalização” já aparece quatorze vezes ao longo do texto, diferentemente do ano anterior, em que o termo apareceu três vezes ao longo do texto.

Como consequência da presença de ações específicas apresentadas pelo ERI, são elencados sete programas e ações estratégicas do setor, acrescidas de vinte e sete detalhamentos de ações, o que indica um salto qualitativo em termos de estruturação do Escritório e consequente valorização das ações de internacionalização como estratégia institucional. O Quadro 15 sintetiza essas informações.

QUADRO 15 - PRESENÇA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NO PO NO PAA 2016 - ERI

Programas e Ações Estratégicas	Coordenação das Ações
Institucionalização do Comitê Gestor de Relações Internacionais e do Comitê Assessor Local	ERI
Fortalecimento da institucionalização da Internacionalização	ERI/ CEPE/ COU/ PRPPG/ PROGRAD/ PROGESP/
Difusão da UNESPAR em âmbito Nacional e Internacional e representatividade nas instâncias competentes	ERI/ ASCOM/ PROEC/ Direção dos campi
Consolidação e ampliação de parcerias estratégicas Nacionais e Internacionais	ERI/ PRAF/ PROPLAN/CAD/ COU/ PRPPG/ PROEC
Implementação de Programas de capacitação e qualificação pessoal e profissional da comunidade da UNESPAR	ERI/ PROEC/ PROGESP/ Direção dos campi
Levantamento de informações, proposição de demandas e ações	ERI/ PROPLAN
Fomento à cooperação entre os diferentes setores da UNESPAR	ERI/ PROEC/ PROGRAD/ PRPPG/ PROPLAN

FONTE: A autora (2018).

A internacionalização também aparece no item 5 das ações relativas à Pós-Graduação, conforme se verifica no Quadro 16.

QUADRO 16 - PRESENÇA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NAS AÇÕES DA PRPPG - PAA 2016

Programas e Ações Estratégicas	Coordenação das Ações
Apoio à Pós-Graduação Stricto Sensu - Participação e publicação em eventos científicos (Edital 13/2015) e internacionalização.	PRPPG

FONTE: A autora (2018).

Além dessas duas seções, não há mais menções à internacionalização ao longo desse documento.

* Plano Anual de Atividades 2017:

A internacionalização é mencionada explicitamente em quinze momentos ao longo do PAA 2017, além das referências indiretas, como as que dizem respeito à mobilidade e outras ações de internacionalização.

As duas primeiras menções pertencem às ações da PRPPG, referentes à criação e consolidação de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, conforme apresentado no Quadro 17.

QUADRO 17 - PRESENÇA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NAS AÇÕES DA PRPPG - PAA 2017

Programas e Ações Estratégicas	Coordenação das Ações
Apoio à internacionalização	PRPPG
Apoio à Pós-Graduação Stricto Sensu - Participação e publicação em eventos científicos e internacionalização	PRPPG

FONTE: A autora (2018).

As doze menções seguintes pertencem ao ERI e estão relacionadas aos esclarecimentos sobre a função do setor e ao detalhamento das ações do Escritório para o ano, conforme é possível verificar nos excertos a seguir:

Desenvolvimento do Plano Institucional de Internacionalização da UNESPAR.

Desenvolvimento de um sistema de acompanhamento e gestão da internacionalização na universidade.

Constituição e realização de reuniões periódicas com o Comitê Gestor para a promoção, acompanhamento e avaliação de políticas e deliberar sobre ações estratégicas de Internacionalização.

Implantação do Plano Institucional de Internacionalização da UNESPAR.

Desenvolvimento e aprovação dos documentos normativos relativos à Internacionalização: Mobilidade Acadêmica; Mobilidade Técnica; Equivalência de créditos; Equivalência e validação de atividades acadêmicas em mobilidade, entre outros.

Estudo e oferta de disciplinas ministradas em segundo idioma, visando a internacionalização do currículo na graduação e pós-graduação, bem como projetos de extensão ofertados em outro idioma.

Manutenção e intensificação da comunicabilidade das ações do ERI em Redes Sociais Virtuais, bem como a difusão de informações referentes à internacionalização.

Promoção de evento e atividades institucionais articuladas entre Gestão, Ensino, Pesquisa, Internacionalização, Extensão e Cultura.

Consolidação de trabalho em rede da internacionalização, ao conectar o Comitê Gestor e Comitê Assessor Local de Relações Internacionais com as Divisões de Pesquisa, Graduação e Extensão e Cultura dos campi.

A última menção é realizada nas Ações Programáticas da Gestão do *campus* de Curitiba II, que apresenta em seu rol de programas e ações estratégicas a internacionalização do seu *campus*, tendo a Direção Geral como coordenadora das seguintes ações:

- Promover a cooperação com o Escritório de Relações Internacionais da UNESPAR, na área de Artes, por meio de convênios e termos de cooperação interinstitucional com Universidades.
- Incentivar a participação de agentes universitários, de docentes e de discentes em cursos de Língua Estrangeira, por meio de convênios (PPA 2017, p. 75).

O fato que merece destaque nessa última menção é a presença, pela primeira vez no PAA, de ações internacionalização apresentadas por um dos *campi* da instituição, tarefa que até então era exclusiva dos órgãos superiores, especialmente do ERI. Esse dado pode ser um indicativo de que as questões referentes à internacionalização começam a sair de âmbitos específicos, como os setores de governança institucionais superiores e começam a se expandir pelos campi.

* Plano Anual de Atividades 2018:

Mantendo o ritmo de crescimento de menções a cada edição, o termo “internacionalização” aparece dezoito vezes no PAA de 2018.

As duas primeiras menções são feitas pela PROEC, nos itens de definição da política dessa Pró-Reitoria e nos programas e ações estratégicas, conforme visto no Quadro 18.

QUADRO 18 - PRESENÇA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NAS AÇÕES DA PROEC - PAA 2018

Política: Criar e implantar atividades de extensão e cultura que contribuam para a internacionalização da Unespar.	
Programas e Ações estratégicas	Coordenação das Ações
Implantação de programas de internacionalização da extensão e cultura universitária, promovendo a cooperação internacional, com ênfase nos países latino-americanos	PROEC/ERI

FONTE: A autora (2018).

A terceira referência à internacionalização é realizada pela PRPPG, no detalhamento das ações referentes à política de criação e consolidação da pós-graduação *stricto sensu*.

Concernente à mesma política, a PRPPG aponta a internacionalização como um dos seus programas e ações estratégicas, conforme demonstrado no Quadro 19:

QUADRO 19 - PRESENÇA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NAS AÇÕES DA PRPPG - PAA 2018

Programas e Ações Estratégicas	Coordenação das Ações
Apoio à internacionalização	PRPPG/ERI

FONTE: A autora (2018).

As quinze menções seguintes aparecem nas ações do ERI, dispostas entre os programas e ações estratégicas e o detalhamento das ações, iniciando com uma definição sobre a internacionalização:

A internacionalização é um processo que leva à integração da dimensão internacional, intercultural e global às metas, funções e implementações do ensino superior.

A seguir, o ERI apresenta seu plano de ações, distribuído em duas políticas: a) Gestão das ações de internacionalização - Acesso e Inclusão; e b) Parcerias estratégicas e mobilidade acadêmica. Os Quadros 20 e 21 apresentam esses elementos.

QUADRO 20 - GESTÃO DAS AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO - ERI - PAA 2018

Política: Gestão das ações de internacionalização - Acesso e Inclusão.	
Programas e Ações Estratégicas	Coordenação das Ações
Estruturação do Escritório de Relações Internacionais	ERI/PROPLAN PRPPG/PROGRAD/PROEC/ PROGESP/TI/CAD
Internacionalização do <i>Curriculum</i>	ERI/ PRPPG / PROGRAD/ PROEC/ PROGESP/ CEPE
Comunica UNESPAR - Internacional	ERI/ ASCOM
Capacitação e qualificação pessoal e profissional da comunidade da UNESPAR	ERI/ PROEC/PRAF/ PROPLAN/PROGRAD/PRPPG/ PROGESP
Apoio à qualificação dos cursos de graduação e pós-graduação	ERI/ PROGRAD/ PRPPG/PROEC/PROPLAN
Fomento à cooperação entre os diferentes setores da UNESPAR	ERI/ PROEC/ PROGRAD/ PRPPG/PROGESP/ <i>campi</i> da UNESPAR/Gestão superior

FONTE: A autora (2018).

QUADRO 21 - PARCERIAS ESTRATÉGICAS E MOBILIDADE - ERI - PAA 2018

Política: Parcerias estratégicas e mobilidade acadêmica.	
Programas e Ações Estratégicas	Coordenação das Ações
Difusão da UNESPAR em âmbito Nacional e Internacional e representatividade nas instâncias competentes	ERI/PRPPG/ PROGRAD/ PROEC
Consolidação e ampliação de parcerias estratégicas Nacionais e Internacionais	ERI/ PRPPG/ PROEC/ PROGESP/ PROGRAD
Programa de Mobilidade Internacional – ProMoBI UNESPAR	ERI/ PROGESP/ PROGRAD/PRPPG/PROEC/ PRAF/ PROPLAN
Programa de Mobilidade da Rede Zicosur Universitário	ERI/PRPPG/PROGRAD/PROEC/ PROGESP

FONTE: A autora (2018).

Observa-se que, nessa versão do PAA, mais uma Pró-Reitoria expressa seu compromisso com a internacionalização: a PROEC, o que pode significar o aumento contínuo do engajamento dos demais setores com o processo de internacionalização institucional.

Uma informação que se revela através da geração dos dados é o fato de que, além do ERI, apenas a Pró-Reitoria de Pós-Graduação tem manifestado compromisso expresso e contínuo com as ações de internacionalização, como se pode observar nos PAAs de 2016 até o atual. Mais setores também demonstraram compromisso com a internacionalização, como um *campus* (PAA de 2017) e a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PAA 2018), contudo esse compromisso ainda é tímido ou aparece uma única vez.

4.1.3.1 Política institucional de Internacionalização

O novo PDI da instituição (2018) apresenta, por meio da Resolução 001/2018, a **Política Institucional de Internacionalização** da UNESPAR (doravante PII), que estabelece um “conjunto de princípios e objetivos que visam à implantação ou adaptação de ações institucionais para a promoção, fomento e consolidação do processo de internacionalização na UNESPAR”.

Para uma melhor compreensão sobre a política institucional da universidade objeto deste estudo, serão apresentados a seguir alguns elementos considerados pertinentes para a análise.

Em seu Art. 3º, o documento afirma que a PII visa a:

princípios e objetivos que impactem positivamente o desenvolvimento da universidade no âmbito da gestão, do ensino de graduação, da pesquisa e pós-graduação e da extensão e cultura, ao compreender que o processo de internacionalização envolve múltiplos agentes e interesses por meio de práticas que promovem melhor compreensão dos direitos humanos, do pensamento crítico e do respeito à diversidade sociocultural (p. 210).

O conceito de internacionalização expresso no documento defende que:

Entende-se a internacionalização do ensino superior como um compromisso institucional, transversal e abrangente, que integra a dimensão intercultural e internacional na cultura e na educação, e valores, práticas e estratégias institucionais com referencialidade e comprometimento social.

Esse conceito alinha-se com a concepção de internacionalização abrangente (HUDZIK, 2011), no sentido em que envolve a perspectiva institucional, acadêmica, pedagógica e política da internacionalização.

O documento apresenta como princípios:

- A universalidade, a indivisibilidade e a interdependência dos direitos humanos;
- repúdio e a prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação;
- A acolhida humanitária, a inclusão, a igualdade de tratamento e a promoção do reconhecimento acadêmico a migrantes, refugiados e apátridas amparados nos termos da Lei;
- A internacionalização como um compromisso institucional, transversal e abrangente para qualificar as atividades de gestão, ensino, pesquisa, extensão e cultura;
- A concepção de parcerias internacionais ou de interesse internacional e institucional orientadas pelos princípios de reciprocidade, equidade, responsabilidade social e sustentabilidade;
- A promoção da excelência acadêmica baseada na formação de cidadãos e cidadãs que tenham competências e atitudes capazes de conviver e dialogar positivamente em meio à diversidade cultural;
- A democratização do acesso a atividades, disciplinas e a currículos que oportunizem a experiência de aprendizagem internacional, interdisciplinar, multi, pluri ou intercultural;

O documento também apresenta as modalidades de internacionalização, que se dividem em: a) modalidades de cooperação internacional; e em b) modalidades de internacionalização propriamente ditas, cujas especificações estão descritas nas Figuras 11 e 12.

FIGURA 11 – MODALIDADES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA INSTITUIÇÃO



FONTE: PII INSTITUCIONAL (2018).

FIGURA 12 – MODALIDADES DE INTERNACIONALIZAÇÃO NA INSTITUIÇÃO



FONTE: PII Institucional (2018).

Em síntese, o documento apresenta a política de internacionalização institucional, com concepção, princípios, objetivos e modalidades claros e definidos, constituindo-se como um fator bastante positivo para a concretização de ações institucionais de internacionalização.

4.1.3.2 Políticas linguísticas adotadas pela instituição

As políticas linguísticas institucionais se desenvolvem por meio dos programas subsidiados pela SETI, ou seja, por meio dos programas *O Paraná Fala Inglês* e *O Paraná Fala Francês*, através dos quais estudantes, professores e agentes universitários matriculam-se em cursos de inglês e francês, respectivamente, com vistas à fluência nesses idiomas. Recentemente, o programa também ofertou, por meio de processo seletivo, duas bolsas de mobilidade internacional, em parceria com a associação educacional *Languages Canada*, para dois alunos e uma docente da instituição.

Por questão de restrição orçamentária não são ofertados cursos de outras línguas promovidos pela própria instituição, uma vez que não há verba para a contratação de professores para esses cursos e para aquisição de material didático e de suporte.

Por outro lado, a exemplo de outras instituições brasileiras e internacionais, há interesse por parte da instituição pesquisada em ofertar futuramente aulas por meio do inglês como meio de instrução (EMI)⁴⁰:

o EMI é uma questão necessária, e sabemos que isso é importante para o desenvolvimento de políticas linguísticas e até para o fomento da internacionalização [...] como um projeto estratégico de desenvolvimento de políticas linguísticas, mas ainda há todo um planejamento de sensibilização em ofertar disciplinas num segundo idioma (R3).

A opção pela oferta de disciplinas por meio do EMI, apesar de as políticas institucionais de internacionalização enfatizarem a relação Sul-Sul, é vista como uma necessidade motivada pela mobilidade, à medida que a instituição passar a receber um número maior de estudantes internacionais não falantes de português ou espanhol:

O EMI vem de um movimento já, uma onda da internacionalização à qual nós não podemos simplesmente negligenciar, apesar de um dos focos da política da internacionalização ser a questão da América Latina como um todo nós não fechamos portas para as outras oportunidades.

Obviamente, o uso da língua inglesa como meio de instrução por parte de professores de diversas áreas de conhecimento requer uma análise prévia do atual contexto e a elaboração de um plano detalhado de implementação, além

⁴⁰ Cf. 2.3.2, English-Medium Instruction (EMI).

de cursos de curta e média duração com vistas a preparar docentes, agentes universitários e estudantes. Uma outra possibilidade é a oferta simultânea de disciplinas em língua portuguesa e em adicional em horários diferenciados, de modo a contemplar estudantes brasileiros que desejem desenvolver sua proficiência linguística quanto estudantes em mobilidade na instituição.

Esse planejamento torna-se necessário especialmente em virtude da carência em termos de conhecimento de línguas adicionais presente entre os corpos docente e discente e entre os agentes universitários, o que acaba dificultando a realização de parcerias com instituições e pesquisadores estrangeiros (KHAN et al., 2016). Esse fator, nominado nesta pesquisa como *barreira linguística*, é apontado pelos entrevistados:

[...] barreira linguística por parte dos servidores, o que impede que os projetos tenham continuidade. Por exemplo, nós havíamos desencadeado uma parceria com uma universidade irlandesa, onde eles financiariam tudo, realmente era um projeto muito consistente, e infelizmente a UNESPAR não conseguiu dar continuidade porque nós não encontramos docentes que pudessem levar o projeto adiante (R3).

Só que as pessoas têm medo de sair do Brasil, tem medo de... tem medo, né? Medo da segunda língua, medo da cultura... (R4).

[...] falta de conhecimento da língua estrangeira (R6).

Formação muito ruim em língua estrangeira (R6).

A barreira linguística no sentido de técnicos e estudantes (R1).

Infelizmente os próprios docentes têm bastante limitação em relação à língua (R6)

Com relação a esse tema, um dos entrevistados sugere a criação de cursos voltados para a formação em línguas adicionais:

Eu acho que aí a gente precisa investir muito mais em termos de capacitação (R1).

Essa opinião é compartilhada por outro respondente, cujo entendimento é também favorável à realização de ações que promovam a proficiência em línguas adicionais:

Nós temos de pensar em alguma coisa para capacitar os nossos docentes, certo? Incentivá-los a voltar a estudar o inglês ou outra língua... (R6)

A resistência de ordem linguística aponta para a necessidade de ações voltadas às políticas linguísticas na instituição:

Sabe aquela propagandinha que todo mundo fica correndo do inglês? (R5).

O excerto acima, citado por um dos respondentes como um exemplo do quanto o corpo acadêmico evita envolver-se em ações que necessitem o conhecimento da língua inglesa, corroboram a constatação de que para que se ampliem as ações de internacionalização na instituição é fundamental, primeiramente, a implantação de ações com vistas a promover a proficiência linguística do corpo acadêmico.

4.2 Ações e programas de Internacionalização

Feitas as considerações a respeito das políticas de internacionalização, nesta seção são analisadas as ações e programas, em nível nacional e institucional.

Em nível nacional, o programa Ciência sem Fronteiras foi um importante marco para a internacionalização das IES, abrindo as portas para a mobilidade acadêmica internacional e, indiretamente, revelando a necessidade de investimentos em políticas linguísticas em termos de línguas adicionais no país.

Ainda que não seja direcionado a todas as IES do país, o Programa Institucional de Internacionalização – CAPES-PrInt, sucessor do Ciência sem Fronteiras a partir de 2017, constitui-se atualmente no carro-chefe dos programas de IntEs brasileiros, tanto por fomentar as ações quanto por nortear as políticas de internacionalização nas IES que pretendem adotar o programa futuramente.

A realização de convênios com instituições internacionais apresenta-se como a ação de internacionalização de maior destaque, por meio da qual se estabelece um acordo de parceria em atividades de ensino, pesquisa ou extensão entre instituições, órgãos, organizações, entre outros setores. Esses convênios nem sempre se concretizam em ações efetivas, contudo mantêm portas abertas entre as partes acordadas.

O programa Idiomas sem Fronteiras, por meio de programas derivados locais, como o Programa *Paraná Fala Idiomas* e seus subprogramas, *O Paraná Fala Inglês* e *O Paraná Fala Francês*, busca a tentar superar a deficiência em políticas linguísticas efetivas para línguas adicionais. Ainda que prossuam os

seus méritos, esses programas atuam como programas emergenciais, especialmente para atender às necessidades da mobilidade. Contudo, é fundamental que se implementem programas concretos de médio e longo prazo voltado para as políticas linguísticas, que se instituem desde as séries iniciais da educação básica e envolvam principalmente investimentos em formação docente inicial e continuada, além dos investimentos em recursos físicos. Esses programas devem ser planejados por especialistas da área, com base nos resultados de pesquisas que apontem carências e necessidades nacionais e globais em termos de formação linguística. Somente assim será possível estabelecer políticas linguísticas sólidas, amplas, inclusivas, com base em estudos científicos e não em pressupostos empíricos embasados no senso comum, muitas vezes norteado por intenções político-partidárias populistas, que tanto atrapalham o estabelecimento de políticas linguísticas sérias e necessárias ao País. Observa-se que esse é um longo caminho a se percorrer, uma vez que a ausência de uma visão estratégica e esclarecida a respeito do assunto, em esferas superiores governamentais, nacionais e nos diversos estados da Federação, tem gerado, além do gritante atraso em termos de formação em línguas adicionais na educação básica do país, poucos avanços e inúmeros retrocessos, como a retirada da obrigatoriedade do ensino de língua espanhola com a Reforma do Ensino Médio⁴¹, em 2018, além de inúmeras inconsistências presentes no texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), referentes ao ensino de língua inglesa, aprovado em 15 de dezembro de 2017⁴².

Além desses, há em âmbito nacional programas de bolsas e auxílios Internacionais da CAPES e CNPq e programa de Apoio a eventos no País (PAEP) e no exterior (AEX) – CAPES, responsáveis pelo fomento a diversos programas e ações de internacionalização no país.

⁴¹ A retirada da obrigatoriedade do ensino de língua espanhola gerou recentemente uma mobilização de especialistas, entidades, estudantes e diversos setores da sociedade, denominada “Fica Espanhol”.

⁴² Cf. Leitura Crítica da 3ª versão da BNCC – Ensino Fundamental, realizada por um grupo de especialistas a pedido do Conselho Britânico, em <<https://www.britishcouncil.org.br/atividades/ingles/bncc/leitura-critica>>.

Em âmbito regional, destaca-se o Programa de Mobilidade Red Zicosur Universitária⁴³ – SETI como importante estratégia de fortalecimento conjunto da região Centro-Oeste da América do Sul.

Concernente às instituições públicas estaduais paranaenses, a SETI desenvolveu o *Programa de internacionalização das universidades estaduais*, cujo objetivo foi a expansão e fortalecimento da IntEs no Estado, a fim de que as universidades estaduais possam atuar com vistas à promoção da visibilidade internacional paranaense, gerando convênios em pesquisa e modalidade acadêmica.

Em nível institucional, a Resolução 001/2018, que estabelece a Política Institucional de Internacionalização da instituição define que a PII será concretizada por meio de programas, projetos e ações propostos por qualquer instância da instituição, por docentes e agentes universitários, de modo que:

- Contemplem a internacionalização nas atividades acadêmicas;
- Promovam ou usufruam de parcerias internacionais novas ou já estabelecidas;
- Prevejam coordenação local com acompanhamento do ERI;
- Atendam a todas as considerações do ERI das Pró-reitorias afetas na sua elaboração e execução (PDI, 2018, p. 229).

Até 2018⁴⁴, foram realizados 23 acordos firmados pela universidade e outras instituições e órgãos internacionais, por meio de Memorandos de Entendimento, conforme apresentados na Tabela 6.

TABELA 5 - CONVÊNIOS FIRMADOS PELA INSTITUIÇÃO

Ano	Quantidade de MoU
2014	9
2015	13
2016	5
2017	11
2018	3
Total	41

FONTE: A autora (2018).

⁴³ Criada em 2008 a partir de um Protocolo de Intenções, promovido pelo Governo do Paraná, a Rede de Universidades da Zona de Integração do Centro-Oeste da América do Sul é uma rede de universidades públicas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Paraguai que atuam em programas conjuntos com o intuito de fortalecer a integração acadêmica regional e consolidar o intercâmbio nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Em 2005 foi o ano da criação da Red Zicosur Governo e em 2008 foi criada uma ramificação, que hoje é a Red Zicosur Universitária. A rede tem como objetivos “fortalecer a integração regional, propiciar o intercâmbio de experiências em Metodologia de Ensino, Pesquisa e Extensão, fomentar e consolidar redes temáticas de docência/pesquisa como ferramenta de integração regional e cooperação acadêmica”. Para maiores informações: <<https://zicosur.wordpress.com>>.

⁴⁴ Os dados das Tabelas 5, 6 e 7 foram obtidos junto ao ERI e atualizados em julho de 2018.

Os países com os quais a instituição firmou acordos e o respectivo número de MoUs estão apresentados na Tabela 6.

TABELA 6 - PAÍSES COM OS QUAIS A INSTITUIÇÃO POSSUI CONVÊNIOS

País	Número de convênios
Argentina	6
Bolívia	1
Brasil	8
Chile	1
Colômbia	1
Cuba	1
Espanha	2
França	2
Hungria	1
Paraguai	4
Polônia	1
Portugal	8
Uruguai	5
Total	41

FONTE: A autora (2018).

Corroborando as políticas institucionais de internacionalização, observa-se uma grande incidência de acordos firmados com países do Caribe e América Latina, num total de vinte e oito acordos com oito países dessas regiões, incluindo-se acordos com instituições brasileiras. Com relação a países de outros continentes, foram firmados um total de quatorze acordos com cinco países europeus. Até o momento, não foram estabelecidos acordos com países da África, Ásia, Oceania e América do Norte.

O Quadro 22 apresenta a distribuição dos convênios firmados entre a América do Sul e Europa.

QUADRO 22 - CONVÊNIOS FIRMADOS SOB UMA PERSPECTIVA CONTINENTAL

América do Sul e Caribe			
Convênio	País	Vigência	Início
Acordo de Cooperação Acadêmica	Paraguai	5 anos	2014
Acordo de Cooperação Acadêmica	Paraguai	5 anos	2014
Acordo de Cooperação Acadêmica	Paraguai	5 anos	2014
Acordo de Cooperação Acadêmica	Paraguai	5 anos	2014
Foro de Escuelas de Arte	Argentina	Indefinida	2014
Convênio Macro - Cooperação técnica	Argentina	5 anos	2015
Acordo de Cooperação Acadêmica	Colômbia	5 anos	2015
Acordo de Cooperação Acadêmica	Brasil	2 anos	2015
Termo de Cooperação Técnico-Científico e Cultural	Brasil	4 anos	2015
Termo de Adesão ao Convênio de apoio ao Programa ABRUEM de Bolsas de Mobilidade Estudantil	Brasil	Indefinida	2014
Acordo de Cooperação Acadêmica	Chile	5 anos	2015
Acordo de Cooperação Acadêmica	Argentina	2 anos	2015
Acordo de Cooperação Interuniversitária	Argentina	5 anos	2016
Acordo de Cooperação	Cuba	5 anos	2016
Acordo Específico e Convênio Marco	Argentina	3 anos	2015
Termo de Adesão ao Convênio de apoio ao Programa ABRUEM de Bolsas de Mobilidade Estudantil	Brasil	Indefinida	2016
Acordo de Cooperação Técnica-acadêmica	Brasil	5 anos	2017
Termo de Cooperação	Uruguai	5 anos	2017
Termo de Cooperação	Uruguai	5 anos	2017
Termo de Cooperação	Uruguai	5 anos	2017
Termo de Cooperação	Brasil	4 anos	2017
Proposta de Projeto	Brasil	32 meses	2017
Acordo de Cooperação Técnica-acadêmica	Uruguai	Até ser rescindido	2018
Termo de convênio	Brasil	1 ano	2017
Convênio de Cooperação Acadêmica	Uruguai	5 anos	2017
Acordo de Cooperação Acadêmica	Argentina	Indefinida	2017
Acordo de Cooperação Acadêmica	Bolívia	1 ano	2017
Acordo de Cooperação Acadêmica	América Latina	5 anos	2017
Europa			
Convênio	País	Vigência	Início
Acordo de Cooperação Acadêmica	Portugal	5 anos	2014
Acordo de Cooperação Acadêmica	Portugal	5 anos	2015
Memorando de Entendimento	Portugal e Hungria	Indefinida	2015
Acordo de Cooperação Acadêmica	Portugal	5 anos	2015
Acordo de Colaboração	Espanha	2 anos	2015
Acordo em Cooperação Científica, Educacional e Cultural	Polônia	5 anos	2015
Acordo de Cooperação Acadêmica	Portugal	5 anos	2015
Acordo de Cooperação	Portugal	5 anos	2014
Convênio de Colaboração	Espanha	1 ano	2014
Acordo de Cooperação Acadêmica	França	5 anos	2016
Memorando de Entendimento	Portugal		2016
Acordo de Cooperação Acadêmica	França	5 anos	2018
Acordo de Cooperação Acadêmica	Portugal	5 anos	2018

FONTE: ERI (2018).

Feitas a apresentação e análise dos dados gerados pela pesquisa, o próximo capítulo apresentará as conclusões finais deste trabalho.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÕES

7 CONCLUSÕES

O presente capítulo apresenta as conclusões deste estudo. Em vista disso, retomo o objetivo e as perguntas de pesquisa, apresento a síntese dos capítulos e discorro sobre as considerações finais desta pesquisa com relação às políticas e ações de internacionalização implementadas na instituição. Finalizo o capítulo discorrendo sobre as contribuições acadêmicas e práticas desta pesquisa, suas limitações e recomendações para pesquisas futuras.

Esta pesquisa de doutorado investigou como se processa a internacionalização na Universidade Estadual do Paraná. Para melhor compreender esse processo, a pesquisa teve como norteadores as seguintes perguntas de pesquisa: a) Quais são as políticas de internacionalização adotadas pela instituição? b) Quais ações de internacionalização ocorrem na instituição em termos de ensino, pesquisa e extensão em nível de graduação e pós-graduação?

Com vistas a compreender de que modo se constitui a internacionalização no ensino superior, a presente tese iniciou, no primeiro capítulo, situando o objeto de estudo, as motivações, relevância e objetivos desta investigação.

O capítulo seguinte apresentou o referencial teórico que embasa esta tese, constituindo-se da apresentação da perspectiva decolônia, princípio norteador da análise desta pesquisa, discorre sobre as políticas linguísticas e tece considerações sobre a língua inglesa como língua franca global e como meio de instrução. O terceiro capítulo apresenta o percurso metodológico da pesquisa, que se constitui de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, que possui como estratégia o estudo de caso. Como instrumentos de investigação, foram adotados questionário e entrevistas e análise de documentos oficiais e institucionais. Após a triangulação dos dados, foi realizada a análise interpretativa de conteúdo.

O quarto capítulo apresenta e analisa os dados gerados durante a realização da pesquisa, iniciando com as políticas de internacionalização em

níveis nacional, de sistema e institucional. A seguir, analiso as políticas adotadas pela instituição.

O estudo realizado revelou que as políticas de internacionalização desenvolvidas pela instituição, apesar de alinhadas às políticas nacionais e do setor de educação, possui como característica um forte perfil de cooperação Sul-Sul. Há um avanço paulatino da presença da internacionalização tanto nos documentos institucionais quanto nas ações, avanço esse que tende a se expandir com a recente aprovação de dois documentos norteadores: a Política Institucional de Internacionalização e o Regulamento de Mobilidade Internacional. Esse avanço é também fruto do esforço do Escritório de Relações Internacionais que, apesar de dispor de poucos recursos humanos, especialmente nos primeiros anos de atuação, não mede esforços para agir nas mais diversas frentes, em termos de relações internacionais e domésticas, desenvolvendo diversas ações e parcerias, muitas delas consolidadas por meio da assinatura de acordos e convênios de colaboração com parceiros internacionais e projetando o nome da instituição no cenário internacional.

A aprovação da Política Institucional de Internacionalização representou um passo importante para a estruturação e consolidação mais efetiva de uma instituição mais internacionalizada. Há um esforço no sentido de se caminhar em direção à internacionalização abrangente, conforme visto no documento, por meio do compromisso de implementação e promoção de uma cultura institucional, apoio ao intercâmbio cultural, científico e tecnológico. Desse modo, a política institucional alinha-se às necessidades institucionais, regionais e globais, equiparando a IES pesquisada às demais instituições nacionais, em termos de encaminhamentos e ações.

Um outro fator importante em termos de políticas de internacionalização existentes na universidade pesquisada é a aprovação do seu Regulamento de Mobilidade Internacional, por meio do qual se estabelece a organização da mobilidade docente, discente e de agentes universitários. Esse documento torna-se relevante por estabelecer os trâmites necessários à mobilidade *inbound* e *outbound*, descentralizar os procedimentos, indicar as ações necessárias para o acompanhamento dos estudantes da instituição e internacionais, bem como instruir o processo de conversão das atividades realizadas em período de mobilidade em créditos acadêmicos para a sua formação.

Por sua vez, os programas e ações de internacionalização desenvolvidos na instituição acompanham o próprio processo de consolidação institucional, que precisou primeiramente lidar com a dinâmica de partir de um conjunto de faculdades públicas isoladas, com suas diferentes especificidades, em direção à unidade e à coletividade. Esse processo, apesar de contínuo e crescente, apresenta suas dificuldades, especialmente no sentido de contornar as adversidades enfrentadas por uma instituição com tão diferentes necessidades e características regionais. Acrescente-se a isso o atual contexto histórico-político, que enxerga a universidade não como produtora de riquezas imateriais, conhecimento e inovação para o bem comum, mas como um fardo econômico para o Estado. Na perspectiva neoliberal que avança sobre os continentes e lhes dita as regras, uma instituição pública que não produza lucros financeiros e que, portanto, não possua valor econômico, deve ser “monetizada” ou extinta.

Os riscos advindos dessa perspectiva são, obviamente, nocivos para as instituições de ensino superior público e, conseqüentemente, para os estudantes originários de classes sociais menos favorecidas, advindos de um contexto educacional de baixos investimentos do Estado na Educação Básica pública, que lhes proporcionou um ambiente de aprendizado desfavorável e desigual. Os riscos da adoção da perspectiva neoliberal sobre a educação são também nocivos para a sociedade como um todo, uma vez que os cortes maciços e sistemáticos sobre os investimentos em Educação Superior tolhem à população a possibilidade de acesso a bens culturais, a possibilidade de estudo em um ambiente rico em produção e divulgação de conhecimento e a possibilidade de se descobrirem soluções para os diversos problemas que atingem diversos setores. Os riscos, enfim, tornam-se nocivos ao País, uma vez que onde não se produz conhecimento, pesquisa e inovação não há desenvolvimento, crescimento econômico e justiça social, deixando o país completamente à deriva em um mar de instabilidades e constante dependência com relação aos países considerados desenvolvidos.

Com relação aos programas e ações de internacionalização que acontecem na instituição, estas possuem como carro-chefe a realização de convênios com instituições internacionais. Os convênios, firmados pela instituição a partir de 2014, estabeleceram-se majoritariamente com países

geograficamente situados na região da América Latina e Caribe, em uma tendência para o fortalecimento regional, por meio de uma parceria Sul-Sul. Em termos de programas e ações de internacionalização destacam-se os programas *Paraná Fala Inglês* e *Paraná Fala Francês*, como forma de superar a barreira linguística em termos de línguas adicionais, uma realidade tão conhecida dos brasileiros, e que se apresenta como um obstáculo para a internacionalização, uma vez que afeta as relações sociais e acadêmicas entre docentes, pesquisadores, agentes universitários e estudantes locais e estrangeiros. Não há, contudo, apesar do caráter de parcerias mais regionais, previsão de cursos voltados à aquisição de proficiência em língua espanhola ou mesmo cursos de português para falantes de outras línguas.

As políticas linguísticas adotadas pela instituição, por questões de restrições orçamentárias, ainda são dependentes de programas e ações externos, como as políticas linguísticas criadas e fomentadas pelo Estado e as subsidiadas por instituições privadas. Ainda que o programa *Paraná Fala Inglês* seja bem-sucedido na instituição, e que se esteja implementando o programa *Paraná Fala Francês*, é necessário que se criem programas e ações voltados à política linguística com vistas à aquisição de conhecimento e proficiência em línguas adicionais a médio e a longo prazo. Os dados gerados indicam que o *calcanhar de Aquiles* da internacionalização na instituição pesquisada é a barreira linguística, ou seja, a falta de proficiência em línguas adicionais por parte de docentes, pesquisadores, agentes universitários e estudantes. Como somos seres sociais e constituídos na e pela linguagem (BAKHTIN, 2004), é importante que se olhe atentamente para essa barreira linguística e que se busquem intensificar ações voltadas à aquisição de proficiência em línguas adicionais, com vistas à concretização dos acordos internacionais, ações, programas e pesquisas conjuntos e, conseqüentemente, com vistas ao crescimento da instituição como um todo. As políticas linguísticas estão direta e irrefutavelmente atreladas às ações de internacionalização e, portanto, exigem ações mais concretas e efetivas em termos de sua consolidação. Nenhum esforço trará resultados efetivos se os pares não conseguirem estabelecer um diálogo aberto, efetivo e sem equívocos. Investir, portanto, em programas voltados à aquisição e proficiência em línguas adicionais trará resultados diretos para a instituição, em termos de estabelecimento de acordos, realização de programas em parceria

e avanço na qualidade das pesquisas produzidas nos *campi*. Ademais, o apoio e fomento às traduções de artigos científicos produzidos na instituição para outras línguas aumentará a projeção internacional da instituição e atrairá um maior número de parceiros e estudantes internacionais. Isso não somente impulsionará o aumento na qualidade do conhecimento produzido e difundido, mas também proporcionará um ambiente intercultural e enriquecedor para o corpo acadêmico como um todo. A consequência será a formação de profissionais letrados multiculturalmente, preparados para atuar em contextos distintos, com formação ética, profissional, cultural e social que dialogue com os princípios fundamentais dos direitos humanos e da convivência múltipla e pacífica, aberta a compreender e relacionar-se com os demais sujeitos, independentemente de suas diferenças e particularidades.

Por conseguinte, as políticas linguísticas impactam profundamente o âmbito educacional e, conseqüentemente, o social. Fortemente ligadas às questões de ideologia e poder, as políticas linguísticas implantadas no país precisam se contrapor à manutenção de desigualdades entre as camadas socialmente desfavorecidas, em que o acesso a uma educação plena e de qualidade não ocorre como deveria, resultando em um conhecimento de língua adicional deficitário e decorrendo em dificuldade de acesso aos bens acadêmicos e culturais.

Por outro lado, o estudo revelou que as instâncias relacionadas à graduação e à pós-graduação ainda se apresentam tímidas com relação às ações de internacionalização. Dentre essas instâncias, a que se apresenta com maior potencial para a internacionalização é a pós-graduação e, conseqüentemente, a pesquisa, especialmente em termos de grupos de pesquisa e parcerias com instituições internacionais geradas no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*. Essa instância se revela como a mais promissora e, possivelmente, o carro-chefe da IntEs na instituição. Há, contudo, que se promover programas e ações com vistas à internacionalização relacionados especialmente à graduação, por meio da internacionalização dos currículos e dos *campi*, uma vez que para que a internacionalização ocorra de modo realmente satisfatório, as ações de todas as instâncias da instituição necessitam se tornar mais efetivas e alinhadas ao PII e às ações do ERI.

Como nem tudo são rosas, a pesquisa revelou que há, evidentemente, obstáculos e limitações para a internacionalização na instituição. Os mais importantes já foram abordados neste capítulo, uma vez que, em virtude de sua importância e características, apresentam-se como extremamente dificultadores para a internacionalização. São eles, em primeiro lugar, o contingenciamento dos recursos financeiros e a barreira linguística.

A quantidade insuficiente de verba destinada à instituição pela entidade mantenedora e os contínuos cortes efetuados nos subsídios, já insuficientes para as próprias necessidades institucionais, comprometem substancialmente tanto a automanutenção institucional quanto a sua expansão e investimento em programas e ações de internacionalização. Acrescente-se a isso outras consequências do contingenciamento dos recursos financeiros observadas durante a geração de dados, como a não contratação dos docentes já aprovados em concursos públicos, a não liberação das horas necessárias para a contratação de docentes por meio de testes seletivos, a não realização de concursos públicos para reposição de docentes e agentes universitários aposentados, exonerados e falecidos, a ausência de recursos para o desenvolvimento dos projetos fomentados pela instituição, o número insuficiente de agentes universitários em todos os *campi*, a ausência de fomento destinado à realização de cursos e ampliação da mobilidade docente, discente e de agentes universitários, as dificuldades em termos de ampliação do espaço físico e construção de laboratórios de línguas e de pesquisas e aquisição de equipamentos para as mais diversas necessidades institucionais, dentre outras.

A barreira linguística, já mencionada anteriormente, impõe-se como um dos grandes obstáculos que ora se apresentam para a internacionalização. Fazem-se necessários, portanto, intensos investimentos em termos de aquisição e proficiência em línguas adicionais. Esses resultados, evidentemente, não serão alcançados a curto prazo; todavia, essa é uma semente que precisa ser semeada para que seus frutos possam ser colhidos a partir de um futuro próximo.

Outros obstáculos também se apresentam à internacionalização na IES pesquisada, como a característica multicampi da instituição, que possui seus sete *campi* distribuídos em seis diferentes regiões do Estado. Apesar de haver outras universidades com características parecidas, neste momento, devido especialmente às limitações financeiras, a distância entre os campi dificulta

deslocamentos e a possibilidade de um contato mais próximo e contínuo, especialmente com as gestões intermediárias, professores e estudantes. Essa dificuldade é contornada, em partes, pelos recursos disponibilizados pela tecnologia da informação, que permite contato em tempo real através de aplicativos de mensagem instantânea, correio eletrônico e realização de reuniões a distância com diversos membros simultaneamente, através de softwares de videoconferência.

Torna-se inviável analisar o contexto de internacionalização na instituição sem abordar questões basilares, como as condições mínimas para exercício e desenvolvimento de uma universidade. A precarização do ensino superior se manifesta no desabafo dos entrevistados, cujas angústias também se revelam quanto à carência de necessária infraestrutura física e humana para a realização das próprias funções e, conseqüente frustração em não dar conta de contribuir de maneira mais efetiva para com o processo de internacionalização institucional.

Como já mencionado inúmeras vezes ao longo deste trabalho, o próprio processo de crescimento e consolidação da instituição como universidade tem-se apresentado como um grande desafio. Apesar de criada há dezessete anos, a instituição somente se efetivou há cinco anos. Constituída pela união de sete faculdades isoladas, localizadas nas regiões Leste, Norte, Centro e Sul do Estado, cada uma com uma realidade e posicionamentos distintos, é, portanto, uma universidade nova, multirregional, com múltiplas possibilidades de crescimento e com inúmeros desafios pela frente. E é justamente esse caráter *multi* que a torna tão rica e promissora. A internacionalização deve ser vista, portanto, como mais um fator de enriquecimento institucional e que trará benefícios para as mais diversas instâncias da universidade.

Ao analisar o processo de internacionalização na instituição pesquisada, observam-se, portanto, dois fatores fundamentais que atuam como elementos limitadores da internacionalização no presente momento. Primeiramente, é preciso atender às demandas internas, suprir a necessidade de ensino superior gratuito e de qualidade dos alunos das regiões atendidas pela instituição. Os recursos para atender a essa necessidade primária são exíguos e comprometem, por conseguinte, a expansão de ações de ordens diversas.

Em segundo lugar, faz-se também necessário um maior engajamento da comunidade acadêmica e de alguns setores de gestão nas ações de internacionalização. Os dados gerados pela pesquisa apontam para a imprescindibilidade de maior participação de diversos setores internos sob diversas esferas: interesse, envolvimento, parceria, facilitação das ações, investimento no próprio aprendizado de línguas adicionais, entre outros. Ser universidade é estar amplamente aberto para as mudanças, para o desafio e para o novo.

Consequentemente, a internacionalização não é tarefa e responsabilidade exclusiva do Escritório de Relações Internacionais. Para que ela realmente se efetive e seja possível colher os seus frutos é fundamental a participação efetiva e cooperante de todos os setores da instituição, ou seja, pesquisadores, docentes, agentes universitários, pró-reitorias, como membros de igual importância de um único organismo. Desse modo, a ausência ou inoperância de um órgão desequilibra todo o organismo. Em síntese, a internacionalização na Unespar deve envolver todos os setores e não se restringir somente ao Escritório Internacional, à assinatura de convênios ou a intercâmbios. É necessário que o próximo passo seja a sensibilização da comunidade acadêmica para a percepção das inúmeras possibilidades de crescimento científico e enriquecimento cultural, estético, acadêmico e, sobretudo, humano que a internacionalização oferece.

Em síntese, para que a internacionalização se desenvolva de modo mais efetivo na instituição pesquisada, é necessária a implantação de políticas linguísticas consistentes e disponíveis a todo o corpo acadêmico, que englobem o desenvolvimento de habilidades orais e escritas de recepção e produção em línguas adicionais, além de que se estabeleça uma articulação coletiva e consistente entre todos os setores institucionais.

5.1 Contribuições Acadêmicas da Pesquisa

As contribuições acadêmicas desta pesquisa estão associadas ao desenvolvimento da análise sistemática do atual cenário da internacionalização na universidade Estadual do Paraná. Este estudo poderá servir de base para futuras pesquisas, voltadas para aspectos específicos ou mais amplos a respeito

da evolução da IntEs na instituição, bem como para apontar caminhos possíveis e acertos necessários.

5.2 Contribuições Práticas da Pesquisa

Como contribuição prática desta pesquisa, espera-se que este estudo detalhado sobre aspectos de suma importância para a instituição pesquisada possa contribuir para o crescimento institucional em diversas instâncias, bem como para a construção de políticas efetivas de internacionalização, gerando benefícios a docentes, agentes universitários, estudantes e sociedade como um todo.

5.3 Limitações da Pesquisa

Muito embora este estudo tenha tentado traçar um panorama de diversos aspectos relacionados à internacionalização na universidade pesquisada, em virtude de sua necessária delimitação, não foi possível investigar alguns aspectos mais detalhadamente, como os relacionados à internacionalização dos currículos, uma vez que demandaria uma outra abordagem, instrumentos e estratégias de investigação, como a análise dos planos de ensino de todos os cursos dos sete campi das instituições (indicar o número de cursos), tanto na graduação quanto na pós-graduação.

Um outro fator limitador é o fato de que um modelo teórico europeu em sua essência, como o utilizado nesta pesquisa, apesar de amplamente reconhecido e utilizado, não atende plenamente à realidade latino-americana, permeada historicamente por carências de diversas instâncias.

Por fim, por questões de delimitação da pesquisa e da própria dinâmica institucional, possivelmente há ações de internacionalização desenvolvidas pelo corpo docente que não chegaram ao conhecimento da pesquisadora e que, portanto, não foram mencionadas nesta tese.

5.4 Recomendações para Futuras Pesquisas

Esta investigação aponta para um conjunto de possibilidades de trabalhos futuros e relacionados ao tema abordado. Algumas sugestões para pesquisas futuras incluem:

- Construção de um modelo teórico de análise da IntEs que contemple aspectos subjacentes à realidade latino-americana;
- Estudo das repercussões dos programas e ações de internacionalização sobre o crescimento futuro da instituição;
- Estudos a respeito do impacto da mobilidade de pesquisadores, docentes, agentes universitários e estudantes sobre a instituição a curto, médio e longo prazo;
- Estudos voltados para a internacionalização do currículo;
- Pesquisas que analisem as implicações do EMI no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ACE. **CIGE model for comprehensive internationalization**. 2013. Disponível em <http://www.acenet.edu/news-room/Pages/CIGE-Model-for-Comprehensive-Internationalization.aspx>. Acesso em jul. 2017.

_____. **International Higher Education Partnerships: A Global Review of Standards and Practices**. CIGE Insights. Center for Internationalization and Global Engagement (CIGE). American Council on Education: Washington D.C., 2015. Disponível em <http://www.acenet.edu/news-room/Documents/CIGE-Insights-Intl-Higher-Ed-Partnerships.pdf>. Acesso em Nov. 2017.

_____. **Strength Through Global Leadership and Engagement: U.S. Higher Education in the 21st Century**. Washington, DC: American Council on Education, 2011. Disponível em <http://www.acenet.edu/news-room/Documents/2011-CIGE-BRPPReport.pdf>. Acesso em Nov. 2017.

AERDEN, A. **A guide to assessing the quality of internationalization**. The Hague: ECA. 2014.

AGUILAR, M.; MUÑOZ, C. The effect of proficiency on CLIL benefits in engineering students in Spain. **International Journal of Applied Linguistics**, 24 (1), p. 1-18, 2014.

AIGNER J. S., NELSON P., STIMPFL J. R. **Internationalizing the University: Making it work**. Springfield: CBIS Federal, 1992.

ALBERTI, R. F. S.; CARLOS, V. G. As políticas linguísticas e o ensino de espanhol no Paraná. **REVISTA X**, Curitiba, volume 12, n. 3, p. 102-114, 2017.

ALI, N. L. A changing paradigm in language planning: English-medium instruction policy at the tertiary level in Malaysia. **Current Issues in Language Planning**, 14(1), p. 73-92, 2013.

ALTBACH, P. G. Comparative perspectives in higher education for the twenty-first century. **Higher Education Policy**, 11, 347-356, 1998.

_____.; KNIGHT, J. **The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities**. Journal for Studies in International Education, 11(3-4), 290-305, 2007.

_____.; REISBERG, L.; RUMBLEY, L. **Trends in Global Higher Education, Tracking an Academic Revolution**. Center for International Higher Education, Boston College, Boston, 2009.

_____.; YUDKEVICH, M. Twenty-first Century Mobility: The Role of International Faculty. **International Higher Education**. N. 90: Summer 2017, p.

5-6. Disponível em: < <https://ejournals.bc.edu/ojs/index.php/ihe/article/viewFile/9993/8677>>. Acesso em Jul. 2017.

_____.; De WIT, H. Are we facing a fundamental challenge to Higher Education internationalization? **International Higher Education**. N. 93, p. 2-4, 2018.

AMARAL, A. **Bolonha, o ensino superior e a competitividade económica**. In: SERRALHEIRO, J.P. (Org.). O Processo de Bolonha e a formação dos educadores e professores portugueses. Porto: Profedições, 2005. p. 35-45.

ANDRADE, E. C. Rankings em Educação: tipos, problemas, informações e mudanças: análise dos principais rankings oficiais do Brasileiros. **Estudos Econômicos**, v. 41, n. 2, p. 323-343, 2011.

ARUM S., VAN De WATER J. **The Need for a Definition of International Education in US Universities**. in Klasek C. B. (Ed.) Bridges to the Future: Strategies for internationalizing higher education, pp. 191–203. Carbondale: Association of International Education Administrators, 1992.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – ANDIFES. **Programa de Expansão, Excelência e Internacionalização das Universidades Federais**. 2012. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1360930928PEEXIU.pdf>. Acesso em 12. jun. 2018.

_____. **Uma Agenda De Desenvolvimento Para As Universidades Federais**. 2014. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1400698106Agenda_Universidades_Federais_-_21-5-14.pdf>. Acesso em 12 Jun. 2018.

AUROUX, S. Instrumentos lingüísticos y políticas lingüísticas: la construcción del francés. **Revista argentina de historiografía lingüística**, I, 2, 137-149, 2009.

BACK, K., DAVIS, D. & OLSON, A. **Internationalisation and Higher Education: Goals and Strategies**. Canberra, Department of Employment Education, Training and Youth Affairs Evaluations and Investigations Program, Higher Education Division, IDP Education Australia 96/15, 1996.

BAKHTIN, M./ VOLOCHINOV, V. N. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes; 1997.

BAKHTIN, M. M./VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico em ciência da linguagem** [1929]. Tradução de Michel Lauhud e Yara Frateschi Vieira. 11. ed. São Paulo, 2004.

BALE, J. **Language policy and global political economy**. In: RICENTO, T. (Ed.). Language policy and political economy (pp. 72–96). Oxford: Oxford University Press, 2015.

BALL, P.; LINDSAY, C. **Language demands and support for English-medium instruction in tertiary education: Learning from a specific context**. In: DOIZ,

A.; LASAGABASTER, D.; SIERRA, J. M. (Eds.). English-medium instruction at universities: Global challenges (p. 44–61). Bristol, UK: Multilingual Matters, 2013.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BASKERVILLE, S. **A guide to UK higher education and partnerships for overseas universities**. London: The UK HE International Unite, 2013.

BAUMVOL, L. K.; SARMENTO, S. **A internacionalização em Casa e o uso de inglês como meio de instrução**. In: Magali Sperling Beck, Maria Ester Moritz, Maria Lúcia Milléo Martins, Viviane Heberle. (Org.). *Echoes: Further Reflections on Language and Literature*. 1ed. Florianópolis: UFSC, 2016, v. 1, p. 65-82.

BEELEN, J. La internacionalización en casa en una perspectiva global: un estudio crítico del Informe del 3.er Estudio Global de la AIU. In: Globalización e internacionalización de la educación superior. **Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento (RUSC)**. vol. 8, n.º 2, págs. 85-100. UoC. 2011. [Acesso em jun. 2017]. Disponível em <<http://rusc.uoc.edu/ojs/index.php/rusc/article/view/v8n2-beelen/v8n2-beelen>>

_____, & JONES, E. Redefining internationalization at home. In CURAI, A.; MATEI, L.; PRICOPIE, R.; SALMI, J.; SCOTT, P. (Eds.), **The European higher education area: Between critical reflections and future policies**. (pp. 67-80). Dordrecht: Springer, 2015.

BEERKENS, E.; BRANDENBURG, U.; EVERS, N.; Van GAALEN, A.; LEICHSENRING, H.; ZIMMERMANN, V. **Indicator projects on internationalisation – Approaches, methods and findings: a report in the context of the European project 'Indicators for Mapping & Profiling Internationalisation' (IMPI)**. Gütersloh: CHE Consult GmbH, 2010.

BERG, B. L. **Qualitative research methods for the social sciences**. 3. ed. Boston, MA: Allyn & Bacon, 1998.

BERNINI, G. For a language policy in the internationalized university. **Journal of Technology Transfer**, v. 40, n. 3, p. 380-386, 2014.

BLIGHT, D.; DAVIS, D.; OLSEN, A. **The internationalization of higher education**. In KEITH H. *Higher Education Through Open and Distance Learning: World review of distance education and open learning* (Vol. 1), 3rd Ed. London: Routledge/Commonwealth of Learning, 2003.

BOEHM, A.; DAVIS, D.; MEARES, D.; PEARCE, D. **The Global Student Mobility 2025 Report: Forecasts of the Global Demand for International Education**. Canberra: IDP, 2002)

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola, 2008.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. **Reproduction in education, society and culture**. Londres: Sage Publications, 1977.

BRADFORD, A. Toward a Typology of Implementation Challenges Facing English-medium Instruction in Higher Education: Evidence from Japan. **Journal of Studies in International Education**, 20(4), p. 339-356, 2016.

BRAGA, M. M. S. A.; BRAGA, F. M. S. A. **Brazilian trade and non-trade strategies of internationalization of Higher Education**. In: II Encontro acadêmico-científico de relações internacionais (II EACRI) da PUC Goiás, 2014, Goiânia. Anais do II Encontro acadêmico- científico de relações internacionais (II EACRI) da PUC Goiás, 2014.

BRANDENBURG, U.; DE WIT, H. **The end of internationalization, in International Higher Education**, n. 62, 2011, pp. 15-16, Boston College Center for International Higher Education, Boston, 2011.

BRASIL. **Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>

_____. Ministério da Educação. Idiomas sem Fronteiras. Pesquisas e relatórios. Disponível em <<http://isf.mec.gov.br/pesquisas-e-relatorios>>. Acesso em: mar. 2018.

_____. **Portaria interministerial nº 1, de 9 de janeiro de 2013**. Institui as áreas e temas prioritários de atuação do Programa Ciência sem Fronteiras. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 08 de jan. 2013. Disponível em <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/documents/214072/5058435/MEC_MC TI_temas+prioritarios_Csf.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

BRUNNER, J. J. **Educación Superior, Integración Economiga y Globalización**. Perfiles Educativos, abril-septiembre. Vol. XIX, n o 76/77, 1997.

BRYANT, M. **The nature and processes of internationalisation at a French Grande Ecole de Management**. Robert Gordon University, PhD thesis, 2013.

CÁCERES, G. H. **Políticas linguísticas em uma escola pública de ensino médio e tecnológico: a oferta de línguas estrangeiras**. Trabalhos em linguística aplicada, Jun 2014, vol.53, no.1, p.103-129.

CALVET, L-J. **Las políticas linguísticas**. Versión castellana de Lía Varela Supervisión de Roberto Bein. Edicial S.A., 1997.

CAMPOS, C. M. 2006. **A Política da Língua na Era Vargas. Proibição do Falar Alemão e Resistências no Sul do Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp.

CAMPOS, J. G. C. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília (DF) 2004, set/out; 57(5), p.611-614.

ÇANKAYA, P. Challenges in English Medium of Instruction from the Teachers and Students' Eyes. **International Journal of Languages' Education and Teaching**. Volume 5, Issue 4, p. 830-839, December 2017.

CAPES. EDITAL no. 41/2017: Programa Institucional de Internacionalização CAPESPrInt. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/programa-institucional-de-internacionalizacao-capes-print>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

CARVALHO, S. C.; SCHLATTER, M. Ações de difusão internacional da língua portuguesa. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n. 42, p. 260-284, jun. 2011.

CASTRO, A. M. D. A.; CABRAL NETO, A. **O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina**. Revista Lusófona de Educação, v. 21, p. 69-96, 2012.

_____.; SILVA, S. da S. **Políticas de Internacionalização do ensino superior no Brasil: Programa Ciência sem Fronteira em foco**. In: CASTRO, A. M. D. A.; BARBALHO, M. G. C. (Orgs.). Política de Expansão da Educação Superior. Natal, EDUFRN, 2015.

CASTRO-GÓMEZ, S. **Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da 'invenção do outro**. In LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005a.

_____. **La poscolonialidad explicada a los niños**. Bogotá: Universidad del Cauca, Instituto Pensar, 2005b.

_____. **La hybris del punto cero: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005c.

_____.; GROSGOUEL, R. **Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico**. In CASTRO-GÓMEZ, S. & GROSGOUEL, R. (coords.) El giro decolonial: reflexiones para uma diversidade epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

_____.; MENDIETA, E. **Introducción: la translocalización discursiva de Latinoamérica en tiempos de la globalización**. In CASTRO-GÓMEZ, S.; MENDIETA, E. (coords.). Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate. México: Miguel Ángel Porrúa, 1998.

CERVO, A. L.; SILVA, R. Da. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2006.

CHARLE, C.; DEL BUONO, L.; GAUBERT, C.; SOULIÉ, C. Ensino superior: momento crítico. **Educação & Sociedade**. vol. 25, n. 87, maio/agosto, 2004.

CHARMAZ, K. **Constructing grounded theory: a practical guide through qualitative analysis**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2006.

CHARON, A.; WAUTERS, J. P. University ranking: a new tool for the evaluation of higher education in Europe. **Nephrology Dialysis Transplantation**, 2008, 23(1), 62-64.

CHAVES, V. L. J.; CASTRO, A. M. D. A. Internacionalização da educação superior no Brasil: programas de indução à mobilidade estudantil. In **Revista Internacional de Educação Superior**. Campinas, v. 2 n.1, p. 118-137, jan./abr. 2016.

CHOUDAHA, R. Are International Students “Cash Cows”? **International Higher Education**. N. 90: Summer 2017, p. 5-6. Disponível em: <<https://ejournals.bc.edu/ojs/index.php/ihe/article/viewFile/9993/8677>>. Acesso em Jul. 2017.

_____.; DE WIT, H. **Challenges and opportunities for global student mobility in the future: a comparative and critical analysis**. In Streitwieser, B. *Internationalisation of Higher Education and Global Mobility*. Oxford: Symposium Books Ltd, 2014.

CONSELHO DA EUROPA. **Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas: aprendizagem, ensino e avaliação**. Tradução de Maria Joana P. do Rosário e Nuno V. Soares. Porto, Portugal: Edições ASA, 2001. Disponível em <<http://www.culturaitalianajoinville.com.br/qcerl.pdf>>. Acesso em jan. 2018.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **Plano nacional de pós-graduação [PNPG] 2011-2020**. Brasília: CAPES, 2010. v. 1.

COSTA, F., & COLEMAN, J. A. A survey of English-medium instruction in Italian higher education. **International Journal of Bilingual Education and Bilingualism**, 16, p. 3–19, 2013.

COTS, J. M. **Introducing English-medium instruction at the University of Lleida, Spain: Intervention, beliefs and practices**. In: DOIZ, A.; LASAGABASTER, D.; SIERRA, J. M. (Eds.). *English-medium instruction at universities: Global challenges* (p. 106–128). Bristol, UK: Multilingual Matters, 2013.

CUNNINGHAM, S., Y. RYAN, L. STEDMAN, S. TAPSALL, S. BAGDON, T. FLEW, P. COALDRAKE. **The Business of Borderless Education**. Department of Education, Training and Youth Affairs, Canberra, Australia, 2000.

DEARDEN, J. **English as a medium of instruction: a growing global phenomenon**. British Council, 2014.

DEWEY, M. Towards a post-normative approach: learning the pedagogy of ELF. In: **Journal of English as a Lingua Franca**, v. 1, n. 1, p. 141-170, 2012.

DE WIT, H. (Ed.) **An Introduction to Higher Education Internationalisation**. Milão: Vita e Pensiero, 2013.

_____. Partnerships for the Future: Trends, Challenges and Opportunities. *In*: JOOSTE, N.; De WIT, H.; HELETA, S. (Ed.). Higher Education: Partnerships for the Future. Porto Elizabeth: Unit for Higher Education Internationalisation in the Developing World, 2015.

_____. **Rationales for internationalization of higher education**. Millenium 3. n. 11, 1998.

_____. Repensando o conceito da internacionalização. **International Higher Education**, n. 70, p. 69-71, inverno 2013. Disponível em: <<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ihe/IHE70port.pdf>> Acesso: Jul. 2017.

_____. **Trends, Issues and Challenges in Internationalisation of Higher Education**. Amsterdam: Centre for Applied Research on Economics & Management, School of Economics and Management of the Hogeschool van Amsterdam, 2011.

_____. (Ed.) **Strategies for Internationalization of Higher Education: a comparative study of Australia, Canada, Europe and the United States of America**. Amsterdam: European Association for International Education, 1995.

_____.; CARAMILLO, C.; GACEL-ÁVILA, J.; KNIGHT, J. **Higher education in Latin America: the international dimension**. Washington, D. C.: World Bank, 2005.

_____.; ENGEL, L. C. **Building and Deepening a Comprehensive Strategy to Internationalise Romanian Higher Education**. *In*: Curaj, A.; Deca, L.; EGRON-POLAK, E.; SALMI, J. [Eds.] Higher Education Reforms in Romania: between the Bologna process and National Challenges. London: Springer, p. 191-204. Disponível em < <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-319-08054-3.pdf>>. Acesso: Set. 2017.

_____.; HUNTER, F.; HOWARD, L.; EGRON-POLAK, E. (Eds.). **Internationalisation of Higher Education**. Brussels: European Parliament, Directorate-General for Internal Policies, 2015.

_____.; JONES, E. **We need to change the language of internationalisation**. University World News, 16 November 2014, Issue No. 0343.

DE WIT, J. W. M. **Internationalisation of Higher Education in the United States of America and Europe**. Amsterdam, 2001.

DELGADO-LÓPEZ-CÓZAR, E. Cómo se cocinan los rankings universitarios. How to cook the university rankings. **Dendra médica**, 2012, vol. 11, n. 1, pp. 43-58.

DELGADO-MÁRQUEZ, B. L.; HURTADO-TORRES, N. E.; BONDAR, Y. Internationalization of Higher Education: Theoretical and Empirical Investigation of Its Influence on University Institution Rankings. *In*: Globalisation and Internationalisation of Higher Education. **Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento (RUSC)**. Vol. 8, No 2, pp. 265-284. UOC. 2011.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Penso, 2006.

DEWEY, M. Towards a post-normative approach: Learning the pedagogy of ELF. **Journal of English as a Lingua Franca**, 2012.

DOIZ, A., LASAGABASTER, D., & SIERRA, J. M. **English as L3 at a bilingual university in the Basque County, Spain**. In: DOIZ, A.; LASAGABASTER, D.; SIERRA, J. M. (Eds.). English-medium instruction at universities: Global challenges (p. 84–105). Bristol, UK: Multilingual Matters, 2013.

DRÈZE, J.; DEBELLE, J. **Concepções da universidade**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1983.

DUSSEL, E. **Dussel explica la teoría: "El Giro Descolonizador" (The Decolonaizing Turn)**. Entrevista com Enrique Dussel, 2013. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=ml9F73wIMQE>>. Acesso em: mai. 2018.

_____. **Europa, modernidad y eurocentrismo**. In LANDER, Edgardo (coord.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2000.

EL KADRI, M. S. **Atitudes sobre o estatuto do inglês como língua franca em um curso de formação inicial de professores**. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otro modo: El programa de investigación de modernidad/colonialidad latino-americano. **Tabula Rasa**. Bogotá-Colombia, No.1: 51-86, enero-diciembre de 2003.

EUROPEAN COMMISSION. **European Higher Education in the World**. Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions. Brussels, 2013.

FERNANDES, L. A.; GOMES, J. M. M. **Relatórios de pesquisa nas ciências sociais: características e modalidades de investigação**. Contexto, Porto Alegre, v. 1, p. 71-92, 2003.

FIGUEIREDO, E. H. D. **Globalization and the global spread of English: concepts and implications for teacher education**. In: GIMENEZ, T.; EL KADRI, M. S.; CALVO, L. C. S. English as a lingua franca in teacher education: a Brazilian perspective. Berlin: De Gruyter Mouton, 2018.

FINARDI, K. R. **English in Brazil: views, policies and programs**. Londrina: Eduel, 2016. E-book.

_____. What can Brazil Learn from Multilingual Switzerland and its Use of English as a Multilingua Franca. **Acta Scientiarum** (UEM), v. 39, n. 2, p. 219-228, 2017.

_____.; PORCINO, M. C. O papel do inglês na formação e na internacionalização da educação no Brasil. **Horizontes de Linguística Aplicada**, 14(1): 109-134, 2015.

_____.; LEO, R.; PINHEIRO, L. M. S. English in Brazil: Insights from the Analysis of Language Policies, Internationalization Programs and the CLIL Approach. *Education and Linguistics Research*, v. 2, p. 54-68, 2016.

FINARDI, K. R.; SILVEIRA, N.; ALENCAR, J. G. First Aid and Waves in English as a Foreign Language: Insights from CLIL in Brazil. **The Electronic Journal of Science Education**, v. 20, n.3, p. 11-30, 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONTANA, R. T.; PINHEIRO, D. A. Condições de saúde autorreferidas de professores de uma universidade regional. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 270-276, 2010.

FORTANET-GÓMEZ, I. Academics' beliefs about language use and proficiency in Spanish multilingual higher education. **AILA Review**, 25, p. 48–63, 2012.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 17.ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Poder e saber**. In: Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2006.

FRANCO, M. L. P. B. **O que é análise de conteúdo**. São Paulo: PUC; 1986.

GARCEZ, P. de M.; SCHULZ, L. ReVEL na Escola: do que tratam as políticas linguísticas. **ReVEL**, v. 14, n. 26, 2016.

_____. A proposta de legislação anti-estrangeirismos no Congresso Nacional do Brasil (1999-2003). **Revista Internacional de Linguística Iberoamericana**, Vol. 2, No. 1 (3), Políticas da Linguagem no Brasil, 2004, pp. 95-104.

GATE. **Trade in transnational education services**. Washington, DC: Global Alliance for Transnational Education, 1999.

GIBSON-GRAHAM, J.K. **The end of capitalism (as we knew it): A feminist critique of political economy**. Cambridge, MA: Blackwell, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2011.

GIMENEZ, T.; CALVO, L. C. S.; EL KADRI, M. S (Org.). **Inglês como língua franca: ensino-aprendizagem e formação de professores**. Campinas: Pontes, 2011.

GIMENEZ, T.; PASSONI, T. P. **English as língua franca and the internationalization of higher education in Brazil**. In: FINARDI, K. R. *English in Brazil: views, policies and programs*. Londrina: Eduep, 2016b.

GIMENEZ, T.; PASSONI, T. P. Políticas linguísticas e suas consequências não planejadas: o programa “Inglês Sem Fronteiras” e suas repercussões nos cursos de Letras. **Calidoscópio**. Vol. 14, n. 1, p. 115-126, jan/abr 2016a.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29. Mai./Jun. 1995.

GÓMEZ, T. G. **Rankings y reputación universitaria: Jornadas de la AUGAC, Universidad de La Rioja**. XXIV Jornadas Formativas de la Asociación de Profesionales de los Gabinetes de Comunicación de las Universidades Españolas y Centros de Investigación (AUGAC). 2013. Disponível em <<http://www.inaecu.com/55637>>. Acesso em dez. 2017.

GRADDOL, D. **English next**. London: British Council, 2006.

GROSFOGUEL, R. **Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas**. In CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFOGUEL, Ramon (coords.) *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

_____. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2008, n. 80, p. 115-147.

_____. **Decolonialidad del Poder**. Entrevista com Ramón Grosfoguel, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2_dkACDYuO0&t=3012s>. Acesso em: mai. 2018.

GRUNZWEIG, W.; RINEHART, N. (Eds.). **Rockin' in Red Square: Critical approaches to international education in the age of cyber culture**. Berlin: Lit Verlag, 2002.

GUO, S.; ALFRED, M. **Intensification of faculty engagement in internationalization of adult education: a comparative study of Canada and the United States**. In HÉRBERT, Y.; ABDI, A. A. (Eds.) *Critical perspectives on international education*. Rotterdam/Taipei: Sense Publishers, 2013, p. 135-348.

HARARI, M. **The Internationalization of the Curriculum**. In: Klasek, C.B. (ed.). *Bridges to the Future: Strategies for Internationalizing Higher Education*. Pullman, WA: Washington State University's Center for International Development. Headquarters of the Association of International Education Administrators, 1992.

HAZELKORN, E. **Rankings and The Reshaping of Higher Education: The battle for world-class excellence**. Palgrave Macmillan, 2011.

HAZELKORN, E. **World-Class Universities or World-Class Systems? Rankings and Higher Education Policy Choices**. Keynote Address to the UNESCO Global Forum on Rankings and Accountability in Higher Education, UNESCO, Paris, 16-17 June, 2011.

HEALEY, N. Why do English universities really franchise degrees to overseas providers? **Higher Education Quarterly**, 67 (2), 180-200, 2013.

HELMS, R. M.; TUKIBAYEVA, M. **Internationalization in Action: Internationalizing the Curriculum, Part 1 - Individual Courses**. ACE. Disponível em < <http://www.acenet.edu/news-room/Pages/Intlz-in-Action-2013-December.aspx>>. Acesso: mai. 2018. 2013.

HOLTON, R. J. **Making globalization**. New York: Palgrave MacMillan, 2005.

HORNBERGER, N. H. **Frameworks and Models in Language Policy and Planning Research**. In: RICENTO, T. (ed.). *An Introduction to Language Policy: Theory and Method* (pp. 24-41). Oxford: Blackwell, 2006.

HOU, A. Y. C.; MORSE, R.; CHIANG, C-L.; CHEN, H-J. Challenges to Quality of English Medium Instruction Degree Programs in Taiwanese Universities and the Role of Local Accreditors: A Perspective of Non-English-Speaking Asian Country. **Asia Pacific Education Review**, v.14 n.3, p. 359-370, Sep. 2013.

HU, G. The craze for English-medium education in China: Driving forces and looming consequences. *English Today*, 25(4), p. 47–54, 2009.

_____.; LEI, J. English-Medium Instruction in Chinese Higher Education: A Case Study. *Higher Education: The International Journal of Higher Education and Educational Planning*, v. 67 n. 5, p. 551-567, May 2014.

HUANG, F. **The Internationalisation of the academic profession**. In HUANG, F.; FINKELSTEIN, M.; ROSTAN, M. *The Internationalization of the Academy: Changes, Realities and Prospects*. Dordrecht, The Netherlands: Springer, 2014.

_____.; FINKELSTEIN, M.; ROSTAN, M. **The Internationalization of the Academy: Changes, Realities and Prospects**. Dordrecht, The Netherlands: Springer, 2014.

HUDZIK, J. K. **Comprehensive Internationalization: from Concept to Action**. NAFSA, 2011.

HUONG T.; NGUYEN, H. T.; HAMID, M. O. MONI, K. English-medium instruction and self-governance in higher education: the journey of a Vietnamese university through the institutional autonomy regime. **Higher Education**, Volume 72, Issue 5, p. 669–683, November 2016.

IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

IM, J. H.; KIM, J. Use of Blended Learning for Effective Implementation of English-Medium Instruction in a Non-English Higher Education Context. **International Education Studies**, 8(11), p. 1-15, 2015.

JENKINS, J. Current perspectives on teaching world englishes and english as a lingua franca. **Tesol Quarterly**, Columbia, v. 40, n. 1, p. 157-181, 2006

_____. Conversations with international students. In: JENKINS, J. **English as a Lingua Franca in the International University**. Routledge, p. 156-193, 2013.

JENSEN, C., & THØGERSEN, J. Danish university lecturers' attitudes towards English as the medium of instruction. **Ibérica**, 22, p. 13-34, 2011.

JORDÃO, C. M. A Língua inglesa como "commodity": Direito ou obrigação de todos? **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, Coimbra. Setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/grupodiscussao32/ClarissaJordao.pdf>>. Acesso em: jun. 2018.

KACHRU, B. World Englishes and applied linguistics. **World Englishes**, v. 9. n. 1, p. 3-20, 1990.

_____. World Englishes and English-using communities. **Annual Review of Applied Linguistics** 17, p. 66-90, 1997.

KHAN, M. A.; OMRANE, A.; BANK, D. The Role of Internationalization in the Higher Education Industry: An Exploratory Study. **International Journal of Economics & Strategic Management of Business Process**, p. 86-99, 2016.

KLASEK, C. (Ed.). **Bridges to the Future: Strategies for Internationalizing Higher Education**. Carbondale, IL: Association of International Education Administrators, 1992.

KLOSS, H. Abstand Languages and Ausbau Languages. **Anthropological Languages**, 9, 1979.

KNIGHT J. **Internationalization: Management strategies and issues**. International Education Magazine, 9 pp. 6, 21-22, 1993.

_____. **Internationalization: Elements and Checkpoints**. Canadian Bureau for International Education. Research Monograph No.7. Ottawa, Canada, 1994a.

_____. **The Internationalization of Canadian Universities**. Unpublished doctoral dissertation. Michigan State University, 1994b.

_____. **Internationalization of Higher Education: a shared vision**. Ottawa: Canadian Bureau for International Education, 1996.

_____. **Internationalization of Higher Education: A conceptual framework**. In KNIGHT J., De WIT, H. (Eds.) **Internationalization of Higher Education in Asia Pacific Countries**, pp. 5-19. Amsterdam: European Association for International Education, 1997.

_____. **GATS, Trade and higher education. Perspective 2003: where are we?** Observatory Report, May, 2003.

_____. Internationalization remodeled: Definition, approaches and rationales. **Studies in International Education**, p. 5-31, 2004.

_____. **An internationalization model: responding to new realities and challenges.** In De WIT, H.; CARAMILLO, C.; GACEL-ÁVILA, J.; KNIGHT, J. Higher education in Latin America: the international dimension. Washington, D. C.: World Bank, 2005.

_____. **Internationalization of higher education: New directions, new challenges.** The 2005 IAU global survey report. Paris: International Association of Universities, 2006.

_____. **Internationalization: concepts, complexities and challenges.** In: FOREST, J. J. F.; ALTBACH, P. G. (eds.), *International Handbook of Higher Education*. Dordrecht: Springer, p. 207–227, 2007a.

_____. Crossborder Tertiary Education: An Introduction. In **Crossborder Tertiary Education: A Way Towards Capacity Development**. pp. 21-46, Paris: OECD, World Bank and NUFFIC, 2007b.

_____. **Higher Education in Turmoil: the Changing World of Internationalization.** Rotterdam: Sense Publishers, 2008.

_____. **Concepts, rationales, and interpretive frameworks in the internationalization of higher education.** In: DEARDORFF, D. K.; De WIT, H.; HEYL, J. D.; ADAMS, T. (Ed.). **The SAGE handbook of international higher education**. EUA: SAGE Publications, p. 27-42, 2012.

_____. The changing landscape of higher education internationalization: For better or worse? **Perspectives: Policy and Practice in Higher Education**, 17(2), 84-90, 2013.

_____. **International education hubs.** In: MEUSBURGER, P.; HEFFERNAN, M.; SUARSANA, L. (eds.). *Geographies of the University. Knowledge and Space*, vol 12. Springer: Cham, 2018.

_____.; De WIT, H. **Strategies for Internationalization of Higher Education: Historical and conceptual perspectives.** In De WIT, H. (Ed.) *Strategies for Internationalization of Higher Education: A comparative study of Australia, Canada, Europe and the United States of America*, p. 5-33. Amsterdam: European Association for International Education, 1995.

_____.; De WIT, H. Organization for Economic Co-operation and Development, Organization for Economic Co-operation and Development. Secretary-General & Programme on Institutional Management in Higher Education. **Quality and internationalization in higher education.** Paris: Organization for Economic Co-operation and Development, 1999.

KRAWCZYK, N. As Políticas de Internacionalização das Universidades no Brasil: o caso da regionalização no Mercosul. **Jornal de políticas educacionais**, n° 4, p. 41–52, 2008.

KUMARAVADIVELU, B. **Individual identity, cultural globalization and teaching English as an international language: The case for an epistemic break**. In: ALSAGOFF, L.; RENANDYA, W. A.; HU, G.; McKAY, S. L. (Eds.), *Teaching English as an international language: Principles and practices*. New York: Routledge, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 5. ed. ver. ampl. São Paulo: Atlas, 2008.

LANDER, E. **A ciência neoliberal**. In CECEÑA, E. (org.). *Desafios das emancipações em um contexto militarizado*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

LEASK, B. A internacionalização do currículo e a aprendizagem de todos os estudantes. **International Higher Education**, n. 78. Tradução de Sérgio Azevedo Pereira, 2005. Disponível em <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/a-internacionalizacao-do-curriculo-e-a-aprendizagem-de-todos-os-estudantes>>. Acesso em jun. de 2018.

_____. Using formal and informal curricula to improve interactions between home and international students. **Journal of Studies in International Education**, 13 (2), 2009, p. 205-221.

_____. Internationalizing the curriculum in the disciplines—imagining new possibilities. **Journal of Studies in International Education**. 17(2), p. 103 – 118, 2013.

_____. **Internationalizing the curriculum**. Oxon: Routledge, 2015.

_____. **Questionnaire on Internationalisation of the Curriculum (QIC)**. Disponível em <http://www.ioc.global/docs/QIC1.pdf>. Acesso em Jul. 2017.

LEMONS, D. Trabalho docente nas universidades federais: tensões e contradições. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. esp. 01, p. 103-118, 2011.

LIMA, M. C.; CONTEL, F. B. **Períodos e Motivações da Internacionalização da Educação Superior Brasileira**. In: 5^{ème} Colloque de l'IFBAE, 2009, Grenoble. Anais ... Grenoble, mai 2009.

LOURENÇO, H. S.; CALDERÓN, A. I. Rankings acadêmicos na educação superior: mapeamento da sua expansão no espaço ibero-americano. **Acta Scientiarum**. Education, Maringá, v. 37, n. 2, p. 187-197, Apr.-June, 2015.

LUKMAN, R.; KRAJNC, D.; GLAVIC, P. University ranking using research, educational and environmental indicators. **Journal of Cleaner Production**, 2010, 18(7), 619-628.

LUNA, J. M. F. de. **Internacionalização do currículo e educação intercultural: aproximações à luz da sociologia das ausências e da sociologia das**

emergências. In: LUNA, J. M. F. de (Org.). Internacionalização do currículo: educação – interculturalidade – cidadania global. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

LUZ, M. T. Prometeu acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade e as condições atuais da vida acadêmica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 39-57, 2005.

MACARO, E. **English Medium Instruction Research: What do we know so far and what do we still need to find out?** Oxford University. Department of Education public Seminars. 2017. Disponível em <<https://podcasts.ox.ac.uk/english-medium-instruction-research-what-do-we-know-so-far-and-what-do-we-still-need-find>>. Acesso em Set. 2018.

_____.; CURLE, S.; PUN, J.; NA, J.; D, J. A systematic review of English medium instruction in higher education. **Language Teaching**. 51.1, p. 36–76, 2018.

MALDONADO-TORRES, N. **Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto.** In CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (coords.) El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MARCONI. M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1999.

MARINGE, F.; DE WIT, H. **Global higher education partnerships: equity and epistemic concerns with distribution and flows of intellectual capital**. In: COTE, J.; FURLONG, A. (Eds.) Routledge Handbook of Sociology of Higher Education. London: Routledge, 2015.

MARQUES, F. **Peso internacional: Rankings mostram o lugar da pesquisa brasileira no mundo e a posição de nossas universidades em áreas específicas.** Pesquisa FAPESP Online, Nov., ed. 165, 2009.

MARSON, I. C. V.; BORGES, E. F. V. “Paraná Fala Inglês” na UEPG: experiência extensionista com foco na mobilidade internacional. **Extensio UFSC: Revista Eletrônica de Extensão**. Florianópolis, v. 12, n. 20, p.73-89, 2015.

MARTINEZ, J. Z. Entre fios, pistas e rastros: os sentidos emaranhados da internacionalização da Educação Superior. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo., 2017.

MARTINEZ, R. B. **English as Medium of Instruction (EMI) in Brazilian higher education: challenges and opportunities.** In: FINARDI, K. R. English in Brazil: views, policies and programs. Londrina: Eduel, 2016. E-book.

MARTINEZ, R.; FOGAÇA, F.; FIGUEIREDO, E. H. D. Exploring the effects of EMI on teaching and learning. Poster presented at the Oxford EMI Symposium, University of Oxford, UK, 2015.

Finardi, Kyria Rebeca. English in Brazil:: Views, policies and programs (Locais do Kindle 3631-3632). EDUEL. Edição do Kindle.

MARTINS, V. F. Las políticas lingüísticas de enseñanza y difusión de español / lengua extranjera (ELE) en el Mercosur. **Revista Onomázein** 33, 2016.

MATSUDA, A.; FRIEDRICH, P. English as an international language: A curriculum blueprint. *World Englishes*, 30(3), p. 332-344, 2011.

MATTAR, F. N. **Estudo sobre estratificação social para utilização em marketing e pesquisas de marketing. Proposta de novo modelo para estratificação socioeconômica.** Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, CA. 1 e 2, 1996.

McKAY, S. L. **Teaching english as an international language: rethinking goals and approaches.** Oxford: Oxford University Press, 2002.

_____. Toward an appropriate EIL pedagogy: re-examining common ELT assumptions. **International Journal of Applied linguistics**. Oslo, v. 13, n. 1, p. 1- 19, 2003.

_____. Toward an appropriate EIL pedagogy: Re-examining common ELT assumptions. **International Journal of Applied Linguistics**, 13, 2003, 1-22.

MCMANUS, C.; NOBRE, C. A. Brazilian Scientific Mobility Program - Science without Borders: Preliminary Results and Perspectives. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, 2017, 89 (1 Suppl.), 773-786.

MESTENHAUSER, J. **Portraits of an international curriculum: An uncommon multidimensional perspective.** In MESTENHAUSER, J.; ELLINGBOE, B. (eds.), *Reforming the higher education curriculum: Internationalising the campus*, Oryx Press, Phoenix, Arizona, 1998, pp. 3-38.

_____.; ELLINGBOE, B. **Reforming the Higher Education Curriculum.** *Internationalizing the Campus*. Washington, DC: American Council on Education, 1998.

MIDDLEHURST, R. The international context for UK higher education. In: KETTERIDGE, S.; MARSHALL, S.; Fry, H. (eds.) **The effective academic: a handbook for enhanced academic practice**. London: Kogan Page, 2002.

MIGNOLO, W. **Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo.** Madrid: Akal, 2003.

_____. **La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial.** Barcelona: Gedisa, 2007a.

_____. **El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto.** In CASTRO-GÓMEZ, S. & GROSGUÉL, R. (coords.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.* Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007b.

_____. *La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Um manifesto y un caso*. **Tabula Rasa**, n.8, 2008, p. 243-282.

_____. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad.** Argentina: Ediciones del signo, 2010.

_____. **Postoccidentalismo: el argumento desde América Latina.** In CASTRO-GÓMEZ, S. & MENDIETA, E. (coords.). *Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate.* México: Miguel Ángel Porrúa, 1998.

_____. **The geopolitics of knowledge and the colonial difference.** *The South Atlantic Quarterly*, v. 101, n. 1, p. 57-95, 2002.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

_____.; MINAYO-GÓMEZ, C. 2003. Dífceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (org.). **O clássico e o novo: Tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde.** Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 117-142

MIURA, I. K. **O processo de internacionalização da universidade de São Paulo: um estudo de três áreas do conhecimento.** Tese (Livre Docência) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MORGADO, J. C. **Processo de Bolonha e ensino superior num mundo globalizado.** *Educação & Sociedade*. 2009. [Acesso em Jul. de 2017] Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313703003>>

MOURA, B. A.; MOURA, L. B. A. Ranqueamento de universidades: reflexões acerca da construção de reconhecimento institucional. **Acta Scientiarum.** Education, v. 35, n. 2, p. 213-222, 2013.

MULLER, C. V. **O processo de internacionalização do ensino superior: um estudo de caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) Programa de Pós-graduação em Relações internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

MUNDY, K.; IGA, M. Hegemonic exceptionalism and legitimating bet-hedging: Paradoxes and lessons from the US and Japanese approaches to education

services under the GATS. **Globalisation, Societies and Education**, 1 (3), p. 281–319, 2003.

NILSON, B. Internationalisation at Home From a Swedish Perspective: The Case of Malmö. **Journal of Studies in International Education**, Vol. 7 No. 1, p. 27–40, Spring 2003.

NYE, J. S. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.

O'MAHONY, J. **Enhancing student learning and teacher development in transnational education**. York: Higher Education Academy, 2014.

OLIVEIRA, G. M. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas, n(52.2): 409-433, jul./dez. 2013

OLIVEIRA, M. B. A avaliação neoliberal na universidade e a responsabilidade social dos pesquisadores. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 379-387, 2008.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Internationalism and trade in higher education: Opportunities and challenges**. Paris: OECD, 2004.

PAIGE, M. R. **Internationalization of Higher Education: Performance Assessment and Indicators**. Nagoya Journal of Higher Education. Vol. 5, 99-122. Nagoya: Center for the Studies of Higher Education, 2005.

PALHARES, A. C. M. H. Língua, cultura, educação e colonialidade: reflexões sobre o ensino-aprendizagem de línguas em uma perspectiva pós-colonial. **Interfaces de Saberes**, v. 12, n. 1, 2012.

PARANÁ FALA INGLÊS. **O Paraná Fala Línguas Estrangeiras – Primeira Etapa – O Paraná Fala Inglês – UNESPAR**. Projeto estratégico da SETI – Fundo Paraná. Unidade Gestora do Fundo Paraná – UGF. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Paraná, 2013.

PASSONI, T. P. **O programa inglês sem Fronteiras como política linguística: um estudo sobre as ideologias da língua inglesa no âmbito da internacionalização do ensino superior brasileiro**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

PHILLIPSON, R. **Global English and local language policies**. In KIRKPATRICK, A (ed.). *Englishes in Asia: communication, identity, power and education*. Melbourne: Language Australia Ltd., 2002.

PILLER, I., & CHO, J. Neoliberalism as language policy. **Language in Society**, 42, p. 23–44, 2013.

PINHEIRO, L. M. S.; FINARDI, K. R. Políticas Públicas de Internacionalização e o Papel do Inglês: Evidências dos Programas CsF e IsF. *In: II Conel*, 2014, Vitória. **Anais do II Conel**. Vitória: PPGEI. v. 1. p. 76-78, 2014.

POWELL, C. **Statement for International Education Week**. U.S. State Department, 2004.

QIANG, Z. **Internationalization of higher education: towards a conceptual framework**. Policy Futures in Education, v. 1, n° 2, 2003.

QUADROS-ZAMBONI, A. S. Apendicite formativa nos cursos de Letras: reflexões sobre a formação do professor de inglês. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

QUIJANO, A. **Colonialidad y Modernidad/Racionalidad**. Perú Indígena, Lima, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

_____. **Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina**. *In: Anuário Mariateguiano*. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997.

_____. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of world-systems research**, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000a.

_____. **Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America**. Nepantla: Views from South 1.3 by Duke University Press, 2000b.

_____. Coloniality and Modernity/Rationality. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2, p.168-178, 2007.

_____. **Colonialidad del poder y clasificación social**. Buenos Aires: Colección Antologías CLACSO, 2014.

_____. Colonialidad/Decolonialidad del Poder. CONFERENCIA EN ASUNCIÓN, PARAGUAY, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sID-iPiGmY>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Don Quijote y los molinos de viento en América Latina. **Revista Electrónica de Estudios Latinoamericanos**. Buenos Aires, v. 4, n. 14, enero/marzo, 2005.

_____. **La nueva heterogeneidad estructural en América Latina**. *In: ¿Nuevos temas o nuevos contenidos? Las ciencias sociales de América Latina y el Caribe ante el nuevo siglo*, Heinz R. Sonntag (Ed.), Caracas, Nueva Sociedad/UNESCO, 1989b.

_____. Paradoxes of Modernity in Latin America. **International Journal of Politics, Culture, and Society**. Vol. 3, No. 2, p. 147-177, 1989a.

_____; WALLERSTEIN, I. **Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system**. International Social Science Journal, v. 44, n. 4, p. 549–557, 1992.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003a.

_____. **A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil: por uma política prudente e positiva**. In: LACOSTE, Y. (Org.). *A geopolítica do inglês*. São Paulo: Parábola, 2003b.

_____. **Línguas Nacionais como Bandeiras Patrióticas, ou a Linguística que nos deixou na mão: observando mais de perto o chauvinismo linguístico emergente no Brasil**. In: SILVA, F. L.; RAJAGOPALAN, K. *A linguística que nos faz falhar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. **Política Linguística: do que é que se trata afinal?** In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K.A.; TÍLIO, R. (Orgs) *Política e Políticas Linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 2013.

_____. **English in Brazil: dealing with a political hot potato**. In: FINARDI, K. *English in Brazil: views, policies and programs*. Londrina: Edue, 2016.

_____. **Políticas Linguísticas: Internacionalização e Extensão Universitária**. I Jornada NELP - CP 30/07/2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IHWk7k8FVpg>>. Acesso em: set. 2018.

RAUHVARGERS, A. *Global university rankings and their impacts*. Brussels: European University Association, 2011. (EUA Report on Rankings 2011). Disponível em: <http://www.eua.be/pubs/Global_University_Rankings_and_Their_Impact.pdf>. Acesso: nov. 2017.

RICENTO, T. K. **An Introduction to Language Policy: Theory and Method**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

_____.; HORNBERGER, N. H. Unpeeling the Onion: Language Planning and Policy and the ELT Profession. **TESOL Quarterly**, 30, p. 401-427, 1996.

_____. *Language Policy and Political Economy: English in a Global Context*. **Oxford Scholarship Online**: January 2015.

RIZVI, F. Internationalization of curriculum: A critical perspective. In: HAYDEN, M.; LEVY, J.; THOMPSON, J. **The SAGE Handbook of Research in International Education**. 2nd ed. London: SAGE Publications, 2007.

_____.; LINGARD, B. **Globalizing education policy**. London, UK: Routledge, 2010.

RODRIGUES, A. M. S.; SOUZA, K. R. Trabalho e saúde de docentes de universidade pública: o ponto de vista sindical. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16 n. 1, p. 221-242, jan./abr. 2018.

ROJO, R. **[10º CBLA] Conferência: Caminhos para a LA Política linguística, política e globalização**. X Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. 1:17:23. Disponível

em: “<https://www.youtube.com/watch?v=QldjeLIZNnc&t=3459s>”. Acesso em: março de 2018.

ROSE, H; McKINLEY, J. Japan's English-medium instruction initiatives and the globalization of higher education. **Higher Education**. Volume 75, Issue 1, p. 111–129, January 2018.

RUDZKI, R. E. J. **The strategic management of internationalization: towards a model of theory and practice**. 1998. 331 f. Tese (Doutorado) – University of Newcastle upon Tyne. United Kingdom: 1998.

SALDAÑA, J. **The coding manual for qualitative researchers**. Londres: SAGE Publications Ltd, 2010.

SANDOVAL, A. C. R.; SANTOS, L. C. Estudos decoloniais e filosofia africana: por uma perspectiva outra no ensino da filosofia. Revista **Páginas de Filosofia**, v. 6, n. 2, p.1-18, jul./dez. 2014

SANTOS, S. M. dos. **O desempenho das universidades brasileiras nos rankings internacionais: áreas de destaque da produção científica brasileira**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2015.

SARMENTO, S.; ABREU-E-LIMA, D. M.; MORAES FILHO, W. B. (Orgs.). **Do Inglês sem Fronteiras ao Idiomas sem Fronteiras: a construção de uma política linguística para a internacionalização**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

SAROYAN, A.; AMUNDSEN, C. **Rethinking Teaching in Higher Education**. Sterling, VA: Stylus Publishing, 2004.

SEIDLHOFER, B. Closing a conceptual gap: the case for a description of English as a lingua franca. **International Journal of Applied Linguistics** 11/2, p. 133-158, 2001.

SELLTIZ, WRIGHTSMAN & COOK. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: E.P.U., 1987

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIEGLER, J. M. B. **O processo de internacionalização das instituições de ensino superior: um estudo de caso na Universidade Federal de Uberlândia**. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão preto. Ribeirão preto. 2009.

SILVA, F. L.; RAJAGOPALAN, K. **A linguística que nos faz falhar: investigação crítica**. São Paulo: Parábola, 2004.

SÖDERQVIST, M. **Internationalization and its management at higher-education institutions: Applying conceptual, content and discourse analysis**. Helsinki, Finland: Helsinki School of Economics, 2002.

SOUSA SANTOS, B. de. **A Gramática do Tempo: Para uma Nova Cultura Política**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, J. M. D. J. A internacionalização e a mobilidade na Educação Superior: o debate na América Latina. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 10, n. 2. UNESP, 2010.

SPOLSKY, B. Para uma Teoria de Políticas Linguísticas. **ReVEL**, vol. 14, n. 26, 2016. Tradução de Paloma Petry. Revisão técnica de Pedro M. Garcez. [www.revel.inf.br].

STALLIVIERI, L. O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior. **Educação Brasileira: Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras**, Brasília, v. 24, n. 48, p. 35-57, 2002.

_____. **Gestão da Cooperação e da Internacionalização da Educação Superior**. In XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária: a gestão do conhecimento e os novos modelos de universidade. Disponível em: <<http://coloquio14.paginas.ufsc.br/files/2014/12/V-3-Prof%C2%AA-Luciane-Stallivieri.pdf>>. 2014. 65 slides.

_____. **Estratégias para internacionalização do currículo: do discurso à prática**. In: LUNA, J. M. F. (Org.). internacionalização do currículo: educação – interculturalidade – cidadania global. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

_____. **Internacionalização e intercâmbio: dimensões e perspectivas**. Curitiba: Appris, 2017a.

_____. **Internacionalização do Ensino Superior**. V Fórum de Internacionalização da UNESP. Disponível em: <<http://www.unesp.br/Home/arex/oprocessodeinternacionalizacaodaeducacaosuperiorlucianestallivieri.pdf>>. 2016. Acesso: Jul. 2017b.

STOCKLEY, D.; DE WIT, H. **Global Trends in Higher Education and the Significance of International Networks**. In: de Wit, H. (ed.) Trends, Issues and Challenges in Internationalisation of Higher Education. Amsterdam: CAREM, 2011.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

STREITWIESER, B. **Internationalisation of Higher Education and Global Mobility**. Oxford: Symposium Books Ltd, 2014.

STROMQUIST, N. P.; MONKMAN, K. (Ed.) **Globalization and education: integration and contestation across cultures**. Plymouth: Rowman & Littlefield, 2014.

SURSOCK, A. **Trends 2015: Learning and Teaching in European Universities**. European University Association, 2015. Disponível em http://www.eua.be/Libraries/publications-homepage-list/EUA_Trends_2015_web. Acesso Jul. 2017.

TAQUINI, R.; FINARDI, K.R.; AMORIM, G. English as a Medium of Instruction at Turkish State Universities. **Education and Linguistics Research**, v. 3, p. 35-53, 2017.

TATZL, D. English-medium masters' programmes at an Austrian university of applied sciences: Attitudes, experiences and challenges. **Journal of English for Academic Purposes**, 10, p. 252–270, 2011.

TAVARES, M. **Internacionalização da educação superior: estratégias e ações da Universidade Tecnológica Federal do Paraná**. 162p. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2016.

TEEKENS, H. **Internationalization at home: Crossing other borders**. University World News (276), 2013, June 15. Disponível em www.universityworldnews.com. Acesso em jun. 2017.

TEICHLER, U. Internationalisation as a challenge for higher education in Europe. **Tertiary Education and Management**, 5, 5–23, 1999.

_____. The changing debate on internationalisation of higher education. **Higher Education**, 48, 5–26, 2004.

_____. Internationalisation of higher education: European experiences. **Asia Pacific Education Review**, 10(1), 93–106, 2009.

THE UK HE INTERNATIONAL UNIT. **International Partnerships: A Legal Guide for UK Universities**. London: 2013.

TRAHAR, S. **Internationalisation of the Curriculum: Concepts and Working Practices**. Tempus Iris, 2013.

TRUCHOT, C. **Politiques Linguistiques Educatives em Europe: l'implication des institutions européennes**. Disponível em: [<http://www.atilf.fr/spip.php?rubrique554>] Acesso em jan. 2018.

TSUNEYOSHI, R. Internationalization strategies in Japan: The dilemmas and possibilities of study abroad programs using English. **Journal of Research in International Education**, 4(1), pp.65-86, 2005.

UNESCO. **World conference on higher education: higher education in the twenty-first century, vision and action**. Paris: 1998.

UNESCO/Council of Europe. **Code of good practice in the provision of transnational education**. Bucharest: UNESCO-CEPES, 2000.

UNESCO. Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social. [Disponível em <http://www.flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/315.pdf>]. Acesso em dez. 2017.

_____. **Meeting of UNESCO Chairs in human rights, urban inclusion and migration.** Paris: UNESCO HQ, 2017. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0025/002505/250515e.pdf>>. Acesso em Ag 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ. Aprova o Regulamento de Mobilidade Internacional da UNESPAR. **Resolução n. 009**, de 03 de abril de 2018.

_____. **Estatuto.** Curitiba: 2013. 18 p.

_____. **Plano Anual de Atividades.** Curitiba: 2015. 53 p.

_____. **Plano Anual de Atividades.** Curitiba: 2016. 147 p.

_____. **Plano Anual de Atividades.** Curitiba: 2017. 122 p.

_____. **Plano Anual de Atividades.** Curitiba: 2018. 187 p.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016.** Curitiba: s/d. 138 p.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022.** Curitiba: s/d. 247 p.

_____. **Regimento.** Curitiba: 2014. 52 p.

VAICEKAUSKAS, T.; DUOBA, K.; KUMPIKAITE-VALIUNIENE, V. **The role of international mobility in student's core competence development.** Lituânia: Kaunas University of Technology. 2013. p. 847-857.

VALMORBRIDA, S. M. I.; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L.; RIPOLL-FELIU, V. M. Rankings Universitários Mundiais. Que Dizem os Estudos Internacionais? **REICE. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, 2016, 14(2), 5-29.

VAN DAMME, D. **Quality issues in the internationalization of higher education.** Higher Education, n. 41, p. 415-441, 2001.

VAN GINKEL, H. **Networking and Strategic Alliances, Dynamic Patterns of Organization and Co-Operation.** CRE-Action 109. Geneva: CRE, 1996.

VAN GYN, G.; SCHUERHOLZ-LEHR, S.; CAWS, C.; PREECE, A. Education for World-Mindedness: Beyond Superficial Notions of Internationalization. **New Directions for Teaching and Learning**, n. 118, p. 25-38, 2009.

VERGER, A. **WTO/GATS and the global politics of higher education.** New York and London: Routledge Taylor & Francis Group, 2010.

VIEIRA, R. C.; LIMA, M. C. A busca pelo selo “universidade classe do mundo” e os rankings acadêmicos globais pioneiros. **Interfaces Brasil/Canadá.** Canoas, v. 16, n. 1, 2016, p. 97–116.

WACHTER, B. An introduction: Internationalization at home in context. **Journal of Studies in International Education**, 7(1), 5-11, 2003.

WALLERSTEIN, I. **O Sistema Mundial Moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. Porto: Afrontamento, 1994. V. 1.

WEBB, V. English as a second language in South Africa's tertiary institutions: A case study at the University of Pretoria. **World Englishes**, 21, p. 49–61, 2002.

WILKINS, S. Transnational Higher Education in the 21st Century. In **Journal of Studies in International Education**, 2016, Vol. 20(1), p. 3-7.

WILKINSON, R. **English-medium instruction at a Dutch university: Challenges and pitfalls**. In: DOIZ, A.; LASAGABASTER, D.; SIERRA, J. M. (Eds.). *English-medium instruction at universities: Global challenges* (p. 3–24). Bristol, UK: Multilingual Matters, 2013.

WORLD TRADE ORGANIZATION (s/d). **Definition of services trade and modes of supply**. Disponível em http://www.wto.org/english/tratop_e/serv_e/cbt_course_e/c1s3p1_e.htm#boxa. [Acesso em Jun. 2017].

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAMBONI, A. S. Q. **A formação do professor de língua inglesa: um estudo interpretativo das ementas na formação inicial**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

_____. **Formação do professor: concepções teórico-práticas no ensino de língua inglesa**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade Internacional de Lisboa, Lisboa, 2009.

ZAMBONI, R. de O. **O caso do Panamax**. Depoimento escrito concedido à autora. Setembro, 2018.

APÊNDICES

Apêndice A – Termo de Consentimento livre e Esclarecido



SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

INTERNACIONALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: POLÍTICAS LINGUÍSTICAS, ESTRATÉGIAS E AÇÕES

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada provisoriamente “Internacionalização no ensino superior: políticas linguísticas, estratégias e ações”, conduzida pela doutoranda Profa. Ma. Alessandra da Silva Quadros Zamboni e orientada pelo Prof. Dr. Ronald Barry Martinez. Este estudo tem por objetivo investigar o processo de internacionalização do ensino, por meio de uma articulação teórico-metodológica entre políticas linguísticas, estratégias e ações no contexto do ensino superior.

Os dados obtidos com a entrevista/questionário irão complementar a investigação bibliográfica e os experimentos de campo, para a produção de uma tese de doutorado. Afirmamos que esta pesquisa não coloca em risco físico, mental ou moral seus participantes e haverá garantia de sigilo quanto aos dados de identificação dos participantes da pesquisa.

Caso se faça necessário, no início, decorrer e após a finalização do processo investigativo poderão ser disponibilizadas informações e orientações sobre a pesquisa pela professora pesquisadora, por meio do endereço discriminado no final deste termo.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, eu, _____, após ter lido e entendido as informações e esclarecido as dúvidas referentes a este estudo, CONCORDO VOLUNTARIAMENTE e manifesto meu livre consentimento em participar da pesquisa, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

_____, ____ de _____ de 201__

Assinatura

Profa. Ma. Alessandra da Silva Quadros Zamboni
Professora Pesquisadora da UNESPAR/UFPR
Telefone: (xx) xxxx-xxxx
Celular/Whatsapp: (xx) xxxxx-xxxx
Endereço eletrônico: xxxx

**Apêndice B – Questionário aplicado à Diretora do Escritório de Relações
Internacionais**



SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

INTERNACIONALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS, ESTRATÉGIAS E AÇÕES

Este questionário faz parte de uma pesquisa de doutorado sobre a internacionalização no ensino superior, conduzido pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná, sob orientação do Prof. Dr. Ronald Barry Martinez. Gostaríamos de contar com sua colaboração, respondendo às perguntas abaixo, para que possamos compreender de que modo se processa a internacionalização nessa instituição. Sua participação é muito importante para a pesquisa. Pedimos especial atenção para que as respostas sejam o mais completas possível, para que possamos garantir o sucesso da investigação. Esclarecemos que este questionário é confidencial, bem como os dados gerados serão de uso exclusivo para a pesquisa a que ele se propõe. Agradecemos imensamente por sua atenção e disponibilidade para responder as perguntas.

Profa. Alessandra da Silva Quadros Zamboni – UNESPAR
e-mail: xxxx

I - Estratégias de Internacionalização

A. Estratégias Programáticas

1 Em termos de Programas Acadêmicos

- a) A instituição possui programas de intercâmbio de estudantes? Se sim, quais?
- b) De que forma esses programas se estabelecem?
- c) De que forma o intercâmbio de estudantes acontece?
- d) Quantos estudantes internacionais a instituição já recebeu, desde a sua criação o momento?
- e) Quantos estudantes internacionais a instituição já enviou para o exterior, desde a sua criação até o momento (graduação e pós-graduação lato e stricto sensu)?
- f) Existem na instituição programas específicos de estudo de línguas estrangeiras voltados para a internacionalização? Se sim, quais?
- g) Existem programas de orientação e encaminhamento dos estudantes estrangeiros que vêm estudar na Unespar por meio de intercâmbio para trabalho e estudo? E para os estudantes da instituição que se deslocam para o exterior? Se sim, como eles acontecem?
- h) Existem acordos de programas conjuntos ou de duplo reconhecimento dos estudos para estudantes *inbound* e *outbound*? Se sim, como eles se efetivam?
- i) Existem na instituição programas de treinamento intercultural para os estudantes estrangeiros, como por exemplo intercâmbio cultural, português para estrangeiros, cultura brasileira e local etc.?
- j) A instituição possui programas de mobilidade docente e de agentes comunitários? Se sim, quais?
- k) Há programas institucionais de estímulo à participação docente em palestras e estudos no exterior? Se sim, quais são e como ocorrem?
- l) Há programas institucionais de estímulo à vinda de professores, pesquisadores e palestrantes visitantes? Se sim, quais são e como ocorrem?
- m) Há prioridade entre a mobilidade de professores, alunos e funcionários?

2 Em termos de Pesquisa e Colaboração Acadêmica

- a) A instituição possui projetos conjuntos de pesquisa com instituições internacionais?
- b) A instituição promove conferências e seminários internacionais? Poderia exemplificar alguns?
- c) Há um setor na instituição responsável pelo auxílio para a publicação de trabalhos em periódicos internacionais? Financeiro e de apoio linguístico?
- d) A instituição possui acordos internacionais de parceria em pesquisa? Se sim, quais?
- e) A instituição possui programas de intercâmbio de pesquisa? Se sim, quais?

3 Em termos de Relações Exteriores: Domésticas e transfronteiriças

I - Domésticas:

- a) A instituição possui parcerias com grupos de organizações não-governamentais ou grupos do setor público e privado locais? Se sim, quais?
- b) A instituição possui projetos de serviço comunitário e intercultural? Se sim, quais?

4 Em termos de Atividades Extracurriculares

- a) A instituição possui clubes e associações de estudantes que possam fazer o acolhimento de estudantes internacionais?
- b) A instituição já sediou eventos internacionais e interculturais? Se sim, quais?
- c) A instituição possui grupos e programas de apoio entre parceiros? Se sim, quais são?

B. Estratégias Organizacionais

1 Serviços

- a) As unidades de serviço da instituição fornecem apoio aos estudantes internacionais, através de moradia estudantil, registro, obtenção de fundos, e tecnologia da informação? De que modo?

B. Políticas de Internacionalização
--

- a) Quais são as políticas nacionais que norteiam a internacionalização do ensino superior? *(Pode envolver políticas relacionadas às relações exteriores, ajuda ao desenvolvimento, comércio, imigração, emprego, ciência e tecnologia, cultura, patrimônio, educação, desenvolvimento social, indústria e comércio e outros.)*

C Programas de Internacionalização

Em nível Nacional:

- a) Quais programas nacionais, estaduais e regionais promovem ou facilitam a dimensão internacional da educação superior? *(Por exemplo, Ciência sem Fronteiras etc.)*

Questões complementares

- a) Em que ano foi criado o ERI?
- b) Quantos alunos, professores e agentes universitários participaram de programas de mobilidade acadêmica desde a concretização da Unespar?
- c) A que campi eles pertencem?
- d) A quais cursos?
- e) Quais os seus destinos (países e instituições) e por quanto tempo ficaram no exterior?
- f) Houve alguma forma de socialização dos conhecimentos aprendidos após o seu retorno?

- g) Quantos alunos foram recebidos do exterior nesta instituição?
- h) Em quais campi e cursos estudaram e por quanto tempo permaneceram nesta instituição?
- i) Quais são as dificuldades encontradas para a implementação de ações de internacionalização?
- j) Quais são as dificuldades encontradas para a implementação de ações de mobilidade (acadêmica, docente e de agentes universitários)?

Obrigada por sua valiosa contribuição para esta pesquisa.

Apêndice C – Roteiro de Entrevista ao Reitor

Roteiro de entrevista ao Reitor

I Estratégias Programáticas

Relações Exteriores: Domésticas e transfronteiriças

Domésticas:

a) A instituição possui parcerias com grupos de organizações não-governamentais ou grupos do setor público e privado locais?

Transfronteiriças:

a) A instituição possui projetos de assistência ao desenvolvimento internacional?

b) A instituição fornece programas educativos comerciais e não comerciais além da graduação?

c) A instituição possui programas e serviços contratuais de treinamento e pesquisa?

d) De que modo se estabelecem as relações internacionais, parcerias e redes?

e) Como é o processo de follow-up com essas parcerias, uma vez estabelecidas?

II - Estratégias Organizacionais

Administrativas

a) Como se estabelece o compromisso dessa reitoria com a internacionalização?

Operacionais

a) A instituição possui uma política de integração entre os sistemas de planejamento, orçamento e revisão de qualidade em nível de instituição e departamento?

b) A instituição possui sistemas de estruturas organizacionais adequadas (formais e informais) de comunicação e coordenação que possam atuar como suporte para a internacionalização?

c) O senhor considera o suporte financeiro e os sistemas de alocação de recursos adequados para os propósitos e as ações necessárias para a internacionalização?

Serviços

a) A instituição possui apoio de todas as unidades de serviço, ou seja, moradia estudantil, registro, obtenção de fundos, alunos, tecnologia da informação, entre outros, voltados para a mobilidade *inbound* e *outbound*?

b) O senhor considera que as unidades de apoio acadêmico como biblioteca, ensino e aprendizagem, desenvolvimento curricular, treinamento de professores e funcionários articulam-se suficientemente com relação à internacionalização?

c) O que falta ainda para melhorar?

Recursos Humanos:

a) Procedimentos de recrutamento e seleção que valorizem a experiência internacional.

b) Políticas de recompensa e promoção para reforçar as contribuições dos professores e funcionários.

c) Atividades de desenvolvimento profissional de professores e funcionários.

d) Apoio às missões internacionais e sabáticas.

II. Políticas de Internacionalização

a) A instituição possui uma política de internacionalização? Se sim, quais são suas diretrizes? Como foi constituída? Quem estava envolvido no processo?

b) Que indicadores são utilizados para medir a internacionalização na instituição?

Dificuldades

a) Quais as maiores dificuldades encontradas pela instituição em termos de internacionalização?

**Apêndice D – Roteiro de Entrevista à Diretora do Escritório de Relações
internacionais**

Roteiro de entrevista à Diretora do Escritório de Relações Internacionais

I. Estratégias de Internacionalização

A – Relações Exteriores: Domésticas e transfronteiriças

Transfronteiriças:

- a) A instituição possui projetos de assistência ao desenvolvimento internacional?
- b) A instituição oferta programas educativos transfronteiriços comerciais ou não comerciais?
- c) Quais são as parcerias internacionais que a instituição possui?
- d) De quais redes a instituição participa? Poderia detalhá-las?
- e) A instituição possui programas ou serviços contratuais de treinamento e pesquisa? Quais?
- f) Quais são os procedimentos que um estudante deve seguir para se inscrever em um dos cursos da instituição?
- g) Quais são os procedimentos que um estudante deve seguir para se inscrever em uma universidade estrangeira?

B – Pesquisa e Colaboração Acadêmica

- a) De que modo o ERI se articula com as demais Pró-Reitorias?

Estratégias Organizacionais

A – Governança a) De que modo ocorre a participação do corpo docente e funcionários no processo de internacionalização desta instituição?

B – Serviços

- a) As unidades de apoio acadêmico como biblioteca, ensino e aprendizagem, desenvolvimento curricular, treinamento de professores e funcionários fornecem possuem programas de apoio específico voltados para a internacionalização?
- b) De que modo acontecem os serviços de apoio estudantil aos estudantes, professores, pesquisadores e funcionários recebidos e enviados, como programas de orientação, aconselhamento, formação intercultural, informação sobre vistos etc.?

II. Políticas de Internacionalização

- a) Quais são as políticas nacionais que norteiam a internacionalização do ensino superior? (Pode envolver políticas relacionadas às relações exteriores, ajuda ao desenvolvimento, comércio, imigração, emprego, ciência e tecnologia, cultura, patrimônio, educação, desenvolvimento social, indústria e comércio e outros.)
- b) De que modo essas políticas afetam ou são afetadas pela dimensão internacional da educação?

III. Dificuldades e obstáculos

- a) Quais as maiores dificuldades encontradas pelo ERI para a internacionalização?

Apêndice E – Roteiro de Entrevista com a Pró-Reitora de Graduação

Roteiro de Entrevista Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD)

I. Estratégias de Internacionalização

A – Estratégias Programáticas

- a) A instituição possui cursos de graduação com currículos internacionalizados?
- b) A instituição possui grupos de estudos de área ou temáticos na graduação?
- c) A instituição possui programas de internacionalização voltados para o processo de ensino-aprendizagem?
- d) Existem acordos de programas conjuntos, como graduação sanduíche por exemplo, ou de duplo reconhecimento dos estudos para estudantes *inbound* e *outbound*? Se sim, como eles se efetivam?
- e) A instituição possui programas de mobilidade discente? Se sim, quais?
- f) Há programas de treinamento intercultural para os estudantes que chegam e que saem?
- g) De que maneira os estudantes são orientados para participação em palestras e estudos interculturais ou em outra língua?
- h) A instituição recebe a visita de palestrantes e estudiosos estrangeiros?
- i) Como se estabelece o relacionamento entre a PROGRAD e o ERI, com relação à internacionalização de programas acadêmicos, mobilidade discente e docente?
- j) De que modo um estudante estrangeiro pode se matricular na instituição?
- k) A instituição possui um programa institucional de créditos acadêmicos ofertados no exterior?
- l) Como são contados os créditos para os estudantes da instituição que estudam no exterior?

Relações Exteriores: Domésticas e transfronteiriças

Domésticas:

- a) A instituição possui parcerias com grupos de organizações não-governamentais ou grupos do setor público e privado locais?

B – Estratégias Organizacionais

Serviços

- a) A instituição possui apoio das unidades de serviço de toda a instituição, ou seja, com relação à moradia estudantil, registro, obtenção de fundos e tecnologia da informação para com alunos externos?
- b) Há envolvimento das unidades de apoio acadêmico com vistas à internacionalização, como biblioteca, ensino e aprendizagem, desenvolvimento curricular, treinamento de professores e funcionários?

c) A instituição possui serviços de apoio aos estudantes que chegam e que saem, como programas de orientação, aconselhamento, formação intercultural, informação sobre vistos etc.?

II. Dificuldades e obstáculos

d) Quais têm sido as maiores dificuldades encontradas para a internacionalização? Poderia citar alguns exemplos?

Apêndice F – Roteiro de Pesquisa ao Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Roteiro de entrevista ao Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG)

Estratégias de Internacionalização

I – Estratégias Programáticas

A – Programas Acadêmicos

a) Há cursos, disciplinas ou eventos de pós-graduação ministrados em outra língua?

B – Pesquisa e Colaboração Acadêmica

a) Como se estabelece a articulação entre esta pró-reitoria e o ERI, com relação às ações de internacionalização?

b) A instituição possui áreas e centros temáticos de pesquisa? Quais são? Algum deles possui programas de parceria com instituições internacionais?

c) A instituição possui projetos conjuntos de pesquisa com instituições internacionais?

d) No âmbito desta Pró-Reitoria, a instituição promove conferências e seminários internacionais? Se sim, quais?

e) Há um setor na instituição para auxílio financeiro e de apoio linguístico para a publicação de trabalhos em periódicos internacionais?

f) A instituição possui acordos internacionais de parceria em pesquisa? Se sim, quais?

g) A instituição possui programas de intercâmbio de pesquisa? Se sim, quais?

h) Esta Pró-Reitoria possui conhecimento de quantos artigos e trabalhos foram publicados em periódicos internacionais? Se sim, em quais áreas?

II. Dificuldades

a) Quais são as maiores dificuldades e obstáculos encontrados para a internacionalização no âmbito da pesquisa e pós-graduação?

Apêndice G – Roteiro de Entrevista ao Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Roteiro de Entrevista ao Pró-Reitor de Extensão e Cultura (PROEC)

I. Estratégias de Internacionalização

- a) Como se estabelece o relacionamento entre a PROEC e o ERI, com relação à internacionalização da extensão e cultura?
- b) Existem na instituição programas de treinamento intercultural para os estudantes estrangeiros, como por exemplo intercâmbio cultural, português para estrangeiros, cultura brasileira e local etc.?

A – Relações Exteriores: Domésticas e transfronteiriças

Domésticas:

- a) A instituição possui parcerias com grupos de organizações não-governamentais ou grupos do setor público e privado locais? Se sim, quais?
- b) A instituição possui projetos de serviço comunitário e intercultural? Se sim, quais?

Transfronteiriças:

- a) A instituição possui projetos de extensão voltados à assistência ao desenvolvimento internacional? Se sim, quais?
- b) A instituição fornece programas e serviços de extensão contratuais de treinamento e pesquisa? Se sim, quais?

B – Extracurriculares

- a) A instituição promove eventos internacionais e interculturais nos campi? Se sim, quais?
- b) A instituição possui ligação com grupos culturais e étnicos locais? Poderia citar alguns?
- c) A instituição possui grupos e programas de apoio entre os parceiros com atividades voltadas à internacionalização? Se sim, quais?

II. Programas

- a) A instituição possui programas de extensão e cultura voltados especificamente para a internacionalização?

III. Dificuldades e obstáculos

- a) Quais têm sido as maiores dificuldades encontradas para a internacionalização?

Apêndice H – Roteiro de Entrevista à Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Roteiro de entrevista à Pró-Reitora de Gestão de Pessoas (PROGESP)

- a) Há muitos professores e agentes universitários estudando no exterior?
- b) Há ou houve professores e agentes universitários estrangeiros a serviço ou em outras atividades, como pesquisa e extensão nesta instituição?
- c) Como se estabelece a articulação entre a PROGRAD e o ERI, com relação à saída de professores e funcionários para estudar no exterior?

I. Estratégias de Internacionalização

A – Estratégias Programáticas

Programas Acadêmicos

- a) Há programas de mobilidade docente e de agentes administrativos?

B – Estratégias organizacionais

Recursos Humanos

- a) A instituição adota procedimentos de recrutamento e seleção que valorizem a experiência internacional dos candidatos?
- b) A instituição possui alguma política de recompensa e promoção para reforçar as contribuições dos professores e funcionários? Especialmente quanto à mobilidade docente?
- c) Ter professores estrangeiros agrega valor à instituição? De que forma?
- d) Quais são os procedimentos atuais para a contratação, mesmo que temporária, de alguém do exterior?
- e) Esta Pró-Reitoria desenvolve atividades de desenvolvimento profissional de professores e funcionários?
- f) Esta Pró-Reitoria fornece algum tipo de apoio para as missões internacionais e saída de professores e agentes universitários para estudo, pesquisa e apresentação de trabalhos no exterior?

II. Dificuldades e obstáculos

- a) Quais têm sido as maiores dificuldades encontradas para a internacionalização no âmbito desta Pró-Reitoria?

Apêndice I – Roteiro de Análise Geral da Internacionalização

Estratégias, Políticas e Programas de Internacionalização

1. Estratégias de Internacionalização

I - Estratégias Programáticas

1. Programas Acadêmicos

- a) Programas de intercâmbio de estudantes
- b) Estudo de línguas estrangeiras
- c) Currículos internacionalizados
- d) Estudos de área ou temáticos
- e) Trabalho e estudo no exterior
- f) Estudantes internacionais
- g) Processo de ensino-aprendizagem
- h) Programas conjuntos e duplo reconhecimento dos estudos
- i) Treinamento intercultural
- j) Programas de mobilidade docente / pessoal
- k) Participação em palestras e estudos
- l) Relação entre programas acadêmicos e outras estratégias

2. Pesquisa e Colaboração Acadêmica

- a) Áreas e centros temáticos
- b) Projetos conjuntos de pesquisa
- c) Conferências e seminários internacionais
- d) Publicação de trabalhos
- e) Acordos internacionais de pesquisa
- f) Programas de intercâmbio de pesquisa

3. Relações Exteriores: Domésticas e transfronteiriças

Domésticas:

- a) Parcerias com grupos de organizações não-governamentais ou grupos do setor público e privado embaixadas na comunidade
- b) Projetos de serviço comunitário e intercultural

Transfronteiriças:

- a) Projetos de assistência ao desenvolvimento internacional
- b) Fornecimento de programas educativos (comerciais e não comerciais)
- c) Relações internacionais, parcerias e redes
- d) Programas e serviços contratuais de treinamento e pesquisa
- e) Programas de intercâmbio

4. Atividades Extracurriculares

- a) Clubes e associações de estudantes
- b) Eventos internacionais e interculturais no campus
- c) Ligação com grupos culturais e étnicos baseados na comunidade
- d) Grupos e programas de apoio aos pares

II - Estratégias Organizacionais

1. Administrativas

- a) Compromisso expresso dos líderes administrativos
- b) Participação ativa do corpo docente e demais funcionários
- c) Justificativas e objetivos articulados para a internacionalização
- d) Reconhecimento da dimensão internacional nos documentos de missão institucional, planejamento e nos documentos institucionais

2. Operacionais

- a) Integração entre os sistemas de planejamento, orçamento e revisão de qualidade em nível de instituição e departamento
- b) Sistemas de estruturas organizacionais adequadas (formais e informais) de comunicação e coordenação
- c) Equilíbrio entre a promoção e gestão centralizada e descentralizada da internacionalização

d) Suporte financeiro adequado e sistemas de alocação de recursos

3. Serviços

- a) Apoio das unidades de serviço de toda a instituição, ou seja, moradia estudantil, registro, obtenção de fundos, alunos, tecnologia da informação
- b) Envolvimento de unidades de apoio acadêmico, isto é, biblioteca, ensino e aprendizagem, desenvolvimento curricular, treinamento de professores e funcionários
- c) Serviços de apoio aos estudantes que chegam e que saem, como programas de orientação, aconselhamento, formação intercultural, informação sobre vistos

4. Recursos Humanos

- a) Procedimentos de recrutamento e seleção que valorizem a experiência internacional
- b) Políticas de recompensa e promoção para reforçar as contribuições dos professores e funcionários
- c) Atividades de desenvolvimento profissional de professores e funcionários
- d) Apoio às missões internacionais e sabáticas

2 Políticas de Internacionalização

Nível nacional/setorial:

Todas as políticas que afetam ou são afetadas pela dimensão internacional da educação. Pode envolver políticas relacionadas às relações exteriores, ajuda ao desenvolvimento, comércio, imigração, emprego, ciência e tecnologia, cultura, patrimônio, educação, desenvolvimento social, indústria e comércio e outros.

Sector de educação ou ao nível do sistema:

Todas as políticas relacionadas à finalidade, licença, credenciamento, financiamento, currículo, ensino, pesquisa, e regulamentação do ensino superior estão incluídas. Essas políticas relacionadas à educação implicam diretamente em todos os provedores, públicos ou privados, instituições com e sem fins lucrativos, instituições e companhias.

Institucional:

- a) missão institucional, seus propósitos, valores e funções
- b) declarações, diretrizes e documentações que abordam as implicações para ou a partir da internacionalização.

3 Programas de Internacionalização

Nível Nacional:

Programas nacionais ou sub-regionais que promovam ou facilitem a dimensão internacional da educação pós-secundária;

Programas de mobilidade acadêmica, iniciativas de pesquisa internacional e programas de recrutamento de estudantes.

Programas relacionados:

- à finalidade
- licença
- credenciamento
- financiamento
- currículo
- ensino
- pesquisa
- regulamentação do ensino superior

Nível Setorial:

Programas ofertados especificamente por e para o setor de educação; Podem ser ofertados por qualquer nível de governo ou por organizações públicas ou privadas.

Nível Institucional:

Programas como os descritos na seção de Programas Acadêmicos no Quadro 1.